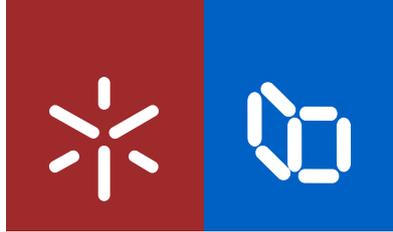


Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Chen Renyu

**A Revolução Republicana de Portugal
(1910) e a Revolução Xinhai da China
(1911) Análise Intercultural nas
Dimensões de Política e de Cultura Social**



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Chen Renyu

**A Revolução Republicana de Portugal
(1910) e a Revolução Xinhai da China
(1911) Análise Intercultural nas
Dimensões de Política e de Cultura Social**

Dissertação de Mestrado em Estudos Interculturais
Português/Chinês: Tradução, Formação e
Comunicação Empresarial

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Gama
e da
Professora Doutora Sun Lam

Aos meus pais

que merecem este trabalho

Agradecimentos

Aos meus pais, por me amarem e apoiarem sempre e incondicionalmente.

Um profundo agradecimento ao Professor Doutor Manuel Gama e à Professora Doutora Sun Lam, pela orientação cuidadosa e responsável, pelas sugestões e comentários pertinentes, pelos conhecimentos que me transmitiram e, em particular, pela grande amizade e paciência.

À Diretora do Curso de Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial, Professora Doutora Sun Lam, pela oportunidade que me deu de fazer este mestrado na Universidade do Minho, pelo seu empenhado apoio académico e pessoal.

Aos docentes do Curso de Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial, pela dedicação e pelos conhecimentos que me transmitiram.

Aos docentes do Instituto Confúcio da Universidade do Minho que me ofereceram as oportunidades interculturais, o Professor Luís Cabral, Andrea Portelinha, Emília Dias e Bruna Peixoto por todo o carinho e acompanhamento, tanto no estudo como na vida.

Aos docentes do Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai, pelo contributo à minha formação, durante a licenciatura.

Aos meus grandes amigos: Wang Qingyun, Song Haoyan, Liao Yiran e Sérgio Santos, pelas sugestões e pelas informações que me ofereceram sobre os assuntos que abordei na minha dissertação.

Aos meus grandes colegas e amigos, Hu Yifan, Xiong Qiangqiang, Jiang Rui, Lei Siwen, Yu Yibing, Liu Cong, Sun Weiyang, Chen Ruoyu, Wang Yicen, Tao Yang,

Zang Xiaobin, Xu Mengze, Han Fei, Yu Yan, Wang Jushang, Yang Shu, Marcos Rijo Mendes, Ana Pirra Cardoso, Virginie Arantes, Rui da Silva, Hugo Deus, Ania Castedo, Jorge Figueiredo, Ana Jesus, André Vilaça, entre outros, pela ajuda e apoio, a todos os níveis.

Ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, pela oportunidade de formação académica no Programa de Mestrado.

Aos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, que me oferecem um acesso conveniente a novos conhecimentos.

Aos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, pelos bons serviços do alojamento e alimentação, que me prestaram um ambiente confortável nos estudos nesta linda cidade, Braga.

Resumo

A Revolução Republicana de Portugal, em 1910, e a Revolução Xinhai da China, em 1911, ocupam uma posição muito importante na história moderna de cada país. Terminando as suas Monarquias e iniciando uma nova era da República, a fim de procurar um caminho adequado de modernização para ambos os países, as Revoluções têm grandes influências em todas as dimensões nas sociedades portuguesa e chinesa até hoje em dia.

A presente dissertação permite uma análise comparativa de algumas questões sobre os factos históricos, as suas razões e as suas influências, à volta das duas Revoluções republicanas, nas duas dimensões de política e de cultura social, que evidenciam as transformações mais relevantes da época.

Neste trabalho, através do estudo e comparação das vertentes comuns e diferentes naquela história dos dois países, propomo-nos revelar alguns fenómenos universais em certos aspetos relativos às duas Revoluções, com o objetivo de dar inspirações na compreensão da evolução histórica e, simultaneamente, apresentamos as histórias e as culturas envolvidas, para alargar e aprofundar uma comunicação intercultural entre Portugal e a China.

Abstract

The Portuguese Republican Revolution, in 1910, and the Chinese Xinhai Revolution, in 1911, occupy a very important position in the modern history of the two countries. Ending their Monarchies and starting a new era of the Republic, in order to find a suitable path of modernization for both countries, the Revolutions have great influences in the Portuguese and Chinese societies in all dimensions until the present day.

The dissertation provides a comparative analysis of some issues about the historic facts, the reasons and the influences around the two Republican Revolutions, in the two dimensions of politics and of social culture, which evidence the most significant transformations of that time.

In this work, through the study and comparison of the common and the different aspects in that history of the two countries, we intend to reveal some universal phenomena in certain aspects related to the two revolutions, so as to provide inspirations in understanding the historic evolution. At the same time, we shall make a presentation about the involved histories and cultures to broaden and to deepen an intercultural communication between Portugal and China.

摘要

葡萄牙 1910 年共和革命和中国 1911 年辛亥革命在两国近现代历史上有着十分重要的地位。为了探寻一条适合本国现代化发展的道路，革命推翻了两国历史上的君主制度并开创了共和新纪元。可以说，无论从哪个方面，这两次革命对各自的国家，葡萄牙和中国，都产生了巨大的影响，并持续至今时今日。

本篇论文，主要从最能反映当时伟大历史转型的政治和文化维度，做一个跨文化分析。围绕着这两次共和革命，在一些关于历史事实，原因，影响的问题上，展开对比研究。

在这篇论文中，通过对在两国那段历史中共同点和不同点的研究对比，在一些和这两次革命有关的方面，揭示一些普遍现象。由此，给理解历史演变规律带来一些启发和思考。同时，本文也会介绍相关的历史和文化，其目的还在于拓展和加深中葡之间的跨文化交流。

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Apresentação geral sobre as duas Revoluções	5
1. Os aspetos de Portugal	6
1.1. O contexto geral antes da Revolução	7
1.2. O processo geral da Revolução	13
1.3. A situação geral da Primeira República Portuguesa	16
2. Os aspetos da China	18
2.1. O contexto geral antes da Revolução	19
2.2. O processo geral da revolução	27
2.3. A situação geral da República (antes da Expedição do Norte).....	31
3. Comparação e reflexão	36
Capítulo II - Comparação sobre os aspetos de política	40
1. Os aspetos de Portugal	41
1.1. A evolução das ideologias políticas naquele período	42
1.2. O sistema político da Primeira República.....	45
1.3. Outras transformações importantes depois da Revolução	47
1.4. A separação do Estado das Igrejas.....	50
2. Os aspetos da China	53
2.1. A evolução das ideologias políticas naquele período	54
2.2. O sistema político de acordo com a Constituição Provisória de 1912..	57
2.3. Outras transformações importantes depois da Revolução	60
2.4. As influências na ideologia tradicional chinesa.....	65
3. Comparação e reflexão	69
Capítulo III - Comparação sobre os aspetos de cultura social	74
1. Os aspetos de Portugal	75
1.1. O novo clima cultural.....	76

1.2. As transformações de valores e costumes na sociedade	80
2. Os aspetos da China	83
2.1. O novo clima cultural.....	84
2.2. As transformações de costumes e valores na sociedade	88
3. Comparação e reflexão	94
Conclusão	97
Bibliografia	102
Web Links	106
Anexos	112
I. Cronologia da história de Portugal e da China entre 1890 e 1916	113
II. Quadro de Romanização <i>Pinyin</i> VS Alfabeto Fonético Internacional.....	117

Índice de Ilustrações

1. A fronteira territorial da dinastia Qing, em 1650 e a atual da China	22
2. A última bandeira portuguesa do Reino e a da República	48
3. A bandeira da dinastia Qing e a da República da China (1912 - 1928).....	61
4. As revistas: <i>A Águia</i> , <i>Seara Nova</i> , <i>Orpheu</i> e <i>Nação Portuguesa</i>	78
5. As revistas: <i>Nova Juventude</i> e <i>A Análise Crítica</i>	86
6. Uma fotografia velha sobre o <i>kowtow</i>	90
7. Uma comparação entre um pé normal e um pé atado	91
8. Depois de ser atados, os pés nus e calçados.....	91
9. O estilo tradicional de cabelo da etnia han e a evolução do estilo manchú na dinastia Qing.....	92

Introdução

Foi o melhor dos tempos; foi o pior dos tempos.¹ No começo do século passado, o mundo atravessava um grande período de transformações, com um surto das ciências e das tecnologias, uma expansão sem precedente do capitalismo e uma libertação de novas ideias. No extremo oeste e no extremo leste da Eurásia, eclodiram duas Revoluções republicanas, de Portugal e da China, derrubando as suas Monarquias.

Em 5 de outubro de 1910, a Revolta Lisboeta realizou a implantação da República Portuguesa, chamada a Primeira República na história, terminando a sua Monarquia constitucional a partir da década de vinte do século XIX, e tornando o reino europeu de mais de sete séculos em República, quando apenas havia o regime republicano na França e na Suíça na Europa. Em 10 de outubro de 1911, o Levantamento de Wuchang iniciou a Revolução Xinhai². Em 1 de janeiro de 1912, estabeleceu-se a República da China, que em rigor, a primeira República na Ásia, reconhecida pelos países no mundo.³ Em 12 de fevereiro de 1912, a abdicação do último Imperador marcou o fim da dinastia Qing, que dominou a China por mais de duzentos anos, e o fim da Monarquia chinesa de milhares de anos a partir do nascimento desta civilização, cujo despotismo monárquico durou aproximadamente vinte e um séculos.

Curiosamente, ambas as Revoluções não lograram êxitos, sem a realização do ideal dos seus povos, quer da visão da altura, quer da visão presente. A Primeira República caiu em 1926 e a República Portuguesa democrática de hoje fundou-se, depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. A República da China, atravessando as vicissitudes políticas desde o seu início, finalmente entrou na história do passado na China continental, em 1949. No entanto, nunca podemos negar as grandes influências das Revoluções e destas Repúblicas nas histórias de cada país.

¹ “*It was the best of times, it was the worst of times...*”, a citação d’*A Tale of Two Cities*, de Charles Dickens (1812 - 1870), o mais popular dos romancistas ingleses da era vitoriana.

² Em chinês: 辛亥革命 (*Xīnhài géming*).

³ Antes da República da China, tinha surgido a República de Lanfang (兰芳共和国 *Lán fāng gònghéguó*) (1777 – 1884), que tinha vindo da Empresa de Lanfang, e de facto, pareceu uma colónia autónoma, criada pelos emigrantes chineses no arquipélago da Indonésia. E havia algumas outras Repúblicas de existência efémera em Taiwan, no Japão, nas Filipinas, antes da República da China.

Para um estudante de estudos interculturais, este tema é muito interessante, pois tem muitas coisas para analisarmos. Apesar das datas aproximadas das Revoluções, devido a uma grande distância geográfica e às raízes culturais bastantes distintas entre Portugal e a China, não havia nenhuma ligação direta dos eventos entre os dois países na época. Por isso, prestamos mais atenção aos pontos mais comuns nas evoluções históricas em cada país, que revelam alguns fenómenos universais históricos.

Toda a história é história contemporânea.⁴ Na historiografia, há sempre muitas maneiras para explicar as histórias da altura, tais como o ciclo dinástico (duma visão da historiografia clássica da antiga China), a globalização ou a modernização (vista dos desenvolvimentos económico, tecnológico e institucional), os confrontos étnicos e internacionais (da interculturalidade), a luta de classes (do marxismo), etc. A dissertação tem em conta vários aspetos de várias perspetivas. Tomando referências das obras académicas e dos estudos contemporâneos nos periódicos idóneos, resumimos as opiniões e induzimos as nossas proposições.

Como é um estudo de comparação que não estuda só a história de um país, a dissertação foca mais as ligações e as influências dos eventos históricos. Embora abordemos muitos eventos de diferentes aspetos, discutimos as questões mais destacadas e mais ligadas às Revoluções, em vez de todos os detalhes. Não abordamos exaustivamente, mas sim um pouco das questões da economia, das relações diplomáticas, dos grupos políticos, da influência pessoal de algumas figuras importantes, da estrutura demográfica, dos sistemas militares e dos desenvolvimentos tecnológicos, pois são os estudos mais específicos nas dimensões de política e de cultura social. Resumindo os mais importantes das duas dimensões, fazemos as comparações. Dado que o autor é chinês, que tem mais conhecimento sobre a história chinesa, e os leitores-alvo são os portugueses, escrevemos mais conteúdo sobre a parte

⁴ Uma opinião famosa do filósofo italiano Benedetto Croce (1860 - 1952).

da China. Esperamos que possamos dar inspirações e pensamentos deste tema para estudos mais profundos.

A estrutura da dissertação é clara, com três capítulos. Dividimos cada capítulo em três partes: os aspetos de Portugal, os da China e as comparações. No primeiro capítulo, escrevemos os factos históricos, para termos um conhecimento geral das duas Revoluções e das situações antecedentes e posteriores. No segundo capítulo, da dimensão de política, como a superestrutura do país, abordamos as transformações mais destacadas na ideologia, no sistema político (sobretudo da composição do Parlamento e da Constituição), e nas políticas de eliminar os vestígios dos regimes depostos. Adicionamos as questões da secularização de Portugal e da situação do confucionismo da China, que a certo nível, possuíam a posição equivalente nos dois países. O terceiro capítulo, da dimensão de cultura social, numa visão mais larga, visa observar as influências das Revoluções na mentalidade dos dois povos e algumas transformações importantes da vida social. No final da dissertação, apresentamos uma tabela da cronologia da história de Portugal e da China entre 1890 e 1916, a fim de esclarecer os eventos mais importantes, para os leitores.

A dissertação foi escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico de português. Como os conceitos chineses não têm sempre os equivalentes em português, na dissertação, explicamos quase todas as palavras chinesas nas notas de rodapé. No texto, escrevemos as expressões em português, e.g., Pequim, ou na romanização mais comum no mundo, e.g., Sun Yat-sen, enquanto nas notas de rodapé, todos os termos e palavras originalmente chineses são apresentados em chinês (os caracteres chineses simplificados), seguindo-se a romanização *pinyin* (apenas aquando de uma primeira vez), e.g., Pequim: 北京 *Běijīng*. Para uma leitura adequada de quem não está familiarizado com o referido *pinyin*, segue no fim da dissertação uma tabela com a sua correspondência à transcrição fonética internacional.

Capítulo I

Apresentação geral sobre as duas Revoluções

1. Os aspetos de Portugal

Depois das invasões francesas no início do século XIX, em Portugal vivia um período muito tumultuoso, atravessando a Revolução liberal de 1820, a Guerra civil portuguesa, a Revolução da Maria da Fonte, a Guerra da Patuleia entre outras insurreições e golpes de Estado. Neste período, ocorriam grandes transformações económicas, políticas e sociais com fluxos e refluxos tanto no país como no mundo. Na viragem do século, vivia-se no país uma crise profunda em todos os aspetos, que contribuiu para um inexorável processo de erosão da Monarquia. Os graves problemas nacionais, com eventos como o Ultimato britânico, a Revolta de 31 de janeiro, a ditadura de João Franco e até o Regicídio, abalavam o regime monárquico. Em 5 de outubro de 1910, a revolta lisboeta derrubou a monarquia e implantou a Primeira República Portuguesa, conhecida como Revolução Republicana Portuguesa. A nova República trazia muitas novas transformações; contudo, igualmente com muitos problemas no país, não durava um longo tempo e caiu depois do Golpe de 28 de maio de 1926.

Esta parte do capítulo, relativa a Portugal, visa caracterizar a circunstância geral desde a segunda metade do século XIX até ao fim a Primeira República. No contexto geral antes da Revolução abordamos especialmente o período entre o Ultimato britânico e a queda da Monarquia à luz dos aspetos económico, político e social. Depois, no processo geral da Revolução e na situação geral da Primeira República, apresentamos os factos históricos com o propósito de completar o conhecimento geral da Revolução, para enriquecer a comparação e a reflexão entre as Revoluções portuguesa e chinesa.

1.1. O contexto geral antes da Revolução

Em 1890, a submissão do governo português ao Ultimato britânico teve um enorme impacto não só nas elites da classe elevada mas também no povo comum da sociedade em Portugal. Perante a ameaça, o governo teve que abandonar o plano do Mapa Cor-de-Rosa, perdendo os interesses na África. A fraqueza do governo e a crise diplomática magoavam amplamente a dignidade nacional e suscitavam várias manifestações antibritânicas por todo o país. Por outro lado, isso deu origem a uma violenta vaga de protestos contra o governo e o monarca, acusados de não terem sabido defender os interesses nacionais.⁵ Este evento, mesmo que fosse uma questão diplomática, já refletiu um grande fracasso em cada vertente do país. Naquela época, Portugal estava a atravessar várias crises graves na economia e na política. A falha de não resolver os problemas económicos e financeiros e as medidas de repressão dos governos autoritários exacerbaram os descontentamentos sociais. Os republicanos aproveitaram tudo para pôr em causa o regime monárquico com propagandas em comícios e movimentos. A Revolução de 31 de janeiro foi a primeira tentativa de implantar uma República. A incapacidade do sistema oligárquico resultava numa sociedade cada vez mais agitada, o que ameaçava a existência do regime monárquico até à sua queda, em 1910.

No campo económico, apesar de alguma modernização na indústria e na agricultura na segunda metade do século XIX, existia uma grande distância na industrialização entre o Portugal atrasado e as principais potências europeias. A economia do país apoiava-se mais no comércio, em vez de indústria e agricultura, que a produção interna ainda não conseguia satisfazer as necessidades do país, o que resultou em grandes importações de bens de consumo além de matérias-primas e máquinas para o funcionamento das unidades industriais. O problema da falta de produtividade,

⁵ Cf. Proença, Maria Cândida, *História de Portugal. A Monarquia Constitucional Século XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009, p. 90.

causando a estagnação das exportações e o aumento das importações tiveram como consequência um considerável aumento do déficit comercial, que passou de cerca de dez mil contos, em 1885, para mais de vinte mil contos, em 1890. As dificuldades económicas e financeiras afetavam grande parte da população portuguesa, sobretudo nas zonas rurais, forçando muita gente a procurar melhor vida no estrangeiro. A tendência dos emigrantes agravou a falta de mão-de-obra no país, cuja população já era pequena, demorando mais a industrialização. Além disso, o adiantamento para os gastos da família real, as despesas com as obras públicas e a desvalorização da moeda brasileira que teve uma grande influência na balança de pagamentos de Portugal, contribuíram para agravar os problemas económicos e aumentar as queixas públicas. Em especial o problema das dívidas da família real, que foi motivo de grande contestação até ao final da Monarquia, deu origem a discussões no Parlamento que desacreditaram o regime monárquico.⁶

Com as transformações económicas e tecnológicas na Europa, eclodiram várias revoluções liberais durante o século XIX. Devido ao desenvolvimento do capitalismo e à vaga de industrialização, a ascensão da burguesia não se podia impedir. Em Portugal, as grandes mudanças na política e na legislação puseram fim aos direitos senhoriais. A nobreza tradicional dedicou-se às atividades comerciais e industriais como a burguesia. Todavia, o atraso e a descoordenação da evolução das classes sociais causavam a formação das novas camadas privilegiadas, provocando novos conflitos sociais. Além disso, a perda das colónias na decadência do Império Marítimo, o lento processo de industrialização e o desequilíbrio nos setores económicos ainda resultavam na debilitação económica em que faltava capacidade de ter mais progresso quer na produção interna, quer na concorrência externa com as grandes potências. Tudo isso

⁶ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, pp. 100 e 101.

empurrou as elites representativas dos grupos dominantes para a imprescindibilidade de revisões das suas estratégias económicas e políticas.⁷

No campo político, apesar de ter erguido o regime da Monarquia constitucional cedo na década vinte do século XIX, a instabilidade da política continuava e resultou em várias guerras e revoluções que prejudicavam as atividades económicas na sociedade, impedindo o desenvolvimento do país. Até ao triunfo do movimento da Regeneração, em 1851, Portugal entrou num período relativamente pacífico e estável. As condições políticas bastante boas fomentaram a aceleração da modernização.

No entanto, a estabilidade não durou muito tempo e a crise da conjuntura política aconteceu novamente. A principal característica no período a seguir à Regeneração foi o Rotativismo, que se refletiu na política, como um grande fator que causou a inquietação social. No governo interno, desde a Regeneração até ao fim da Monarquia, realizaram-se 33 eleições de deputados para o Parlamento. Apesar de cada legislatura dever ter a duração de um quadriénio, realmente, teve uma média de um ano e nove meses por legislatura,⁸ o que aponta para uma grande instabilidade governamental com tantas intrigas partidárias, clientelismo e corrupção. Depois do Ultimato, quer os governos de iniciativa régia quer os de alternância nova dos partidos tradicionais, não conseguiam dar resposta às crises do país nem resolviam os problemas internos. Os governos degradaram-se e perdiam quase toda a confiança do povo. Para a política fora do governo monárquico, o monopólio do rotativismo oligárquico afastou muitas oportunidades dos outros partidos representativos da população tais como o Partido Republicano e o Partido Socialista para participarem nas atividades políticas. Sobretudo na lei eleitoral franquista, de 1895, os operários, maciçamente analfabetos, apesar de terem grandes aspirações de participar na política para melhorar a vida difícil, pobre, sem segurança e sem proteção, estavam privados do direito de voto e totalmente

⁷ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 20.

⁸ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 67.

excluídos da vida política. Por exemplo, em 1910, só cerca de 12 por cento da população tinha direito de voto: cerca de metade dos homens com mais de 21 anos. Os que realmente votavam eram muito menos.⁹ Pode-se considerar que o regime perdia a sua capacidade de mobilização e de atração de massas populares, ficando isolado gradualmente. Deste modo, intencional ou desintencionalmente, formavam-se as associações dos excluídos e marginalizados entre os proletários, os operários, os pequenos burgueses, os de profissões liberais, os professores e os estudantes universitários e até as patentes baixas militares para lutar por mais direitos políticos via revoltas e revoluções.

Depois do Ultimato, devido à falta nas divisões da África e ao agravamento da crise económica, emergia também uma profunda crise política. A pressão das crises causou problemas mesmo nos partidos monárquicos. Aconteceram as cisões tanto no Partido Regenerador como no Partido Progressista, as quais enfraqueceram os próprios partidos e vieram dar mais forças aos opositores da Monarquia. Perante a má conjuntura política, D. Carlos nomeou João Franco para chefiar um novo governo para terminar com a instabilidade do rotativismo, parecendo um último esforço para salvar a Monarquia. No entanto, as medidas e decisões políticas e económicas de João Franco não melhoraram a situação mas, pelo contrário, provocaram mais descontentamentos e contestações. Sobretudo os decretos promulgados do governo de João Franco permitiam o aumento da lista civil de D. Carlos, o que deixou o povo perder a esperança total na Monarquia. A partir do encerramento do Parlamento, em 1907, João Franco começou a governar em ditadura. A sociedade estava cheia de agitação com greves e protestos frequentes contra a ditadura e João Franco respondia a isso com repressão, substituindo os membros descontentes e suspendendo jornais. Em 1908, o país estava quase em clima de insurreição nacional.¹⁰ Pode-se considerar que a ditadura exacerbou todos os conflitos e diretamente causou o derrube da Monarquia poucos anos depois.

⁹ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 24.

¹⁰ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, pp. 102 e 103.

Apesar da demissão de João Franco e a formação do novo governo depois do Regicídio, os problemas continuavam e havia vários escândalos na política. Naquele momento, o Partido Republicano Português já ganhou inúmeros apoiantes não só da classe média mas também de outros grupos sociais contra a Monarquia. A aspiração comum do povo não estava mais na Monarquia constitucional.

A respeito das ideias e dos movimentos sociais, graças à modernização nos transportes e nas comunicações, as maiores facilidades de ligação à Europa proporcionavam a circulação de ideias e o conhecimento das novas tendências culturais, o que fomentava os novos ideais e pensamentos crescentes em Portugal, especialmente nos jovens estudantes, com certeza entrando em conflitos com os valores tradicionais. Em 1871, a realização das Conferências do Casino foi um dos eventos mais significativos na segunda metade do século XIX. Os intelectuais pretendiam estudar as condições para a transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa. Embora a reação dos conservadores tivesse proibido mais realizações das conferências, a Geração de Setenta já manifestaria as intenções progressistas e idealistas. O programa foi assinado por muitas figuras importantes no círculo ideológico, incluindo Antero de Quintal, Eça de Queirós e Teófilo Braga, que viria a ser o primeiro chefe de Estado da Primeira República.

Naquela época, na maioria dos países europeus vigoravam monarquias à exceção apenas da França e da Suíça. O republicanismo político não apareceu muito cedo em Portugal e só a partir de 1870, os republicanos começaram a organizar-se como partido político. Contudo, à medida que se agravavam os problemas políticos e económicos, o republicanismo crescia rapidamente, aproveitando todas as questões polémicas para exaltar os ânimos populares contra o regime monárquico e contra o peso da Igreja Católica. Além de lutar por conquistar o Parlamento e as câmaras municipais na política, os republicanos não pouparam esforços no contacto com as massas para divulgar e popularizar a doutrina republicana, incluindo organizar conferências e

palestras, trabalhar como professores nas escolas e lançar movimentos da propaganda, entre os quais as celebrações do Centenário de Camões, em 1880, como acontecimento catalisador do crescimento do republicanismo, deixavam o movimento republicano ganhar espaço político e conseguir começar a chegar às massas populares, sendo o ponto de partida no processo de queda do regime monárquico nos olhos de alguns observadores.¹¹ Sob uma chefia coletiva chamada Diretório, sediado em Lisboa, as atividades do movimento republicano expandiam-se em todo o país pelas organizações locais.

Além do Partido Republicano Português, o movimento republicano era composto por mais outras organizações como a Associação do Registo Civil, a Carbonária, as associações femininas e feministas – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – e a Maçonaria. Apesar de ser um fenómeno minoritário perante os conservadores, o republicanismo revelou um enorme dinamismo político e cultural e conseguiu reunir forças capazes de ultrapassar a inferioridade numérica.¹² O próprio movimento republicano também era influenciado pelas outras forças, nomeadamente dos socialistas e dos anarquistas.¹³ Em resumo, antes da Revolução, somavam-se todas as organizações como alinhamento que lutava por derrubar a Monarquia a fim de realizar as expetativas e aspirações de melhorar as condições políticas, económicas e sociais.

¹¹ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 64.

¹² Cf. *Idem, ibidem*, p. 75.

¹³ Cf. *Idem, ibidem*, p. 69.

1.2. O processo geral da Revolução

O Regicídio foi um reflexo coletivo dos descontentamentos sociais. Na altura, Portugal já vivia em situação precária com vários movimentos republicanos. O reinado do último rei, D. Manuel II não passava de uma demora efémera da queda da Monarquia. Finalmente, na madrugada do dia 4 de outubro, eclodiu a revolta lisboeta, como revolução republicana nacional.

Embora se confirmasse a ideia de forjar uma República em Portugal, coexistiam diferentes correntes de forma de luta dentro do Partido Republicano Português e no campo republicano, entre as quais as duas principais eram uma luta legalista, eleitoralista e ordeira e uma luta radical e revolucionária. O congresso de Setúbal, em 1909, foi a primeira vitória dos revolucionários e no novo congresso, em 1910, reorganizou-se a comissão revolucionária. A partir de então, os revolucionários ganharam o poder no Partido Republicano Português, decidindo enveredar pela via revolucionária.¹⁴

O plano de movimento revolucionário foi principal e fundamentalmente sobre as ações de revolta civil e a amotinação das forças militares em Lisboa. Na reunião urgente dos chefes na noite de 3 de outubro, por causa da prevenção de todas as tropas da guarnição sob a ordem do governo, alguns oficiais advogaram o adiamento do plano, mas o almirante Cândido dos Reis insistiu para que se continuasse.¹⁵

Na madrugada do dia 4 de outubro, os republicanos conseguiram tomar alguns quartéis em que organizaram colunas de tropas para ter como objetivo o rei no Palácio Real das Necessidades e o Quartel do Carmo, mas as tropas amotinadas foram acoissadas por forças monárquicas. As ações do plano militar fracassaram. No que diz respeito ao levantamento da Marinha ao mesmo tempo, os marinheiros revoltavam-se no Quartel de Marinheiros e em dois cruzadores, o *Adamastor* e o *São Rafael*. Mas a

¹⁴ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, pp. 75 e 76.

¹⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p. 55.

revolução ainda não corria conforme planeado. Falhou o sinal de desencadear as operações – três tiros de canhão, o que convenceu Cândido dos Reis do malogro. Ele suicidou-se pouco depois. Entretanto, as colunas de tropas, impossibilitadas de avançar os seus objetivos, dirigiram-se para o Rato e foram forçadas a subir até à Rotunda. Ali ficaram entrincheiradas, esperando por outras forças de apoio.

Tendo recebido as más informações, alguns chefes do Diretório perderam a confiança e regressaram a casa. Na frente, em face da situação difícil, com a ausência dos dirigentes e a notícia da morte do almirante Cândido dos Reis, alguns oficiais quiseram desistir, mas o capitão Machado Santos quis continuar a resistir.

Por outro lado, a Carbonária, à qual a organização das forças civis foi confiada, tinha desligado os fios telegráficos e tinha cortado as vias-férreas para impedir o governo de pedir reforços e o avanço de tropas quando se iniciou a revolução. A pouco e pouco, os civis e os membros da Carbonária, em que a espinha dorsal foi a plebe urbana lisboeta,¹⁶ começaram a juntar-se às tropas rebeldes na Rotunda, continuando a resistência. No dia 4, os navios revoltosos já dominaram o Tejo e tiveram rumado para perto do Terreiro do Paço. O *São Rafael* fez fogo sobre os ministérios na praça, o que provocou o pânico nas tropas monárquicas porque tiveram de encarar dois fogos das tropas na Rotunda e dos navios.

O rei, entretanto já fugira de Lisboa para Mafra depois dos bombardeamentos sobre o Palácio. Na manhã do dia 5, para salvar os estrangeiros em Lisboa, o encarregado de negócios alemão solicitou uma trégua. O líder Machado Santos aproveitou a ocasião para descer com a multidão até ao Rossio e exigir a capitulação das tropas monárquicas.¹⁷

¹⁶ Cf. *Idem, ibidem*, p. 18.

¹⁷ Cf. Proença, Maria Candida, *História de Portugal. Da República à União Europeia Século XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009, pp. 12 e 13.

Passando as vicissitudes ao longo dos dias 4 e 5 de outubro, a República finalmente foi proclamada na Câmara Municipal de Lisboa. Na província, a República também foi geralmente implantada sem resistência significativa após tomada de conhecimento do anúncio da vitória republicana na capital.

Na revolução, o povo lisboeta combateu corajosamente contra as tropas monárquicas, sendo decisivo o papel dos carbonários. Pelo contrário, o comportamento das forças monárquicas foi deficiente, o que mais uma vez refletiu a incapacidade do governo da Monarquia. De qualquer modo, em caso de insucesso em Lisboa, a Alta Venda Carbonária estava preparada para continuar o movimento revolucionário na província, o que Machado Santos confessou no seu *Relatório*. Isso também indica que a Revolução não foi possível de ser impedida.¹⁸

¹⁸ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 58.

1.3. A situação geral da Primeira República Portuguesa

Com o triunfo republicano, em seguida constituiu-se um governo provisório presidido por Teófilo Braga. A composição deste governo foi o resultado de um acordo de última hora entre os vultos do partido porque o Diretório não tinha soluções preparadas para a situação sem algumas figuras elevadas como Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. No final, Afonso Costa viria a tornar-se a figura dominante nos primeiros anos. A composição suscitou desde logo críticas e oposições, particularmente dos carbonários que não ocupavam nenhuma pasta no governo. Pode-se dizer que os problemas iniciais no Governo Provisório já foram um prenúncio da divisão posterior entre os republicanos, que deixou a conjuntura política mais agitada.

Os governos republicanos realizaram bastantes reformas progressistas nos campos da legislação social e do ensino para alargar as liberdades e eliminar os privilégios. No entanto, a difícil situação económica e financeira herdada do tempo monárquico, o radicalismo anticlerical, a intervenção na Primeira Guerra Mundial e as lutas partidárias contribuíram para as instabilidades permanentes, quer na política, quer na sociedade, que impediram a concretização de muitas promessas dos republicanos do início. Por isso os governos republicanos perdiam gradualmente os apoios das maiores camadas sociais.

A Monarquia não foi fácil de desaparecer, pois alguma parte dos monárquicos não aceitou a vitória republicana. Eles conspiraram e lançaram algumas incursões contra a República. Ainda se restaurou a Monarquia no Porto, em 1919, mas só durou pouco tempo. O evento foi conhecido por Traulitânia. Embora todas as tentativas fossem derrotadas pelos republicanos, essas também aumentaram a instabilidade no país.

Na breve história da Primeira República, a entrada na Grande Guerra pode ser o maior evento. Para proteger os interesses das colónias e diminuir os problemas domésticos, Portugal participou na Guerra e aderiu aos Aliados. Durante a Guerra, as

crises internas e os descontentamentos sociais continuavam. No fim de 1917, instaurou-se uma ditadura militar de Sidónio Pais, por uma golpe militar. O país entrou num período conhecido por República Nova. Mas como João Franco, esta ditadura também não conseguia resolver os problemas e a crise agravava-se. A pesada derrota sofrida pelo Corpo Expedicionário Português em La Lys na Guerra ainda aumentou as contestações. No fim de 1918, com a morte de Sidónio, a ditadura caiu.

Apesar da tendência duma melhoria na situação económica e financeira na década de vinte no século XX, a perda de confiança da classe média na República fomentou os apoios dos movimentos conservadores de direita que prometeram a paz e a ordem. Perante as agitações e a ameaça das forças mais radicais, os apoios resultaram na ascensão das forças de direita. A 28 de maio de 1926, o golpe militar iniciado pelo general Gomes da Costa acabou por formar o governo do comandante Mendes Cabeçadas, nomeado pelo presidente da República. No dia seguinte, o presidente entregou todos os poderes ao governo militar. A Primeira República terminou.

2. Os aspetos da China

A prosperidade do período de Kangxi, Yongzheng e Qianlong¹⁹ foi o apogeu da dinastia Qing²⁰. No fim do período de Qianlong, já começou o declínio. Quando a China entrou no século XIX, os problemas económicos, políticos e sociais ainda ficavam cada vez maiores. Com a Primeira Guerra do Ópio, em 1840, tendo quebrado o isolacionismo da China, as ordens velhas começaram a colapsar. As invasões estrangeiras e os problemas internos ameaçavam a sobrevivência do país e abalavam o domínio da dinastia Qing. Por outro lado, os contactos entre os chineses e os ocidentais cresciam rapidamente, e portanto as tecnologias avançadas e as novas ideias foram introduzidas à China. As elites começaram a pôr em causa a Monarquia absoluta e a tentar salvar a nação por várias práticas. Finalmente, depois de muitas insurreições frustradas, o Levantamento de Wuchang²¹, em 10 de outubro de 1911²², eclodiu na província Hubei. A Revolução expandiu depressa por toda a China e declarou-se o estabelecimento da República da China, em 1 de janeiro de 1912. No entanto, quase em seguida, a nova República caiu na Era dos Senhores da Guerra. A sociedade ainda ficou mais agitada, longe da paz final.

Esta parte relativa à China, visa manifestar o panorama histórico desde o fim da dinastia Qing até à Expedição do Norte²³. No contexto geral da Revolução, abordamos o período entre a Primeira Guerra Sino-japonesa e a queda da Monarquia. Depois são o processo da Revolução e a situação geral da Era dos Senhores da Guerra para fazermos a comparação e a reflexão entre as duas Revoluções.

¹⁹ 康雍乾盛世 (*kāng yōng qián shèngshì*). 康熙 (*Kāngxī*) (reinado: 1661 - 1722), 雍正 (*Yōngzhèng*) (reinado: 1722 - 1735), 乾隆 (*Qiánlóng*) (reinado: 1735 - 1796 ou 1799) foram os nomes da era dos três Imperadores.

²⁰ Dinastia Qing: 清朝 (*Qīng cháo*) foi fundada pela família manchú de Aisin Gioro. Dominou toda a China entre 1644 e 1912.

²¹ 武昌起义 (*Wūchāng qǐyì*). Wuchang foi uma cidade na província de Hubei, e agora é um distrito da cidade Wuhan (武汉 *Wūhàn*). Hubei: 湖北 (*Húběi*), uma província no centro da China.

²² É o ano de Xinhai (辛亥 *Xīnhài*), de acordo com o calendário chinês do ciclo sexagenário, chamado os Troncos do Céu e os Ramos da Terra (天干地支 *Tiāngān dìzhī*). Por isso, a Revolução de 1911 chama-se Revolução Xinhai na China.

²³ 北伐 (*Běifā*). Foi uma campanha militar do Exército Nacional Revolucionário (國民革命軍 *Guómín géming jūn*). O nome oficial da força militar do Kuomintang e da República da China entre 1925 e 1947) entre 1926 e 1928, que resultou na queda do governo de Beiyang e que realizou a reunificação nominal da China sob um governo central. Beiyang (北洋 *Běiyáng*), literalmente Oceano Norte, foi o nome histórico da região por volta do Mar de Bohai. Depois representaria as fações políticas e militares relacionadas.

2.1. O contexto geral antes da Revolução

Na segunda metade do século XIX, os fracassos nas guerras com os estrangeiros e a falta de conhecimento do direito internacional resultaram em muitos tratados desiguais, que permitiram bastantes privilégios das grandes potências, o que prejudicou não só a economia tradicional, mas também a soberania da China. Durante as repressões da Rebelião Taiping²⁴, da Rebelião Nien²⁵ e das revoltas das minorias étnicas no noroeste da China²⁶, o Império Qing sofreu um grande dano. O Movimento de Autofortalecimento²⁷ foi a primeira tentativa de modernização. Mas, em 1895, a China ainda perdeu na Primeira Guerra Sino-japonesa, o que teve um grande impacto na China. Quer a corte da dinastia Qing, quer o povo chinês não conseguiram aceitar o facto de a China ser derrotada pelos japoneses. Então a consciência do nacionalismo chinês acordou e os intelectuais viraram-se para pensar nas reformas políticas a fim de salvar o país. Todavia, as reformas corriam muito dificilmente porque os oponentes conservadores estavam fortes. Atravessando a Reforma dos Cem Dias²⁸, o Movimento de Boxer²⁹ e a Guerra Russo-japonesa³⁰, os conservadores já tiveram a consciência da gravidade e decidiram-se a promover as reformas para proteger a dinastia manchú. Mas perante as crises profundas em todos os aspetos, já era tarde para manter o domínio.

No campo económico, geralmente, ainda no século XIX, a China pode-se considerar como um grande conjunto de aldeias simples, coordenadas pela burocracia

²⁴ 太平天国 (*Tàipíng tiānguó*) (1851 - 1864). Literalmente o Reino do Céu da Grande Paz. Foi uma grande revolta dos camponeses do sul da China. Tinha conquistado mais de 600 cidades e tinha controlado quase todos os territórios do sul da China.

²⁵ 捻军起义 (*Niǎnjūn qǐyì*) (1851 - 1868). Uma rebelião dos camponeses no norte da China.

²⁶ Principalmente, foram a revolta dos muçulmanos chineses e as invasões do Canato de Kokand e da Rússia a Xinjiang (新疆 *Xīnjiāng*). Xinjiang, hoje em dia, é a Região Autónoma Uigur de Xinjiang da República Popular da China.

²⁷ 洋务运动 (*Yángwù yùndòng*) ou 自强运动 (*Zìqiáng yùndòng*) (Praticamente 1861 - 1895). Um movimento que visou aprender as tecnologias ocidentais para fortalecer as forças militares e realizar a industrialização na economia.

²⁸ 戊戌变法 (*Wùxū biànfǎ*) foi uma série das reformas radicais entre 11 de junho e 21 de setembro de 1898, terminando num golpe de Estado pelos oponentes conservadores liderados pela Imperatriz Viúva Cixi. Quase todas as reformas ficariam canceladas. A Imperatriz Viúva Cixi: 慈禧太后 (*Cǐxǐ tàihòu*) (1835 - 1908), assumiu o poder de facto, em 1861, e passou a ser a verdadeira líder da dinastia Qing até a sua morte. Ela foi uma das concubinas do Imperador Xianfeng (咸丰 *Xiánfēng*), foi a mãe do Imperador Tongzhi (同治 *Tóngzhì*, reinado: 1861 - 1875) e foi a tia do Imperador Guangxu (光绪 *Guāngxù*, reinado: 1875 - 1908).

²⁹ 义和团运动 (*Yìhétuán yùndòng*) (1899 - 1900). Um movimento xenófobo com o slogan de “Apoiar a dinastia Qing e eliminar os estrangeiros” terminou na Invasão da Aliança das Oito Nações à capital da China, Pequim (北京 *Běijīng*). Os eventos causaram um grande tumulto no Norte da China.

³⁰ A maioria das batalhas nessa guerra aconteceu em Manchúria da China. Mas a China estava tão fraca que só conseguia ficar na posição neutral. Por outro lado, nos olhos chineses naquele tempo, a guerra mostrou a superioridade da Monarquia constitucional japonesa.

através da força de moralidade. Devido à geografia e ao clima nos territórios da China, a concentração da produção agrícola era mais importante do que os comércios livres descentralizados. Sob a economia natural limitada e a política oficial da fisiocracia, não se desenvolviam muito as atividades comerciais como nos países ocidentais, e portanto não se realizou um sistema financeiro moderno. Nas palavras de Ray Huang³¹, não se conseguia realizar a gestão matematicamente do sistema fiscal³², o que foi o problema fundamental na economia. Apesar de algum desenvolvimento da indústria e das infraestruturas no Movimento de Autofortalecimento, a economia principal foi a agricultura e a indústria artesanal tradicionais, e o camponês ainda era a principal classe na sociedade. Mas nos últimos dias da dinastia Qing, por causa da superpopulação e do modo atrasado da produção, já se deu uma grande pressão à economia agrícola.

Antes da Primeira Guerra do Ópio, devido ao isolacionismo e à alta taxa das tarifas alfandegárias da dinastia Qing, a China ficava na balança extremamente favorável nos comércios internacionais. Sob essa circunstância, eram principalmente os ingleses que começavam a fazer os contrabandos do ópio da Índia para a China, o que causou inflações graves na China e finalmente provocou a Primeira Guerra do Ópio. Depois da Guerra, a proibição não se realizou, e pelo contrário o comércio do ópio ficava cada vez mais próspero³³ e o imposto do ópio ainda seria a principal receita do Império mais tarde³⁴, o que formava um círculo vicioso que impedia os desenvolvimentos normais dos comércios e das indústrias.

O Movimento de Autofortalecimento promoveu real e amplamente alguma modernização em muitos aspetos. Mas como os recursos necessários da indústria

³¹ Ray Huang: 黄仁宇 (*Huáng Rényǔ*) (1918 - 2000). Um historiador dos Estados Unidos. Era chinês e tinha uma experiência como um soldado do Exército Nacional Revolucionário Chinês durante a Segunda Guerra Sino-japonesa. Saiu da China, em 1950, e começou a viver nos Estados Unidos. Desde então, dedicou-se à sua carreira académica na história da China.

³² Cf. No texto original: “她的整个组织即是不能在数目字上管理。(tā de zhěnggè zǔzhī jí shì bùnéng zài shù mù zì shàng guǎnlǐ)”. 黄仁宇, 《中国大历史》, 第二版, 生活读书新知三联书店, 北京市 (Huang, Ray, *A Macro-história da China*, 2ª ed., SDX Joint Publishing Company, Beijing), 2007, p. 268.

³³ Na verdade, em 1729, o Imperador Yongzheng já mandou o édito da proibição do comércio do ópio, sendo o primeiro decreto da proibição das drogas no mundo. Cf. <http://www.bjjdzz.org/116/2011-08-17/46683.htm>, consultado em 22 de abril de 2013.

³⁴ Cf. <http://zh.wikipedia.org/wiki/%E8%BE%9B%E4%BA%A5%E9%9D%A9%E5%91%BD>, consultado em 22 de abril de 2013.

ficavam quase totalmente controlados pelas grandes potências, e existia uma burocracia nas novas empresas estatais, que causou os problemas de corrupção e a falta de competitividade, era difícil desenvolver as verdadeiras formas modernas na economia. Por outro lado, os grandes investimentos pelo Movimento e pelas reformas posteriores, sobretudo nos aspetos militares, também aumentaram o défice na finança imperial. Além deste investimento, o projeto do Palácio de Verão³⁵ gastou tanto que causou a falta de orçamento da Armada Beiyang³⁶. Isso revelou que a situação financeira ainda estava pior. O capital e os produtos estrangeiros competitivos, o imposto interno, a inflação, a indemnização dos tratados desiguais e a corrupção agravavam a crise económica.

No campo das relações exteriores, apesar de surgir a Regeneração de Tongzhi³⁷, os problemas internos e as ameaças externas não desapareceram. A Diplomacia das Canhoneiras das grandes potências fez a China submeter-se às exigências do sistema global colonial, que quebrava o tradicional Sistema de Tributo Centralizado pela China na Ásia Leste³⁸. Além das indemnizações, a abertura dos portos de comércio livre para os estrangeiros e as cessões do território³⁹, a China deu muitos privilégios unilaterais às grandes potências, e por causa do *Status* de Nação Mais Favorecida, todas as potências podiam ter os mesmos privilégios na China. Os privilégios aumentavam gradualmente. Depois da Primeira Guerra do Ópio, os mais importantes eram o direito do estacionamento dos navios de guerra, o direito de regulamentar as tarifas alfandegárias

³⁵ 颐和园 (*Yihé yuán*), é um grande jardim imperial em Pequim. Foi construído para celebrar o sexagésimo aniversário da Imperatriz Viúva Cixi.

³⁶ Geralmente se considera como uma razão indireta da perda da Armada Beiyang (北洋水师 *Běiyáng shuǐshī*) na Primeira Guerra Sino-japonesa.

³⁷ 同治中兴 (*Tóngzhì zhōngxīng*) (1860–1874). Foi designado pelo período do Imperador Tongzhi em que não havia grandes guerras ou revoltas na China e as relações externas ficavam relativamente em paz. Neste período, apareceu uma ligeira recuperação na economia doméstica e começou a modernização no Movimento de Autofortalecimento.

³⁸ Depois da Primeira Guerra Sino-japonesa, a assinatura do Tratado de Shimonoseki causou a independência da Coreia, reconhecida pela China e pelo Japão (Realmente a Coreia ficaria dentro da esfera de influência do Japão). Então, a China perdeu quase todos os Estados de vassalagem, o que simbolizou o fim do Sistema de Tributo Centralizado pela China. Cf. 简军波, “中华朝贡体系: 观念结构与功能”, em 《国际政治研究》, 北京市 (Jian Junbo, “O Sistema de Tributo Centralizado pela China: o Conceito, a Estrutura e a Função”, em *Estudos da Política Internacional*, Beijing), 2009, n.º 1, p. 141.

³⁹ Principalmente, cederam-se muitos territórios de Manchúria e do Noroeste da China à Rússia, alguma parte do Sul da China à Indochina Francesa, Hong Kong ao Reino Unido, Macau a Portugal e a região de Taiwan ao Japão. Mas na viragem do século, levantou-se uma onda de partição da China. Já se formaram as esferas de influência das grandes potências na China.

da China⁴⁰, o direito de evangelização livre⁴¹, o direito de estabelecer concessões⁴² e a exterritorialidade. Depois da Segunda Guerra do Ópio, adicionaram-se o direito de circulação dos navios nos rios do interior da China⁴³, a legalização do comércio de ópio, o acesso livre ao interior da China e o direito de exportação de mão-de-obra. Depois da Primeira Guerra Sino-japonesa, adicionou-se o direito de estabelecer fábricas e importar as máquinas⁴⁴. Depois da Invasão da Aliança das Oito Nações, adicionou-se o direito de acampamento na região de Pequim e seus arredores até ao mar. Estes privilégios danificavam gravemente a soberania e a economia da China, deixando a sociedade mais agitada. A humilhação nacional nas relações internacionais provocou muitos descontentamentos sociais.



Ilustração 1 – A fronteira territorial da dinastia Qing, em 1650, pela linha roxa, e a atual da China, pela linha vermelha⁴⁵

⁴⁰ As tarifas alfandegárias foram quase controladas pelas potências, o que agravava a dificuldade na situação financeira chinesa.
⁴¹ O direito resultou em muitos conflitos religiosos entre os chineses e os missionários. Houve mais de 400 conflitos entre 1840 e 1900. Cf. [https://zh.wikipedia.org/wiki/%E6%95%99%E6%A1%88_\(%E5%AE%97%E6%95%99\)](https://zh.wikipedia.org/wiki/%E6%95%99%E6%A1%88_(%E5%AE%97%E6%95%99)), consultado no dia de 23 de abril de 2013. Isso também foi uma das razões que causou o Movimento de Boxers.
⁴² Principalmente havia as concessões nas cidades fluviais e litorais. Formaram-se os “Estados dentro do Estado”. Funcionavam como portas dos estrangeiros. Também foram zonas ideais para os dissidentes e os revolucionários.
⁴³ O direito e os caminhos-de-ferro investidos pelos estrangeiros controlavam os transportes principais na China.
⁴⁴ Como a própria indústria nacional foi fraca, o direito realmente deixou os estrangeiros controlar as indústrias na China.
⁴⁵ Fonte: <http://www.ihuan.cc/ziceng/s/76.html>, consultado em 16 de julho de 2013.

Não se pode deixar de ter em conta a deterioração política do Império Qing interno. Desde a Invasão da Aliança das Oito Nações, havia mais movimentos dos revolucionários, os próprios conservadores finalmente lançaram uma série de reformas mais radicais do que a Reforma dos Cem Dias em quase todas as dimensões para manter o domínio monárquico e estabilizar a sociedade. Apesar dos grandes progressos, na verdade as reformas aceleraram a queda da dinastia. As novas políticas causaram o aumento dos impostos no povo, o que aumentou mais descontentamentos sociais⁴⁶. A reforma dos órgãos governamentais causou muitas intrigas entre os ministros. A legislação limitou os interesses dos latifundiários. A abolição do Exame Imperial⁴⁷ impediu quase o único acesso dos intelectuais tradicionais à política. A demora na elaboração da Constituição e na abertura do Parlamento diminuiu a expectativa demoliberal dos verdadeiros constitucionalistas. Por isso, a dinastia Qing perdeu os apoios de quase todas as classes (De facto, por causa do efeito do sistema do Exame Imperial, os políticos, intelectuais e latifundiários geralmente foram as mesmas pessoas, que formaram a base do domínio da dinastia Qing). O conjunto do governo e da família imperial, a saída de alguns ministros da etnia han⁴⁸ do governo pelas intrigas e o nacionalismo da etnia han revigorado contribuíram para os conflitos étnicos entre os hans e os manchus. Depois do falecimento da Imperatriz Viúva Cixi, em 1908, não apareceu uma figura tão poderosa da família imperial e os problemas internos não se resolveram. Em maio de 1911, o primeiro moderno conselho de ministros estabeleceu-se com quase todos os membros manchus nas posições importantes. Esse “gabinete da família imperial” finalmente revelou que os nobres manchus apenas queriam manter o trono e não tinham a sinceridade da promoção do constitucionalismo.

⁴⁶ Cf. 费正清, 刘广京, 《剑桥中国史第十一册 - 晚清篇 (下)》, 南天书局, 台北市 (Fairbank, John King e Liu Kwang-Ching, *A História da China de Cambridge. Vol. 11 - o Final da Dinastia Qing (Segunda Metade)*, SMC Publishing, Taipei), 1987, p. 461.

⁴⁷ 科举 (*kējū*), O sistema de exame imperial na China perdurou por treze séculos, da sua fundação durante a dinastia Sui (隋朝 *Suí cháo*) (581 - 618), até a sua abolição perto do final da dinastia Qing, em 1905. Na dinastia Ming e a dinastia Qing, o conteúdo das provas foi geralmente as obras clássicas do confucionismo. Para as pessoas comuns, o exame quase foi o único acesso a entrar na política.

⁴⁸ 汉 (*Hàn*). Han é o maior grupo étnico na China, sendo mais de 90% da população chinesa.

O povo já perdeu toda a confiança e a opinião pública virar-se-ia para simpatizar e apoiar os revolucionários.

No século XIX, os exércitos regulares tradicionais⁴⁹ já estavam tão fracos que não conseguiam reprimir as revoltas domésticas, nem combater com as forças militares modernas estrangeiras. Então a corte imperial autorizou o estabelecimento das novas forças militares regionais pelos vice-reis ou pelos governadores provinciais, o que diminuía o poder do governo central. Na Invasão da Aliança das Oito Nações⁵⁰, os vice-reis das regiões do sudeste ignoraram a ordem imperial de declarar a guerra com as onze nações, para proteger as suas províncias⁵¹, o que manifesta a perda da autoridade do governo central. O Novo Exército⁵² foi a última força militar criada pela autorização oficial, substituindo os exércitos tradicionais. Além das forças militares regionais anteriores, os líderes sensatos recrutaram mais jovens bem-educados nos exércitos, o que deixava os soldados mais abertos às novas ideias e menos leais à dinastia Qing. O Levantamento de Wuchang é que foi uma amotinação do Novo Exército de Hubei.

No campo das ideias e dos movimentos sociais, com a entrada dos estrangeiros, os chineses conheciam mais sobre o mundo. Perante as grandes potências, os chineses acordavam gradualmente da ilusão do Estado mais avançado no mundo. A China encontrou um momento de mudança que não tinha encontrado durante mais de mil anos. Não só uma dinastia mas também uma civilização que pareceu ir colapsando foi revivificada a prolongar por outros sessenta anos pelos esforços extraordinários dos homens excepcionais⁵³. Apareceram muitos intelectuais que começaram a apresentar as

⁴⁹ Os exércitos regulares da dinastia Qing foram 八旗 (*Bāqí*, do Sistema Oito Bandeiras) e 绿营 (*Lǜyíng*, Bandeira Verde).

⁵⁰ 八国联军侵华 (*bāguó liánjūn qīnhuá*). Uma invasão das grandes potências para reprimir o Movimento de Boxers. De facto, a dinastia Qing “declarou” guerra às onze nações, entre as quais só os exércitos britânico, francês, alemão, americano, japonês, russo, italiano e austro-húngaro participaram na guerra. As nações não receberam a declaração de guerra pela via diplomática.

⁵¹ 东南互保 (*dōngnán hùbǎo*) significa a Proteção Mutua do Sudeste da China. As potências estrangeiras também aceitaram a situação e controlaram as suas atividades militares só no norte da China. O evento foi a primeira vez que os líderes regionais ignoraram a ordem da corte manchú publicamente. Depois, para proteger as suas províncias, as forças militares locais cresciam rapidamente, o que deu origem à Era dos Senhores da Guerra depois da Revolução Xinhai.

⁵² 新军 (*Xīnjūn*). Os exércitos foram criados para recuperar as perdas da Primeira Guerra Sino-japonesa. Foram formados com a organização e os equipamentos ocidentalizados. Alguns generais dos Novos Exércitos viriam a ser os senhores da guerra.

⁵³ Cf. No texto original: “... not only a dynasty but also a civilization which appeared to have collapsed was revived to last for another sixty years by the extraordinary efforts of extraordinary men in the 1860's.” Wright, Mary C., *The Last Stand of Chinese Conservatism: The T'ung-chih Restoration, 1862-1874*, 2nd printing., Stanford University Press, Stanford, 1962. p. ix.

culturas e as ideias ocidentais pelas traduções das obras ocidentais e pelas comunicações com os missionários. A primeira tentativa de reforma foi o Movimento de Autofortalecimento, sendo uma reforma mais ao nível tecnológico. Os ministros do governo persistiam nas tradições e defendiam “os valores tradicionais como fundamento e as tecnologias ocidentais como uso”⁵⁴. A perda da Primeira Guerra Sino-japonesa manifestou o fracasso do movimento. Os intelectuais começaram a pensar nas mudanças do regime. Existiam duas correntes principais: o reformismo constitucional monárquico e o revolucionarismo republicano. Então aconteceu a Reforma dos Cem Dias, que foi o início da segunda tentativa de reforma política. O malogro dessa reforma danificou muito a força reformista e deixou os revolucionários mais ativos. As reformas no fim da Monarquia promoviam o progresso nas ideias e a aspiração da democracia não se podia impedir, o que não protegeu o domínio da dinastia Qing, mas pelo contrário, abalou o regime dinástico. Mesmo que as reformas fizessem os grandes progressos na política e na economia, não satisfaziam as esperanças dos reformistas. Então muitas pessoas abandonaram a dinastia Qing e também a Monarquia. Sem as condições prévias sobre a sociedade preparada em cada aspeto naquele tempo, estas tentativas oficiais de reforma só foram insucessos iniciais no processo histórico da transformação total da China.

Naquela altura, o republicanismo era, sem dúvida, uma ideia subversiva. O governo perseguia os revolucionários. Portanto, as propagandas republicanas inicialmente divulgavam-se na diáspora chinesa nos países estrangeiros, incluindo os estudantes de intercâmbio, muitos ainda mandados pelo governo Qing, que passariam a ser os soldados nos Novos Exércitos, sendo uma força importante na Revolução Xinhai. Além de mais de dez revoltas e dos assassínios⁵⁵, os revolucionários estabeleceram escolas, realizaram comícios e criaram jornais para fazer as propagandas e organizar

⁵⁴ 中学为体, 西学为用 (*zhōngxué wéi tǐ, xīxué wéi yòng*). O princípio no Movimento de Autofortalecimento.

⁵⁵ Os revolucionários fizeram muitos assassínios aos ministros e aos nobres da dinastia Qing, entre os quais, o maior foi um plano sem êxito de assassinio, em 1910, do regente Zaifeng (载沣 *Zāifēng*), o pai do último Imperador da dinastia Qing.

debates com os reformistas que defendiam a Monarquia. Apesar da diferença na questão da Monarquia, o constitucionalismo e a democracia enraizavam-se no coração dos chineses e formavam a opinião principal da sociedade.

Desde a última década do século XIX, estabeleceram-se mais de dez grupos revolucionários na China e nos países estrangeiros, entre os quais o Xingzhonghui⁵⁶, fundado por Sun Yat-sen⁵⁷, se estabeleceu muito cedo. Mais tarde, formou-se o Tongmenghui⁵⁸, em 1905, que foi uma união entre o Xingzhonghui e os outros grupos revolucionários. O slogan foi “Expulsar os bárbaros, regenerar *Zhonghua* (a China), estabelecer uma República, e distribuir as terras igualmente para o povo”⁵⁹. Praticamente, os revolucionários utilizavam mais o nacionalismo da etnia han para unir mais pessoas antimanchus durante as revoltas, o que realmente teve um grande efeito. Além disso, os revolucionários tinham as cooperações com as sociedades secretas tais como a Sociedade do Céu e da Terra⁶⁰, a Tríade⁶¹, a Gelaohui⁶², a Zhigongtang⁶³, o Bando Verde⁶⁴, a Sociedade do Dragão Negro⁶⁵, etc. As atividades revolucionárias também receberam as ajudas em todos os aspetos da diáspora chinesa estrangeira. Alguns estrangeiros, sobretudo os japoneses, ainda aderiram aos grupos revolucionários e participaram diretamente nas revoltas⁶⁶.

⁵⁶ 兴中会 (*Xīngzhōnghuì*) (1894 - 1905). Literalmente, foi a “Sociedade para a Regeneração Chinesa”, que foi organizada por Sun Yat-sen em Honolulu. Foi considerado como o embrião do Kuomintang.

⁵⁷ Sun Yat-sen: 孙中山 (*Sūn Zhōngshān*) ou 孙文 (*Sūn Wén*) (1866 - 1925), 文 é o seu nome próprio. Yat-sen é a tradução fonética em cantonês do seu nome de estilo 逸仙 (*Yìxiān*). 中山 (*Zhōngshān*) veio de um pseudónimo dele quando estava no Japão. Tinha sido originalmente um médico. Foi um homem do Estado, pioneiro do republicanismo e líder revolucionário chinês. Viria a ser o primeiro Presidente Provisório da República da China e o fundador do Kuomintang. É reverenciado como pai da nação na República da China e como herói da nação pelo Partido Comunista da China. Kuomintang: 中国国民党 (*Zhōngguó guómíndǎng*): literalmente o Partido Nacionalista da China (1919 até atualmente).

⁵⁸ 中国同盟会 (*Zhōngguó tóngméng huì*) (1905 - 1912). A Aliança das Sociedades Revolucionárias foi criada em Tóquio.

⁵⁹ 驱除鞑虏, 恢复中华, 创立民国, 平均地权 (*qūchú dǎlǔ, huīfù zhōnghuá, chuànglì mínguó, píngjūn dìquán*). 鞑虏 é o nome antigo para as minorias étnicas no norte da China, que implicava os nobres manchus no slogan. 中华 é o nome em chinês da China.

⁶⁰ 天地会 (*Tiāndì huì*) ou 洪门 (*Hóngmén*), um conjunto das sociedades secretas antimanchu desde o início da dinastia Qing, com o princípio de anti-Qing e restaurar a dinastia Ming. A Tríade e muitas outras sociedades vieram desta sociedade.

⁶¹ 三合会 (*Sānhé huì*), Agora já se desenvolvem como o nome coletivo das organizações criminosas chinesas por todo o mundo.

⁶² 哥老会 (*Gēlǎo huì*), Literalmente, a Sociedade dos Irmãos, surgiu no fim da dinastia Qing no sudoeste da China.

⁶³ 致公堂 (*Zhìgōng táng*), Foi a dependência americana da Sociedade do Céu e da Terra. Sun Yat-sen foi membro desta sociedade. Agora é transformada no Partido de Hongmen Zhigong (洪门致公党 *Hóngmén zhìgōng dǎng*). Também tinha as relações históricas com o Partido Zhigong da China (中国致公党 *Zhōngguó zhìgōng dǎng*), que é um dos oito partidos participantes na política da República Popular da China atualmente.

⁶⁴ 青帮 (*Qīng bāng*), Vem dos trabalhadores do sistema de transporte fluvial. Muitas personagens importantes na história moderna da China eram os membros desse bando, por exemplo, Chiang Kai-shek (蒋介石 *Jiǎng Jièshì*).

⁶⁵ Uma sociedade secreta e criminoso do Japão. O Tongmenghui foi criado na sede desta sociedade.

⁶⁶ Cf. <http://dangshi.people.com.cn/GB/16937920.html>, consultado em 24 de abril de 2013.

2.2. O processo geral da revolução

Em maio de 1911, o “gabinete da família imperial” já provocou amplamente os descontentamentos sociais. Em seguida, o governo anunciou a nacionalização dos caminhos-de-ferro investidos pelo povo local, o que provocou o Movimento da Proteção do Direito dos Caminhos-de-ferro⁶⁷. Os protestos na província de Sichuan transformaram-se em greves, e depois, em revoltas. Como o exército de Sichuan ignoraram a ordem da repressão, o governo central transferiu uma parte do Novo Exército de Hubei, para a província de Sichuan com o objetivo da repressão, o que causou a falha da defesa na Hubei.

O Novo Exército de Hubei estava cheio de revolucionários, principalmente do Gongjinhui e da Sociedade da Literatura⁶⁸. Os revolucionários pretenderam aproveitar essa boa ocasião para lançar uma amotinação quando as forças militares saíram da Hubei. O dia 24 de setembro, realizou-se uma reunião das duas sociedades e os revolucionários no Novo Exército para preparar a revolta. Em 9 de outubro, um atentado com bomba dos revolucionários na concessão russa causou a revelação da informação da revolta. Avisado disso, no dia seguinte, o vice-rei de Hubei começou a procurar os revolucionários. Então os líderes decidiram começar as operações à noite. Durante a noite, uns soldados revolucionários começaram a amotinar e de imediato receberam as respostas da maioria dos soldados no Novo Exército. Antes da madrugada, os revolucionários conquistaram a casa do governo, e o vice-rei fugiu. À noite de 11 de outubro, estabeleceu-se o Governo Militar de Hubei da República da China⁶⁹, independente da dinastia Qing, e lançou um apelo da Revolução às outras províncias.

⁶⁷ 保路运动 (*Bǎolù yùndòng*). Foi uma série dos protestos principalmente nas províncias de Sichuan, Hubei, Hunan, Guangdong onde os principais caminhos-de-ferro passavam. O movimento na província de Sichuan ficou o mais ativo. A nacionalização dos caminhos-de-ferro fez os empréstimos nos bancos estrangeiros e só deu as ações nacionais em vez de devolver o dinheiro aos investidores locais, em que aconteceu uma perda no mercado de ações, que provocou os descontentamentos sociais. Sichuan (四川 *Sīchuān*), uma província vizinha ao oeste de Hubei; Hunan (湖南 *Húnán*), uma província vizinha ao sul de Hubei; Guangdong (广东 *Guǎngdōng*), uma província no sul da China, também conhecida como a Província de Cantão.

⁶⁸ 共进会 (*Gòngjìn huì*) (1907 - 1912). Literalmente Sociedade de Avançar Juntos; 文学社 (*Wénxué shè*) (1909 - 1912).

⁶⁹ 中华民国军政府鄂军都督府 (*Zhōnghuá mínguó jūnzhèngfǔ èjūn dūdūfǔ*), Foi o primeiro governo provincial da República da China e realmente fazia um papel do governo central por dois meses durante a Revolução. 鄂 (*È*) é um outro nome de Hubei.

Rapidamente, dentro de dois meses, sob a liderança dos revolucionários, a Revolução desenvolveu-se por revoltas em quase todas as províncias da China, estabeleceram-se os governos militares provinciais independentes da dinastia Qing com os membros dos revolucionários e dos deputados de Ziyiju⁷⁰. As grandes potências ficavam neutras. Perante a situação, a corte da dinastia Qing mandou Yuan Shikai⁷¹, o chefe do Novo Exército de Beiyang⁷², para reprimir a Revolução. Em 1 de novembro, a corte dissolveu o “gabinete da família imperial” e nomeou Yuan como primeiro-ministro para organizar um novo governo. Em 3 de novembro, promulgaram-se os Dezanove Dogmas da Constituição⁷³, mas não fez sentido. No meio de novembro, a marinha de guerra imperial virou a casaca e aderiu aos revolucionários. Ao mesmo tempo, depois de as forças militares imperiais terem reconquistado algumas cidades dos revolucionários em Hubei, Yuan quase controlou a situação do norte da China, e secretamente começou a negociar com os revolucionários do sul.

No início de dezembro, começaram as longas complexas negociações entre o Norte da corte imperial por Yuan Shikai e o Sul da República. Realizaram o cessar-fogo e chegaram a um acordo de reconhecer a nova República para resolver os conflitos pacificamente, mas havia divergências nos detalhes sobre a assembleia popular. Apareceram disputas internas nos diferentes grupos revolucionários também. A conciliação foi que desde que Yuan conseguisse realizar a queda da Monarquia e apoiasse a República, os revolucionários apoiavam-no para ser o Presidente da República. No fim de dezembro, Sun Yat-sen voltou para a China⁷⁴. Devido à grande

⁷⁰ 咨议局 (Zīyìjú), o Parlamento regional preparatório da dinastia Qing, realizado em todas as províncias, em 1909.

⁷¹ 袁世凯 (Yuán Shìkǎi) (1859 - 1916), foi uma figura importante durante o fim da dinastia Qing e os primeiros anos da República da China. Foi o líder das forças de Beiyang. Foi o primeiro Presidente da República da China e o Imperador do “Império da China” (中华帝国 Zhōnghuá dìguó).

⁷² O exército mais forte dos Novos Exércitos criado por Yuan Shikai.

⁷³ 宪法重大信条十九条 (Xiànfǎ zhòngdà xìntiào shíjiǔ tiáo) foi a primeira Constituição moderna da China. O texto total: <http://zh.wikisource.org/wiki/%E6%86%B2%E6%B3%95%E9%87%8D%E5%A4%A7%E4%BF%A1%E6%A2%9D%E5%8D%81%E4%B9%9D%E6%A2%9D>, que refletiu o espírito da democracia ocidental. Adicionou mais limites ao poder do Imperador do que no documento anterior, o Programa da Constituição pela Ordem Imperial (钦定宪法大纲 Qīndìng xiànfǎ dàgāng), que foi o primeiro documento com a natureza constitucional e confirmou a Monarquia constitucional da China. Cf. <http://www.chinavalue.net/wiki/showcontent.aspx?titleid=57140>, consultados no dia de 28 de abril de 2013.

⁷⁴ Depois de ser procurado pelo governo Qing, Sun Yat-sen estava nos países estrangeiros e aderiu à nacionalidade dos Estados Unidos. Quando eclodiu o Levantamento de Wuchang, Sun Yat-sen estava em Denver.

fama dele e às disputas internas, foi eleito Presidente Provisório da República da China. Em 1 de janeiro de 1912, estabeleceu-se o Governo Provisório da República da China, em Nanquim⁷⁵. No entanto, as negociações e as disputas continuavam. Sun prometeu conceder o cargo de Presidente Provisório a Yuan depois de derrubar a Monarquia, mas queria que Yuan tomasse posse em Nanquim para o afastar das suas forças de Beiyang, o que seria inaceitável para Yuan porque a sua força política e militar estava no norte. Em 16 de janeiro, um plano sem êxito de assassinio de Yuan por parte dos revolucionários fê-lo esclarecer a sua posição em favor da Revolução. Nos últimos dias de janeiro, o governo de Nanquim apresentou ao governo de Qing as condições preferenciais para a família imperial e a nobreza das minorias étnicas⁷⁶ e Yuan aproveitou-as para tentar persuadir a família imperial a aceitar as condições para salvar as vidas dos membros da família imperial. No dia 29, realizou-se a última conferência imperial, em que a família imperial aceitou a abdicação. Em 3 de fevereiro, a Imperatriz Viúva Longyu⁷⁷ autorizou a Yuan para negociar as condições com o governo em Nanquim. No dia 12 de fevereiro, a Imperatriz Viúva Longyu aceitou as condições finais e anunciou o Édito da Abdicação⁷⁸ em nome do Imperador Xuantong, que simbolizou formalmente a queda da dinastia Qing que dominou a China durante 268 anos e a queda da Monarquia absoluta mais de dois mil anos na China⁷⁹.

Desde abril de 1913, os principais países do mundo começaram a reconhecer a República da China⁸⁰. Em outubro de 1913, Yuan Shikai foi eleito o primeiro

⁷⁵ 南京 (*Nánjīng*), é uma antiga cidade no leste da China, fluvial do Rio Yangtze. Era a capital da República da China, em 1912, e entre 1928 e 1949.

⁷⁶ Cf. <http://baike.baidu.com/view/771216.htm>, consultado em 28 de abril de 2013.

⁷⁷ 隆裕太后 (*Lóngyù tàihòu*) (1868 - 1913), a última imperatriz da dinastia Qing e da China. Foi a tia do último Imperador Xuantong (宣统皇帝 *Xuāntǒng huángdì*) (1906 - 1967), que foi mais conhecido como Puyi (溥仪 *Pǔyí*), o nome próprio dele.

⁷⁸ 清室退位诏书 (*Qīng shì tuìwèi zhàoshū*), Cf. <http://zh.wikisource.org/zh/%E6%B8%85%E5%AE%A4%E9%80%80%E4%BD%8D%E8%A9%94%E6%9B%B8>, consultado no dia de 29 de abril de 2013. Confirmou que o Grande Império Qing foi herdado pela República da China.

⁷⁹ A Monarquia absoluta começou com Primeiro Imperador, 秦始皇 (*Qīnshǐhuáng*), que criou Huangdi (皇帝 *Huángdì*) para intitular o monarca e estabeleceu o primeiro império centralizado, a dinastia Qin (秦朝 *Qín cháo*) (221 a. C. - 207 a. C.).

⁸⁰ O Brasil foi o primeiro país que reconheceu a República da China em abril, seguido pelo Perú, o México, os EUA, etc. Cf. <http://zh.wikipedia.org/zh-cn/%E8%BE%9B%E4%BA%A5%E9%9D%A9%E5%91%BD>, consultado em 29 de abril de 2013.

Presidente da República em Pequim. A China entrou na época dos governos de Beiyang, e depois da morte de Yuan começou a Era dos Senhores da Guerra⁸¹.

⁸¹ Naquela época, Yuan Shikai e os seus sucessores, os senhores da guerra vieram do sistema militar de Beiyang. O governo central da República foi controlado pelos senhores da guerra apoiados pelas hegemónias estrangeiras, que agiam na sombra.

2.3. A situação geral da República (antes da Expedição do Norte)

Apesar de realizar as grandes mudanças históricas, a Revolução Xinhai é considerada mal sucedida porque não realizou mudanças ideais na China, com exceção da queda da Monarquia. Não se realizaram a paz, a resolução dos problemas económicos, a melhoria da vida social, a soberania completa, a verdadeira democracia, a forte defesa nacional e a igualdade nas relações internacionais. De facto, a situação na altura era muito mais complexa.

Em face da superioridade militar de Yuan Shikai, também para estabilizar a sociedade, o Governo Provisório de Nanquim permitiu que Yuan tomara posse em Pequim, Em 8 de março de 1912, o Senado Provisório em Nanquim aprovou a Constituição Provisória da República da China⁸², em que confirmou o parlamentarismo para limitar o poder de Yuan. Pouco tempo depois, Yuan assumiu o segundo Presidente Provisório e o Senado mudou para Pequim. Entre o fim de 1912 e o início de 1913, realizaram-se as eleições do Parlamento Nacional, em que o Partido Guomindang⁸³ ganhou a maioria dos assentos, Song Jiaoren deveria assumir o cargo de primeiro-ministro, mas foi assassinado logo depois⁸⁴, o que resultou em amplos descontentamentos. Em abril, o governo de Yuan fez empréstimos nos cinco bancos das grandes potências, o que obviamente foi uma ação inconstitucional. Sun lançou uma série de insurreições conhecida como Segunda Revolução⁸⁵, que foi reprimida depressa e Yuan ainda foi eleito Presidente da República, em outubro de 1913. Em seguida, por causa das divergências no programa da Constituição com o Parlamento Nacional, Yuan dissolveu o Parlamento Nacional, em janeiro de 1914 e fez uma nova

⁸² 中华民国临时约法 (*Zhōnghuá mínguó línshí yuēfǎ*). De facto, o nome em chinês é um tipo de lei básica provisória.

⁸³ 国民党 (*Guómíndǎng*) (1912 - 1913), O nome foi igual ao Kuomintang em chinês, um partido reorganizado do Tongmenghui junto com outros grupos revolucionários por Song Jiaoren (宋教仁 *Sòng Jiàorén*) (1882 - 1913), que foi um parceiro de Sun Yat-sen e possuía a posição como chefe do partido.

⁸⁴ Geralmente, era considerado que o assassinio tinha sido planeado por Yuan Shikai.

⁸⁵ 二次革命 (*Èrcì gémìng*), lançada por Sun Yat-sen e os seu parceiros do Partido Guomindang.

Constituição⁸⁶ para substituir a Constituição Provisória, em maio. Desde então, o sistema democrático pode-se considerar totalmente destruído.

Em 1914, a Primeira Guerra Mundial eclodiu na Europa, que fez com que as grandes potências ocidentais prestassem menos atenção à Ásia. O Japão aproveitou a ocasião para ganhar mais interesses na China, enviando ao governo da República as Vinte e uma Exigências que quase tornariam a China em colônia do Japão⁸⁷. Depois das negociações difíceis, submetido pela ameaça militar do Japão e preocupado pelos apoios possíveis do governo japonês aos rebeldes como Sun Yat-sen no Japão, a República aceitou, humilhantemente, a maioria das exigências⁸⁸, em maio de 1915, o que causou um grande choque nacional. Depois desse evento, começaram a espalhar-se as opiniões pessimistas de que a República não foi adequada para a China e não conseguia salvar o país. Por muitas instigações com a falsa aspiração popular do retorno à Monarquia, apoiadas por vários motivos conspirativos⁸⁹, Yuan aceitou o pedido de restaurar a Monarquia e preparou-se para ser o Imperador, transformando a República em “Império da China”, desde dezembro de 1915. Em seguida, surgiram muitas oposições e acusações. Alguns generais lançaram a Guerra de Proteção Nacional⁹⁰ contra Yuan em que alguns parceiros confidentes de Yuan se viraram contra ele. Perante isso, Yuan teve que cancelar todo o projeto da restauração monárquica e voltou a ser o Presidente da República, em março de 1916. Esta farsa apenas durou 102 dias. Em junho, Yuan faleceu. Então, nenhum general foi tão poderoso como Yuan para conseguir controlar toda a China. Devido aos conflitos domésticos e aos diferentes interesses das hegemonias estrangeiras atrás dos senhores da guerra, aconteceram

⁸⁶ Geralmente, chama-se Constituição de Yuan na história. A Constituição deu o poder quase sem limite ao Presidente.

⁸⁷ 二十一条 (*Èrshíyī tiáo*). Cf. http://news.ifeng.com/history/special/yuanshikai/200906/0621_6961_1212376.shtml, consultado em 29 de abril de 2013.

⁸⁸ Formou-se um tratado desigual: 中日民四条约 (*Zhōng rì mǐn sì tiáoyuē*), O texto total: <http://zh.wikisource.org/zh/%E4%B8%AD%E6%97%A5%E6%B0%91%E5%9B%9B%E6%A2%9D%E7%B4%84>, consultado em 29 de abril de 2013.

⁸⁹ Cf. <http://www.infzm.com/content/36750/1>, consultado em 30 de abril de 2013.

⁹⁰ 护国战争 (*Hùguó zhànzhēng*) (1915 - 1916), também conhecida como Guerra contra a Monarquia. Começou na província Yunnan (云南 Yúnnán) e expandiu por muitas província no sudoeste da China, que declararam independência do “Império da China” e só a cancelariam até ao regresso da República.

numerosas guerras civis⁹¹, golpes de Estado e escândalos políticos. A vicissitude da conjuntura política e a sucessão vertiginosa dos governos centrais deixava a sociedade chinesa num caos.

Segundo as condições preferenciais combinadas para a família imperial, esta e o Imperador ainda viviam na Cidade Proibida, mantendo-se todas as instituições imperiais dentro da Cidade Proibida⁹². Os apoiantes monárquicos não desapareceram. Em junho de 1917, um general com as suas forças lançou um golpe de Estado e entrou em Pequim. Em 1 de julho, restaurou-se a Monarquia com o último Imperador da dinastia Qing e os apoiantes monárquicos. Mas esta ação foi reprimida pelo governo de um outro general, apenas 12 dias depois.

A China participou na Primeira Guerra Mundial⁹³ e aderiu aos Aliados. Em 1919, realizou-se a Conferência de Paz em Paris, em que as grandes potências não satisfizeram as exigências de abolir os tratados desiguais e pretenderam dar os interesses alemães na China ao Japão. Quando a notícia foi enviada à China, eclodiu o Movimento Quatro de Maio⁹⁴. Os protestos começaram com os estudantes em Pequim e depois expandiram por toda a China com todas as classes sociais. Finalmente, a delegação da China não assinou no Tratado de Versalhes. Apesar de não conseguir defender toda a soberania, na verdade⁹⁵, foi um corajoso movimento de patriotismo do povo chinês que tinha grande influência não só no país interno mas também nas relações estrangeiras. Além das suas influências culturais e ideológicas, a fraqueza do governo central de Beiyang, revelada neste evento, causou mais instabilidade e guerras. A perda dos interesses do Japão causou a aceleração do seu plano duma nova invasão.

⁹¹ Houve mais de 500 batalhas na China entre 1913 e 1928, incluindo as batalhas na Expedição do Norte. Cf. <http://zh.wikipedia.org/wiki/%E4%B8%AD%E8%8F%AF%E6%B0%91%E5%9C%8B%E5%8C%97%E6%B4%8B%E6%94%BF%E5%BA%9C%E6%99%82%E6%9C%9F%E5%85%A7%E6%88%B0%E6%88%B0%E9%AC%A5%E5%88%97%E8%A1%A8>, consultado em 30 de abril de 2013.

⁹² Em 1924, a família imperial foi expulsa da Cidade Proibida por um general e o Imperador tornou-se um cidadão normal da República. Todas as instituições e os títulos imperiais foram abolidos. Desde lá, a dinastia Qing já saiu da história da China completamente. Cf. http://china.cnr.cn/yaowen/201011/t20101105_507273093.html, consultado em 30 de abril de 2013.

⁹³ O governo de Beiyang declarou guerra ao Império Alemão e ao Império Austro-Húngaro, em 1917. Os trabalhadores chineses na Europa fizeram muitas contribuições para os Aliados.

⁹⁴ 五四运动 (*Wusi yùndòng*). Inicialmente foi um movimento estudantil do patriotismo em Pequim, em 4 de maio de 1919.

⁹⁵ Na Conferência de Washington, realizada em 1921, o Japão ainda ganhou muitos interesses na Península Shandong.

A fraqueza e o atraso da nação e as críticas depreciativa dos ocidentais sobre as qualidades nacionais dos chineses deixavam os chineses começar a fazer introspecção. Gradualmente alguns intelectuais aceitaram a chamada “inferioridade nacional” e começaram a negar a cultura tradicional. Nos últimos anos da segunda década do século XX, aconteceu o Movimento da Nova Cultura⁹⁶ que se pode considerar como um movimento iluminista chinês e a terceira tentativa de salvar a nação ao nível da cultura. A divulgação dos valores ocidentais como democracia e ciência provocou uma influência profunda nos chineses daquela geração e deu um grande efeito na história posterior na China. Diferente de outras civilizações, a Monarquia não só era um regime político, mas também era o núcleo da cultura tradicional chinesa. A Revolução Xinhai teve um enorme impacto nos valores tradicionais, sobretudo confucionistas. O colapso das tradições causou a aflição dos intelectuais na ideologia. Durante o movimento, a Revolução Bolchevique da Rússia, em 1917, teve uma grande influência na China e a introdução do marxismo-leninismo deu uma nova solução para salvar a nação. O Partido Comunista da China criou-se em julho de 1921.

Após o malogro da Segunda Revolução, Sun Yat-sen ficou exilado novamente e continuava a organizar as atividades que visavam derrubar os governos de Beiyang até a sua morte. Em 1914, Sun organizou o Partido Revolucionário da China⁹⁷, em Tóquio, com os membros restantes do Tongmenghui e do Partido Guomintang. Em 1916, Sun voltou para a China a fim de derrubar Yuan Shikai. Em 1917, depois da restauração monárquica de 12 dias, o governo não reabriu o Parlamento Nacional encerrado e suspendeu a Constituição Provisória⁹⁸. Então, Sun lançou o Movimento de Proteção Constitucional⁹⁹ e estabeleceu-se um governo em Cantão. Mas em seguida, o governo de Cantão também foi controlado pelos senhores da guerra, com os quais Sun tinha que

⁹⁶ 新文化运动 (*Xīn wénhuà yùndòng*). Desde o movimento, os intelectuais começaram a fazer as transformações na cultura chinesa em quase todos os aspetos, tendo influência na cultura chinesa moderna diretamente.

⁹⁷ 中华革命党 (*Zhōnghuá gémìng dǎng*) (1917 - 1919), Foi herdado pelo Kuomintang, em 1919.

⁹⁸ O Parlamento Nacional e a Constituição Provisória foram revigorados depois da morte de Yuan Shikai.

⁹⁹ 护法运动 (*Hùfǎ yùndòng*) (1917 - 1922). Uma série de movimentos políticos e militares para reiniciar o Parlamento Nacional e a Constituição Provisória. Também foi conhecida como Terceira Revolução.

fazer cooperações. Posteriormente, para criar o seu próprio exército, Sun começou a fazer cooperações com a União Soviética. Imitando a forma do Partido Comunista, em 1924, Sun reorganizou Kuomintang e realizou-se a Primeira Assembleia Nacional de Kuomintang, fazendo aliança com o Partido Comunista da China. Apoiada pela União Soviética, estabeleceu-se a Academia Militar da República da China em Whampoa de Cantão¹⁰⁰. Em março de 1925, Sun faleceu. Em julho do ano seguinte, o Exército Nacional Revolucionário Chinês, constituído pelas patentes educadas na Academia Militar, liderado por Chiang Kai-shek, o sucessor de Sun, lançou a Expedição do Norte.

¹⁰⁰ 黄埔军校 (*Huángbù jūnxiào*), é conhecida como Academia Militar de Whampoa.

3. Comparação e reflexão

As duas Revoluções tiveram grandes influências nas evoluções históricas de ambos os países. Transformaram os países em muitos aspetos, especialmente nos mais óbvios, mas não resolveram os problemas fundamentais. A época estava cheia de disputas políticas e ideológicas e de intervenções internas e externas, com grandes mudanças de forma que não seria possível controlar nem prever o destino do país. Tem havido opiniões negativas para as Repúblicas e mesmo as Revoluções em ambos os países. Como as palavras afirmadas por um marinheiro, em 1911, “Qual República? Nós não temos República... são os mesmos... só mudaram a bandeira...”¹⁰¹. O novo regime dos dois países não realizou muitas expectativas populares.

Antes de mais nada, podemos notar uma coincidência nos tempos dos contextos das duas Revoluções. Os dois monarcas, o Rei D. Carlos e O Imperador Guangxu faleceram no mesmo ano, em 1908. Poucos anos depois, eclodiram as Revoluções. Isso explica a influência importante das figuras poderosas, como a Imperatriz Viúva Cixi e João Franco, para controlar a situação dos países, e indica que a falta dessas pessoas deu mais oportunidades para os revolucionários.

A palavra-chave dos contextos comuns dos dois países pode ser transformação. As mudanças apareceram não só no interior dos países mas também ao nível das relações com as grandes potências. O período desde a Regeneração em Portugal tinha alguma semelhança com o Movimento de Autofortalecimento na China. Começou a modernização nos dois países na segunda metade do século XIX. A economia era atrasada, quer em Portugal quer na China, comparada com as grandes potências. Apesar dos problemas comuns como o défice estatal, a inflação, o aumento da importação e os gastos excessivos, muitas dificuldades eram diferentes por causa das diferentes estruturas económicas. A desvalorização da moeda brasileira causou diretamente

¹⁰¹ Da citação de “Marinheiro revolucionário Manuel Joaquim, o França, entrevistado por Joaquim Madureira em 1911, por ocasião do 1.º aniversário do 5 de outubro, in *Na “fermosa Estrivaria”*, Lisboa, 1912.”. *Apud* Medina, João, *História de Portugal Contemporâneo Político e Institucional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1994, p. 169.

muitos problemas financeiros em Portugal, enquanto a crise financeira da China veio fundamentalmente da falta do moderno sistema fiscal. Nos comércios, o atraso da indústria causou a falta do poder de concorrência, o que foi comum para os dois países. Mas, em Portugal, a falta da produtividade causou a estagnação da exportação e o aumento da importação; a situação na China era mais complexa porque o contrabando do ópio e o controlo estrangeiro nas tarifas alfandegárias resultaram em muitas perdas. Na estrutura social, em Portugal, aconteceu a ascensão da burguesia, mas na China, quase se pode dizer não, apesar do surgimento duma nova classe: capitalistas burocráticos. As crises económicas não conseguiam suportar mais os países e ainda provocavam os problemas políticos.

Diferente da China, o velho império decadente, Portugal já tinha implantado a Monarquia constitucional. Portugal possuía a Constituição, os partidos modernos, os governos de alternância partidária e o sistema parlamentarista. No entanto, tudo isso não preveniu a queda da Monarquia, o que revela que mesmo que se tivesse realizado o constitucionalismo monárquico na China, a situação não se melhoraria definitivamente e o republicanismo ainda tinha oportunidades. E mais, a realidade daquela época era marcada por conflitos étnicos na China e a família imperial foi das minorias étnicas. A oligarquia formada da Monarquia e a pouca participação social na política não conseguiam resolver e agravavam-se todos os problemas, portanto toda a culpa ia para a Monarquia e a modificação do regime político viria a ser o único desejo quando não havia mais espaço para reformar. Em Portugal, as cooperações escandalosas entre a família real e os governos provocaram amplamente os descontentamentos sociais. Na China, todas as tentativas oficiais de reforma antes da Revolução não tiveram êxito efetivo e perderam a confiança social na possibilidade dos progressos dos nobres. Um ponto comum muito importante foi o impedimento do acesso à política, que realmente abalava o regime. Em Portugal, o direito de voto foi privado da maioria da população, incluindo a pequena burguesia, que foi o corpo principal do país. Na China, a abolição do Exame Imperial foi um tipo de progresso (para libertar pensamentos), mas não criou

a tempo uma nova maneira de selecionar as pessoas qualificadas para a política, perdendo os apoios dos intelectuais tradicionais que dominavam a opinião pública e possuíam os interesses locais. O progresso, antes pelo contrário, realmente acelerou a queda da Monarquia.

Em ambos os países, os governos com o sinecurismo muito corrupto eram incapazes de defender os interesses nacionais. Havia vergonhas em ambos os países. O Ultimato britânico prejudicou a emoção dos portugueses e manifestou a sua insatisfação na divisão das colónias africanas. Na China, o Sistema de Tributo caiu e a China perdeu todos os Estados de vassalagem. Os tratados desiguais e a Partição da China ainda ameaçavam a sobrevivência da própria pátria dos chineses. Nos olhos chineses da altura, o colapso da velha ordem foi como o fim do mundo. O medo de perder a civilização, que tinha mantido a superioridade na Ásia desde o início da sua história, foi muito mais grave do que os problemas coloniais de Portugal.

Em Portugal, o Partido Republicano representava muitas forças e ideias das pessoas marginalizadas na política, e fazia cooperações com as sociedades secretas como a Carbonária e a Maçonaria. A situação foi semelhante na China. Os grupos revolucionários eram também um tipo de sociedade secreta, mas eram mais ou menos independentes. Apesar das cooperações e fusões, não existia uma sede como o Diretório que coordenava todos os grupos no país. Não acontecia como o Partido Republicano Português que ainda podia aceder ao poder pelas eleições, e os grupos revolucionários eram ilegais na China, pois só conseguiam realizar atividades secretamente ou fora do país. Portanto, tiveram lugar mais revoltas e assassínios. Ambas as Revoluções começaram com a amotinação dos soldados e não encontraram grandes resistências. Contudo, como se tinham unido tantas forças diferentes durante os movimentos republicanos, foi inevitável haver cisões depois das Revoluções em ambos os países, o que aumentou a instabilidade na política.

Na China, de facto, a tentativa inicial de derrubar uma dinastia foi igual às outras revoluções na história. O que se tornou especial para essa Revolução foi o republicanismo devido à entrada das ideias ocidentais. Diferente dos modos passados de revolução na história, que foram da substituição das dinastias, a Revolução Xinhai começou com as revoltas espontâneas em várias regiões, realizando nas províncias independentes da dinastia Qing antes de se reunificarem como nova República, cujo processo durou vários meses. A Revolução Republicana de Portugal aconteceu principalmente na capital do país, Lisboa, realizando a substituição do poder, cujo processo durou apenas alguns dias. Como não se resolveram muitos problemas deixados do período monárquico, as Revoluções apenas implantaram um regime imaturo sem monarcas, em que havia mais disputas partidárias, e mais gravemente, conflitos militares. Os interesses e os esforços dos dois países foram ignorados no Tratado de Versalhes, o que provocou o descontentamento e agravou a instabilidade política. Aconteceram as restaurações monárquicas também, ainda que momentâneas. Pode-se dizer que a situação ficava mais agitada depois das Revoluções. E finalmente, para controlar a situação, os dois países encaminharam-se para a ditadura militar¹⁰².

Resumindo e concluindo, as situações naquele período eram muito complexas porque havia muitas transformações em ambos os países. Mas o facto comum foi que aconteceram as Revoluções que pareceriam a única maneira de resolver todos os problemas, mas a realidade não era tão simples. Como as palavras resumidas do testamento de Sun Yat-sen: “a revolução ainda não logrou êxito, os nossos camaradas têm que continuar a esforçar-se.”¹⁰³. Os portugueses e os chineses continuavam a procurar melhores soluções para as suas vidas e as suas pátrias.

¹⁰² De facto, o regime da República da China é considerado como um tipo de ditadura militar durante o período total na China continental, entre 1912 e 1949 (incluindo o período de Yuan Shikai, a Era dos Senhores da Guerra e o período do governo central em Nanquim), cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Military_dictatorship#Asia-Pacific, consultado em 26 de maio de 2013.

¹⁰³ 革命尚未成功, 同志仍须努力 (*gémìng shàngwèi chénggōng, tóngzhì réng xū nǔlì*), é uma frase conhecida. De facto, são as palavras resumidas do testamento político de Sun Yat-sen. Cf. <http://baike.baidu.com/view/2356493.htm>, consultado em 20 de maio de 2013.

Capítulo II

Comparação sobre os aspetos de política

1. Os aspetos de Portugal

A Revolução de 1910 derrubou a Monarquia e estabeleceu a República, tornando Portugal num dos três países não monárquicos na Europa. Não podemos negar que foi um grande evento na história portuguesa, nem ignorar as grandes transformações na dimensão política.

Após a instauração da República, havia uma série de reformas para estabelecer um sistema totalmente novo no país. Eliminaram-se muitos vestígios do antigo regime para marcar relativamente a diferença, incluindo os símbolos do país, os regulamentos básicos sociais, os órgãos políticos e as relações entre o Estado e as Igrejas. Nos aspetos políticos, que podemos considerar como a camada alta do país, a nova teoria da política, a nova Constituição, o novo Parlamento e os novos governos tinham o efeito essencial e decisivo na condução da história do país, que nos leva a descobrir e analisar as influências principais dessas mudanças naquele período.

Nesta parte do capítulo, relativo a Portugal, focaremos a evolução das ideologias políticas naquele período e as transformações importantes de política após a Revolução, incluindo o sistema político e a separação do Estado das Igrejas, a fim de compreendermos amplamente as mudanças políticas e para que se comparem estas com os aspetos relacionados da China.

1.1. A evolução das ideologias políticas naquele período

Além de ter sido da Monarquia constitucional, Portugal fora um reino tradicional europeu cuja religião oficial fora o catolicismo¹⁰⁴ até a Revolução. Neste Estado-nação mais antigo da Europa, a hegemonia do rei crescia com a coesão do clericalismo, formando um absolutismo. O catolicismo foi utilizado como instrumento de coesão social do Estado. No entanto, a influência do liberalismo, o desenvolvimento do capitalismo, a ascensão da burguesia e as mudanças da sociedade interna e das relações externas contribuíram para uma enorme transformação política na Europa no século XIX, o que se refletiu em Portugal, pelos eventos como a Guerra Civil de 1828 entre os outros distúrbios e golpes de Estado. Embora se realizasse um jogo político assente no sufrágio e no rotativismo, sob a Constituição, na segunda metade do século XIX, não se aceleravam transformações culturais fomentadoras de uma mentalidade científico-técnica e democrática. Então essa lentidão e o prolongamento da influência da Igreja ultramontana, anti-racionalista e antiliberal, limitavam mais mudanças pacíficas dentro da convenção do antigo regime. Sob os valores da cultura burguesa, “o republicanismo foi a tradução politicamente mais significativa do combate contra a sobrevivência de valores do Antigo Regime que constituíram resistências mentais, ainda fortes, ao alargamento e à consolidação das relações sociais (económicas, políticas e culturais) capitalistas e ao enraizamento das ideias liberais e democráticas.”¹⁰⁵. A esta luz, o fenómeno republicano pode ser considerado como uma tentativa consciente ou um consenso nacional de socializar uma conceção cientista do novo regime adequado à realidade e apostado em mobilizar o povo português para regenerar a pátria caída¹⁰⁶.

¹⁰⁴ No Artigo 6 da Carta Constitucional de 1826: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. ...” Cf. http://pt.wikisource.org/wiki/Carta_Constitucional_portuguesa_de_1826, consultado em 16 de maio de 2013.

¹⁰⁵ Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal : da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2000, pp. 168 e 169.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 169 e 170.

Surgiram os precursores isolados e conjunturais do republicanismo no século XIX, tais como José Bernardo da Rocha Loureiro com o sonho duma República de vocação iberista como os Estados Unidos, alguns eflúvios republicanizantes no período vintista em que pelo menos no plano teórico aos líderes não repugnava a solução republicana, o general Marinho que propugnou a proposta na Ilha Terceira, da instauração da *República dos Estados Unidos Portugueses Ultramarinos*, entre outros, sendo tão insuficientes para qualificarem um movimento. No entanto, depois do forte impacto das revoluções europeias, de 1848, surgiram novas situações. A consciência do desfasamento entre as expectativas ideais e as suas possibilidades reais levou ao aparecimento duma vasta literatura de orientação socializante e demo-republicana, que deu grande efeito nas décadas posteriores. Embora a Monarquia ainda tivesse uma grande capacidade para incorporar as contradições políticas e a opção antidinástica ainda estivesse imatura na Regeneração, a evolução do regime monárquico constitucional e as experiências da inserção do republicanismo já alargaram o bloco social, o que deu jeito às aspirações sociais e deu origem aos movimentos políticos duradouros posteriores¹⁰⁷.

A doutrina republicana destina-se à ideologia pela qual um Estado é governado como uma República. O termo República vem da palavra latina *res publica*, significando “coisa pública”, básica e classicamente considerada como a exclusiva denotação de um regime contrário à Monarquia, com a forma de governo de que o chefe de Estado é indicado por métodos não-hereditários, através de eleições. Refletem-se o espírito liberal e a separação dos poderes, que são as preferências populares formadas da evolução histórica. Aliás, em Portugal, dentro desses conceitos fundamentais, o termo republicanismo tinha múltiplas aceções. Por exemplo, existiram algumas divergências nas ideias dentre Antero de Quental, Teófilo Braga, os federalistas, os unitaristas, a *Renascença Portuguesa* e a *Seara Nova* ou o Partido democrático, o que

¹⁰⁷ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 171 e 172.

foi uma razão importante das cisões dos republicanos. Até o corporativismo salazarista posterior teve uma atitude complexa na questão do regime, o que a certo nível alarga o campo semântico do termo¹⁰⁸ (Durante o Estado Novo, o regime nominalmente continuava a ser República).

¹⁰⁸ Cf. *Idem, ibidem*, p. 167.

1.2. O sistema político da Primeira República

A Constituição de 1911 consagrou um Estado republicano de acordo com a doutrina da separação dos três poderes, reforçando, porém, o poder legislativo representado pelo Parlamento. Por isso, chama-se sistema parlamentarista.¹⁰⁹

Em 19 de junho de 1911, foi inaugurada a Assembleia Nacional Constituinte que tinha como funções a discussão e a provação da Constituição. Por causa da urgência da legitimação eleitoral do novo poder, na eleição dos deputados da Constituinte, não se realizou um sufrágio universal, pois o Governo Provisório da República Portuguesa procedeu à publicação de uma nova lei eleitoral, em 11 de março de 1911, que a condição de eleitor só era atribuída aos homens alfabetizados de mais de 21 anos ou aos homens chefes da família, o que limitou bastante o número dos que podiam votar¹¹⁰. Houve 91 deputados que foram efetivamente nomeados e não eleitos. Esta falta da participação na eleição esteve contra uma das promessas da propaganda dos republicanos antes da Revolução, o que resultou em efeitos negativos na história da Primeira República.

Na composição dos membros da Assembleia, cerca de 63 por cento eram médicos, homens de leis e militares profissionais, em que 22 por cento eram médicos devido ao surto da ciência e do positivismo e à sua influência popular. Vale a pena sublinhar o peso adquirido sob a influência da Universidade e das Forças Armadas, porque da Universidade de Coimbra, saíram os advogados, os magistrados, os professores e os médicos, e das Forças Armadas que tinham tido o grande papel na Revolução, foram eleitos os membros militares. A classe média assumia uma grande influência, em que médicos, homens de leis, professores, engenheiros, estudantes, jornalistas e escritores representavam 58 por cento dos eleitos, o que manifesta a importância da componente intelectual e o seu predomínio na elite política, enquanto o pequeno comércio e o

¹⁰⁹ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 19.

¹¹⁰ Cf. <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica5.aspx>, consultado em 25 de maio de 2013.

operariado apenas representavam menos de seis por cento¹¹¹. Isso reflete uma transformação das influências das classes sociais na política da altura.

Na elaboração da Constituição, houve principalmente duas questões: parlamentarismo ou presidencialismo, e estrutura unicameral ou bicameral. Através de vários debates e discussões, em que se tiveram em conta as experiências de outros países como os EUA, o Brasil, a França e a Inglaterra, os ensinamentos sociopolíticos, as ideias étnico-psicológicas sobre o temperamento ou a idiossincrasia dos portugueses entre outros fatores, acabou por confirmar-se o parlamentarismo bicameral na Constituição. Com o argumento: “Portugal, para obedecer ao temperamento do seu povo, precisa de ter uma Câmara um pouco conservadora de todas as classes sociais”¹¹², para sublinhar a necessidade de Senado, pensaram que a estrutura bicameral seria mais adequada. A Assembleia elegeu o primeiro presidente, Manuel de Arriaga, por sufrágio secreto, e transformou-se no Congresso da República, sendo o Parlamento composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A Constituição regista a consagração do sufrágio direto, mas não universal na eleição do Parlamento¹¹³. O Presidente da República era eleito no Parlamento por quatro anos e não podia ser reeleito durante o quadriénio imediato, o qual representava o poder executivo e nomeava o primeiro-ministro e os ministros do governo, que praticamente dependiam das maiorias parlamentares¹¹⁴. O poder legislativo pertencia exclusivamente ao Parlamento, sem a possibilidade de veto do Presidente. O governo era responsável perante o Parlamento.¹¹⁵ Na Constituição inicial, o Presidente não possuía o poder de dissolver o Parlamento e só ficou conseguir depois da revisão de 1919, com a prévia audiência do Conselho parlamentar¹¹⁶.

¹¹¹ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, pp. 101 e 102.

¹¹² Cf. Catroga, Fernando, *ob. cit.*, p. 262.

¹¹³ Cf. <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica5.aspx>, consultado em 25 de maio de 2013.

¹¹⁴ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 19.

¹¹⁵ Cf. <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica5.aspx>, consultado em 25 de maio de 2013.

¹¹⁶ Cf. Parágrafo 10º do artigo 1, da Revisão da Constituição de 1911, Lei n.º 891, de 22 de setembro de 1919.

1.3. Outras transformações importantes depois da Revolução

Além do novo sistema político, para concretizar a rutura com o regime deposto, o Governo Provisório e os seus sucessores lançaram uma série de transformações estatais com alguns decretos radicais após a Revolução, entre as quais não podem ser mais óbvias as alterações dos símbolos nacionais da bandeira, o hino e a moeda, que têm permanecido até atualmente (exceto o escudo que foi substituído pelo euro).

Na questão da nova bandeira nacional, que não se limitou ao nível académico ou literário, tinha um sério sentido político. A escolha das cores e da composição da bandeira não foi pacífica e houve vários problemas polémicos nas explicações das propostas sob a influência do liberalismo burguês, o sedimento tradicional do período monárquico e o republicanismo revolucionário. Quanto às cores, não existiu uma conciliação possível entre o verde-rubro da rutura, significando o espírito combativo¹¹⁷ (de facto, eram as cores do Partido Republicano presentes na Revolta de 31 de Janeiro de 1891 e na Revolução de 1910¹¹⁸), e o azul-e-branco da tradição, que foram as cores da bandeira no período monárquico¹¹⁹. Finalmente, tendo em conta os elementos patrióticos à luz da heráldica, foi escolhida a bandeira verde e vermelha, ostentando a esfera armilar em que assenta um escudo branco com cinco quinas e rodeado com uma faixa carmesim com sete castelos. A Bandeira da República simboliza o patriotismo, os grandes espíritos do povo, o orgulho marítimo histórico, entre as outras virtudes da nação. O hino nacional é *A Portuguesa*, elaborado por alturas do Ultimato inglês, que também simboliza a emoção de lutar pela pátria. A antiga moeda da Monarquia, o real, foi substituída pelo escudo, para marcar a diferença também.

¹¹⁷ Cf. <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/simbolos-nacionais/bandeira-nacional.aspx>, consultado em 26 de maio de 2013. “O vermelho «nela deve figurar como uma das cores fundamentais por ser a cor combativa, quente, viril, por excelência. É a cor da conquista e do riso. Uma cor cantante, ardente, alegre (...). Lembra o sangue e incita à vitória». Para o verde - que não tinha tradição histórica em Portugal -, foi dada como explicação que na preparação da Revolta de 31 de janeiro de 1891, o verde terá surgido no «momento decisivo em que, sob a inflamada reverberação da bandeira revolucionária, o povo português fez chispar o relâmpago redentor da alvorada».”

¹¹⁸ Cf. <http://amt.no.sapo.pt/novaversao/historia/hist001.htm>, consultado em 26 de maio de 2013.

¹¹⁹ Cf. Medina, João, *ob. cit.*, p. 173

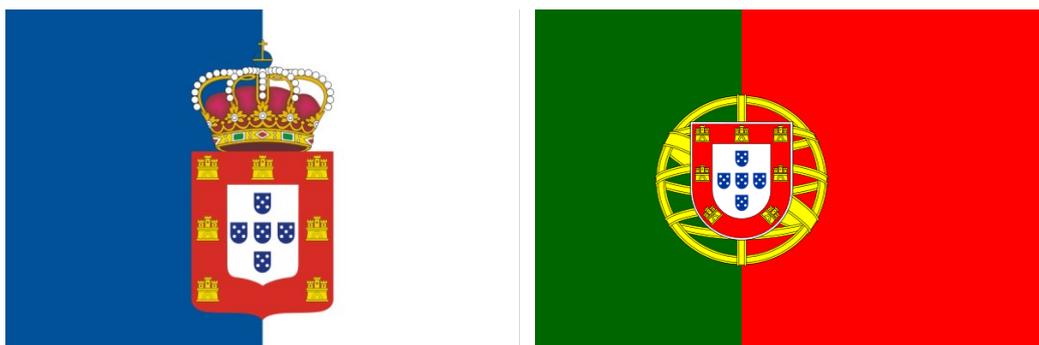


Ilustração 2 – A última bandeira portuguesa do Reino e a da República¹²⁰

Além da adoção de nova bandeira, hino e moeda, para afastar a influência do regime monárquico, os republicanos tomaram mais medidas tais como a dissolução das instituições monárquicas, a demissão dos funcionários ao serviço das casas reais, a abolição dos títulos nobiliárquicos, das distinções honoríficas e dos direitos da nobreza, e a proscrição da família de Bragança¹²¹. Verificaram-se outras mudanças na toponímia, na ortografia, nas instituições do ensino, nos feriados, nos formulários oficiais, nas estampilhas postais, etc. Ainda se verificou que na Constituição de 1911, as pessoas das famílias que reinaram em Portugal ficaram inelegíveis para o cargo de Presidente da República¹²².

Para estabelecer uma nova ordem estatal, o Governo Provisório fez a revogação de algumas leis do período de João Franco, como a amnistia aos crimes políticos e a supressão de Juízo de Investigação Criminal, assim como substituiu as Guardas Municipais de Lisboa e Porto pela Guarda Nacional Republicana e a Polícia Civil de Lisboa pela Polícia Cívica¹²³. Vale a pena notar que os direitos fundamentais individuais foram valorizados na Constituição de 1911, diferente da Carta Constitucional, o que vinca a sua prioridade aos conceitos da soberania e da divisão dos poderes¹²⁴.

¹²⁰ Fontes: [http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_Portugal_\(1830\).svg](http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_Portugal_(1830).svg), http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_of_Portugal.svg, consultados em 16 de julho de 2013.

¹²¹ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 94.

¹²² Cf. Parágrafo b) do artigo 40, da Constituição de 1911.

¹²³ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 95.

¹²⁴ Cf. Catroga, Fernando, *ob. cit.*, p. 264.

Na área das Forças Armadas, tendo em conta o comportamento do exército abstencionista na Revolução, os republicanos tinham o princípio de exércitos milicianos em vez de profissionais, concretizado através do serviço militar obrigatório. No entanto, o esquema da criação de um corpo miliciano (realmente não era fácil pôr em execução) provocou contradições entre os oficiais nas instituições militares, o que resultou num processo complexo da organização militar¹²⁵.

Na legislação social, o Governo Provisório publicou uma série de leis destinadas à proteção aos desfavorecidos, como a Lei do Inquilinato e a Lei da Assistência Social. Na área das relações com o proletariado, também se aprovaram algumas leis que visavam melhorar a situação dos trabalhadores, instituindo o direito à greve, o descanso semanal obrigatório e a responsabilidade da entidade patronal pelos acidentes de trabalho¹²⁶. Contudo, devido à difícil situação económica e social durante a Primeira República, as condições das classes trabalhadoras ainda ficavam muito longe das promessas dos republicanos. Também houve graves conflitos entre o novo regime burguês e o movimento dos operários desde o início da República¹²⁷.

¹²⁵ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 95.

¹²⁶ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 15.

¹²⁷ Por exemplo, em 19 de março de 1911, dois grevistas morreram em Setúbal, às mãos da Guarda Nacional Republicana. Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 97.

1.4. A separação do Estado das Igrejas

A secularização é um tema muito extenso e complexo. Sob a influência do Movimento do Iluminismo, desde a Revolução Francesa, aconteceu o fenómeno laicista em muitos países da Europa. Em Portugal, a Igreja Católica tinha uma implantação forte na sociedade, sobretudo, nos meios rurais, não obstante um recuo da sua influência nos últimos anos da Monarquia. A questão religiosa tem sido bastante sensível na dimensão sociocultural. Como o regime monárquico tinha uma ligação muito próxima com a Igreja Católica e não existia a liberdade de consciência devido à intolerância de outras confissões no Estado Católico ¹²⁸, o republicanismo antimonárquico (junto com outras ideologias tais como liberalismo, socialismo, anarquismo, etc.) formou naturalmente uma mentalidade anticlericalista ¹²⁹. Logo depois da Revolução, acompanhando as manifestações espontâneas de hostilidade contra padres e religiosos ¹³⁰, o Governo Provisório tomou uma série de medidas legislativas e administrativas laicizadoras, que teria consequências profundas no seio da política, da Igreja e da sociedade em geral.

Mal acabou a Revolução, o Governo Provisório iniciou as medidas anticlericais da expulsão dos jesuítas, o encerramento dos conventos, a abolição dos juramentos religiosos nos tribunais, o fim dos feriados religiosos, a substituição das irmãs da caridade pelas enfermeiras, a supressão do ensino da doutrina cristã e a extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, etc. Todas as ações refletiram um tipo de radicalismo dos republicanos.

A seguir, foram a Lei do Divórcio e depois as Leis da Família, que tiveram uma grande influência na vida popular. A Lei do Registo Civil confirmou, na legislação, o princípio do casamento como contrato de validade exclusivamente civil. E ainda, no

¹²⁸ Cf. *Idem, ibidem*, p. 130.

¹²⁹ Na propaganda republicana, houve argumentos em que aliavam traços do liberalismo político e do positivismo filosófico, e o anticlericalismo segundo a tradição maçónica. Formou-se a atitude de que Monarquia e clericalismo se equivaliam. Cf. *Idem, ibidem*, p. 97.

¹³⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p. 97.

seu artigo 2, obrigava “a inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e à família, e à composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e óbitos”¹³¹, o que de facto, aboliu o valor legal do batismo e do casamento religiosos. Também se estabeleceu o sistema de proteção dos filhos que incluía não só os filhos legítimos mas também os perfilhados, confirmando os seus direitos legislativos. Essas leis constituíram uma das mais relevantes decisões do Governo Provisório¹³².

A Lei da Separação do Estado das Igrejas, de abril de 1911 seria o vértice da legislação laicizadora¹³³, que consignou a separação entre a Igreja Católica e o poder político. E depois, a Constituição de 1911 legitimou a separação e confirmou a liberdade de consciência¹³⁴. Na prática, tomaram-se as decisões legais como a fiscalização do culto público, a nacionalização dos bens da Igreja, a proibição do uso de hábitos talares fora dos templos, a proibição da publicação e circulação de quaisquer bulas ou determinações emanadas da Cúria romana ou dos prelados portugueses sem prévia autorização do governo, etc.¹³⁵ Em geral, quase se proibiram todas as atividades religiosas ou por motivos religiosos em público. Limitado à vida privada, o catolicismo perdia a sua influência política, cultural e simbólica no país¹³⁶.

Sem dúvida, estas práticas foram mal recebidas pela Igreja Católica e pelo clero português em geral. A situação provocou a forte oposição do clero que reagiu e protestou de imediato, o que originou a suspensão e prisão de vários prelados. Também as relações entre a nova República e a Santa Sé foram-se degradando de tal modo que, a 10 de julho de 1913, Portugal cortou relações diplomáticas com esta¹³⁷.

¹³¹ Cf. *Idem, ibidem*, p. 98.

¹³² Cf. <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=035004>, consultado em 28 de maio de 2013.

¹³³ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 133.

¹³⁴ No artigo 3 da Constituição de 1911: “4.º A liberdade de consciência e de crença é inviolável.” e “5.º O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português.”

¹³⁵ Cf. Afonso, Martins, *Breve História de Portugal*, 4ª ed., Porto Editora, 1979, p. 190.

¹³⁶ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 136.

¹³⁷ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, p. 15.

A secularização portuguesa naquele período produziu, se calhar, mais efeitos negativos do que positivos na política, provocando bastantes contradições e agitação social e perdia os apoios em muitos aspetos, o que também foi aproveitado, mais tarde, pelas forças de direita, para derrubar a Primeira República.

2. Os aspetos da China

Depois da abdicação do último Imperador, realizou-se, em 15 de fevereiro de 1911, uma grande cerimónia em Nanquim, em que Sun Yat-sen, como Presidente Provisório da República, visitou respeitosamente o mausoléu imperial do Imperador fundador da dinastia Ming¹³⁸, fazendo uma oração fúnebre para prestar homenagem a esse Imperador em comemoração da sua façanha de derrubar a dinastia Yuan¹³⁹ para libertar os chineses (no sentido clássico) do domínio dos mongóis. Derrubar o domínio dos manchus foi considerado como uma continuação gloriosa da façanha dos antepassados¹⁴⁰. Aliás, os revolucionários sabiam que o período dinástico tinha de ir ao fim porque eles iriam instaurar um regime político totalmente novo, que nunca tinha aparecido na história da China.

No entanto, embora tivessem um bom sonho, a realidade era uma outra coisa. Já existiam alguns exemplos republicanos no mundo, mas a questão de realizar uma República na China era aparentemente complexa, devido à influência ampla e profunda do clássico sistema tanto no espaço como no tempo desta antiga terra na Ásia. Com efeito, aconteceram algumas grandes transformações em vários aspetos após a Revolução.

Nesta parte sobre os aspetos políticos da China, observaremos as vertentes como a evolução das ideologias políticas, o sistema político nos primeiros anos da República, outras transformações importantes e as influências para a ideologia tradicional chinesa, para se compararem com os aspetos referidos de Portugal.

¹³⁸ Mausoléu Imperial de Ming Xiaoling: 明孝陵 (*Míng xiàolíng*). Os túmulos do Imperador, Zhu Yuanzhang (朱元璋 *Zhū Yuánzhāng*) e da sua família da dinastia Ming em Nanquim. Dinastia Ming: 明朝 (*Míng cháo*), a última dinastia fundada pela etnia han na China, fundada por Zhu Yuanzhang, dominou toda a China entre 1368 e 1644.

¹³⁹ Dinastia Yuan: 元朝 (*Yuán cháo*), a dinastia fundada por Kublai Khan, neto de Genghis Khan, da família mongol de Borjigin, dominou toda a China entre 1271 e 1368. A dinastia possuía nominalmente o *status* suserano dos outros Estados sucessores do Império Mongol na Ásia e na Europa de Leste.

¹⁴⁰ De facto, a parte do slogan dos revolucionários, “expulsar os bárbaros e regenerar a China”, tinha origem da Denúncia Oficial da Expedição Punitiva contra a Dinastia Yuan em Nome do Céu, de Zhu Yuanzhang nas suas revoltas contra a dinastia Yuan. Cf. <http://zh.wikisource.org/zh/%E5%A5%89%E5%A4%A9%E8%AE%A8%E8%92%99%E5%85%83%E5%8C%97%E4%BC%90%E6%AA%84%E6%96%87>, consultado em 30 de maio de 2013.

2.1. A evolução das ideologias políticas naquele período

Mesmo que fossem os intelectuais que estudavam os clássicos tradicionais chineses, alguns deles tinham uma atitude aberta às culturas ocidentais, e também conseguiam compreender as ideologias ocidentais.

No século XIX, cada vez mais intelectuais começaram a olhar para o mundo fora da China, sobretudo os mandarins que tinham contactos muito cedo com os ocidentais nos comércios internacionais e nas negociações políticas no sul da China. Eles fizeram as obras para apresentar o mundo ocidental. Por exemplo, o livro *Haiguo Tuzhi*¹⁴¹ de Wei Yuan¹⁴², que apresentava as geografias, as culturas, as sociedades e as tecnologias de muitos países no mundo, tinha uma grande influência na história, em que Wei Yuan criou um princípio de “aprender com os estrangeiros para vencer os estrangeiros”, que depois se tornou o princípio: “os valores tradicionais como fundamento e as tecnologias ocidentais como uso” no Movimento de Autofortalecimento.

As aspirações de praticar as ideologias políticas ocidentais na China, geralmente, surgiram nos últimos anos do século XIX, após a Primeira Guerra Sino-japonesa. Para salvar a nação, os intelectuais começaram a pensar no constitucionalismo. Inicialmente, a Monarquia constitucional pareceu mais aceitável para os chineses. Houve dois vultos representativos dos reformistas¹⁴³ naquele momento: Kang Youwei e Liang Qichao¹⁴⁴. No fim do século XIX, eles promoveram as reformas em nome das tradições (com certeza transformadas por eles para inserir os valores ocidentais). Publicaram os livros de pensamento reformista, entre os quais *Críticas Textuais dos Clássicos Falsos e*

¹⁴¹ 《海国图志》 (*Hǎiguó túzhì*), literalmente, *Mapas e Descrições sobre os Países Ultramarinos*, publicado em 1843. Não recebeu muito grande atenção na China, mas no Japão, tornou-se tão popular que até teria influências na Restauração Meiji. Cf. http://news.xinhuanet.com/edu/2013-03/04/c_124412079_2.htm, consultado em 31 de maio de 2013.

¹⁴² 魏源 (*Wèi Yuán*) (1794 - 1856), um famoso intelectual na dinastia Qing. Foi um amigo de Lin Zexu (林则徐 *Lín Zéxú*) (1785 - 1850), um famoso mandarim e intelectual chinês, o ministro inspetor imperial para proibir ópio. As suas atividades de proibir e destruir a circulação do ópio resultaram na Primeira Guerra do Ópio.

¹⁴³ De facto, depois da Primeira Guerra Sino-japonesa, já existia o consenso de reforma política na classe dominante. A questão foi qual e como se iria reformar. Aqui, os reformistas referiram-se àqueles que tentavam implantar a Monarquia constitucional.

¹⁴⁴ 康有为 (*Kāng Yǒuwéi*) (1858 - 1927), 梁启超 (*Liáng Qǐchāo*) (1873 - 1929), foram os dois grandes intelectuais reformistas, políticos, literatos e educadores naquela época. Além disso, Kang foi um calígrafo e Liang foi um historiador. Liang foi um discípulo de Kang. Os dois participaram em quase todos os eventos históricos durante as suas vidas. Depois da Revolução Xinhai, Liang opôs-se à restauração da Monarquia e dedicou-se a defender o constitucionalismo da República e aos estudos culturais para reformar vários aspetos da China, enquanto Kang defendeu a Monarquia por toda a sua vida.

*Estudos das Reformas Promovidas por Confúcio*¹⁴⁵, de Kang causaram um “terramoto” no campo das teorias clássicas. Nestes dois livros, Kang discutiu a questão da verdade dos clássicos confucionistas e deu muitos exemplos sobre os pensamentos reformistas dos mestres no período de Confúcio, criticando os valores conservadores da dinastia Qing e aproveitando Confúcio para apresentar as suas ideias reformistas. As suas ideias foram de imitar os processos das reformas pelo Czar Pedro I da Rússia e da Restauração Meiji do Japão. Eles preferiram implantar a Monarquia constitucional como o regime do Japão naquela época. Foram as primeiras pessoas a estudar a possibilidade do constitucionalismo na China e abriram uma janela a fim de introduzir os valores ocidentais para as elites chinesas. Reputando o temperamento e as tradições chinesas, os reformistas achavam que a Monarquia era necessária, mesmo que se realizasse o constitucionalismo, porque o Imperador era como fé dos chineses, e na mentalidade o povo chinês, naquela época, não estava pronto para uma transformação radical¹⁴⁶. Depois da Revolução, alguns reformistas aceitaram a realidade e ainda aderiram aos governos republicanos para continuar a dedicar-se aos trabalhos constitucionais.

Os republicanos (naquela época, iguais aos revolucionários), cujo líder mais famoso foi, sem dúvida, Sun Yat-sen, ascenderam quase ao mesmo tempo dos constitucionalistas monárquicos. Eles tinham uma atitude radicalista, em que não queriam reconhecer a legitimidade do domínio manchú e sublinhavam as opressões domésticas e as humilhações em face do mundo externo para acusar o governo monárquico de vender a soberania e de ignorar a felicidade do povo. Influenciada pelo republicanismo e outras ideologias ocidentais, a ideologia de Sun foi, em resumo, os Três Princípios do Povo¹⁴⁷, que posteriormente se tornou a ideologia oficial do

¹⁴⁵ 《新学伪经考》(*Xīn xué wěi jīng kǎo*), e 《孔子改制考》(*Kǒng zǐ gǎi zhì kǎo*).

¹⁴⁶ Cf. 谢放, “制度创新与中国现代化 - 从戊戌变法、清末新政到辛亥革命”, em 《中华文化论坛》, 成都市 (Xie Fang, “As Inovações Institucionais e a Modernização da China - desde a Reforma dos Cem Dias, o Novo Sistema do Final da Dinastia Qing até à Revolução Xinhai”, em *Colóquio sobre a Cultura Chinesa*, Chengdu), 2002, n.º 1, p. 55.

¹⁴⁷ 三民主义 (*Sān mǐn zhǔyì*), é o conjunto de 民族主义 (*Mínzú zhǔyì*, nacionalismo de *Zhonghua*, significa a união das etnias chinesas para se libertar dos domínios das potências imperialistas), 民权主义 (*Mínquán zhǔyì*, direitos populares ou democracia), 民生主义 (*Mínshēng zhǔyì*, bem-estar social, inclui algumas ideias socialistas).

Kuomintang e da República da China¹⁴⁸. Vale a pena notar que na parte do “Princípio dos Direitos Populares”, Sun Yat-sen utilizou uma frase conhecida do Presidente Abraham Lincoln dos Estados Unidos no seu famoso Discurso de Gettysburg: “*of the people, by the people, for the people* (do povo, pelo povo, para o povo)”, para concluir as suas ideias de democracia e dos direitos do povo¹⁴⁹. Os republicanos achavam que a Monarquia era o primeiro obstáculo para a salvação e a modernização da nação e preferiram estabelecer um regime como o dos EUA. Na área do constitucionalismo, depois de pesquisar as vantagens e as desvantagens dos sistemas ocidentais e orientais, Sun criou uma teoria da separação dos cinco poderes: o legislativo, o executivo, o judicial, o de exame e o de controlo. O poder de exame deriva do Exame Imperial, para prevenir o nepotismo e para garantir a qualidade dos funcionários públicos. O poder de controlo deriva do Fiscalizador Imperial¹⁵⁰, para prevenir o despotismo parlamentar¹⁵¹. A teoria pode-se considerar como uma inovação política.

Os esforços para realizar o constitucionalismo, quer dos reformistas quer dos republicanos, produziram efeitos. Nos últimos anos da dinastia Qing, o Novo Sistema¹⁵², lançado pelos repressores na Reforma dos Cem Dias que antes se consideraram os conservadores, em prol do seu domínio, promoveu realmente uma maior divulgação das ideias demoliberais, de modo que, ao contrário das esperanças dos monárquicos, diminuía o seu domínio. Finalmente, os republicanos ganharam mais apoios do que os reformistas e lançaram a Revolução.

¹⁴⁸ Cf. Os Três Princípios do Povo foram escritos no Preâmbulo da Constituição Provisória do Período de Xunzheng (中华民国训政时期约法 *Zhōnghuá mínguó xūnzhèng shíqī yuēfǎ*), entre 1931 e 1947, e no Artigo 1, da Constituição da República da China (中华民国宪法 *Zhōnghuá mínguó xiànfǎ*), desde 1947.

¹⁴⁹ Sun Yat-sen traduziu a frase em chinês e escreveu a sua compreensão nas suas obras sobre os Três Princípios do Povo e o Projeto de Estabelecer a República. Cf. 李敖, 《孙中山研究》, 中国友谊出版公司, 北京 (Li Ao, *Estudos sobre Sun Yat-sen*, Editora Youyi da China), 2006, p. 65.

¹⁵⁰ 御史 (*Yùshǐ*), um cargo na história. O seu sistema criou-se no século III a. C., e foi sempre um dos sistemas indispensáveis no período dinástico. Os fiscalizadores imperiais podiam criticar quaisquer assuntos ou burocratas, às vezes até os Imperadores.

¹⁵¹ Cf. 王云飞, “再论孙中山‘五权宪法’”, em 《中国法学》, 北京市 (Wang Yunfei, “Nova Discussão sobre o Ideal Constitucional da Separação dos Cinco Poderes de Sun Yat-sen”, em *Estudos Jurídicos da China*, Beijing), 2003, n.º 5, pp. 160 e 161.

¹⁵² 清末新政 (*qīngmò xīnzhèng*), um nome coletivo numa série de reformas pelo governo da dinastia Qing, depois do Protocolo Boxer, desde o início do século XX até ao fim da dinastia. Embora a sua influência fosse desvalorizada pelos regimes posteriores, de facto, existiam alguns efeitos positivos na evolução histórica da China.

2.2. O sistema político de acordo com a Constituição Provisória de 1912

Antes da Constituição Provisória de 1912, o Governo Provisório de Nanquim estabeleceu-se de acordo com o Programa da Organização do Governo Provisório¹⁵³. Os governos militares elegeram o Senado Provisório de acordo com o Programa, sendo este órgão provisório como uma forma de Parlamento para elaborar a Constituição Provisória. Embora esta lei básica fosse revogada e restaurada por algumas vezes, devido ao caos na política dos governos centrais de Beiyang, era a lei fundamental da República entre 1912 e 1931.

Durante a elaboração da Constituição Provisória de 1912, entre fevereiro e março, de facto, no início, só houve 43 senadores, no Senado Provisório, em Nanquim, entre os quais foram 34 dos grupos revolucionários, 8 reformistas e 1 homem de influência local que apoiou a Revolução. Como o momento estava agitado durante a Revolução (as negociações entre o norte e o sul estavam a continuar), não houve condições para um sufrágio universal, portanto, eles foram nomeados pelos governos militares de cada província. As profissões dos senadores eram professor, escritor, patente militar, empresário, etc., mas não houve nenhum burocrata do regime deposto, nem nenhum parceiro de Yuan Shikai¹⁵⁴. A composição do Senado mostrou a qualidade burguesa da República. Todavia, em face da situação complexa neste imenso país, os senadores ainda estavam longe de representar as vontades populares.

A Constituição Provisória da República foi promulgada em 11 de março de 1912. Como se sabe que esta foi para limitar o poder de Yuan Shikai, ela consagrou um tipo de parlamentarismo com o princípio da separação dos três poderes¹⁵⁵. O Senado

¹⁵³ 中华民国临时政府组织大纲 (*Zhōnghuá mínguó línshí zhèngfǔ zǔzhī dàgāng*), aprovado na reunião dos representantes dos governos militares das províncias, em 3 de dezembro de 1911. Foi o primeiro documento constitucional da República, e imitando o modo dos EUA, foi do presidencialismo. Foi substituído pela Constituição Provisória, em 11 de março de 1912.

¹⁵⁴ No início, confirmou-se o limite máximo de 66 senadores, mas de facto, o número real dos senadores sempre estava a mudar, sendo mais ou menos 40 senadores durante o período antes de 11 de março de 1912. Cf. 刘劲松, “南京参议院议员人数与‘临时约法’的效力”, em 《近代史研究》, 北京市 (Liu Jingsong, “O Número dos Senadores do Senado Provisório em Nanquim e a Eficácia da Constituição Provisória de 1912”, em *Estudos da História Moderna*, Beijing), 2005, n.º 1, p. 298. Os 43 senadores foram os que realmente estavam presentes na inauguração do Senado Provisório em Nanquim, em 28 de janeiro de 1912. Cf. <http://img.mg1912.com/news/2011/04/01/5d670bb92f09d0e5012f0e7bb50f001e.html>, consultado em 4 de junho de 2013.

¹⁵⁵ Foi o princípio clássico dos três poderes e não se aplicou a teoria dos cinco poderes de Sun Yat-sen.

Provisório possuía o poder legislativo, onde também elegia o Presidente Provisório. O Presidente nomeava o primeiro-ministro e os ministros, dependendo da aprovação do Senado Provisório. No entanto, o Presidente tinha a possibilidade de veto das resoluções do Senado Provisório¹⁵⁶, o que ainda parece um tipo do presidencialismo. Além disso, o texto tinha uma atitude indefinida na questão da dissolução do Senado e das responsabilidades do primeiro-ministro. A distribuição complexa e a restrição desequilibrada dos poderes, no entanto, não limitaram o poder do Presidente. Por isso, pode-se verificar que a Constituição Provisória de 1912 era imatura e estava longe do regime perfeito de acordo com as teorias constitucionais ocidentais¹⁵⁷. Apesar dos problemas, com o espírito dos direitos humanos e da liberdade, os direitos e os deveres do povo ficaram registrados no segundo capítulo, só na sequência do capítulo da soberania, possuindo a sua prioridade ao capítulo do Senado Provisório, que vinha em terceiro lugar.

O Parlamento nacional foi convocado, pela primeira vez, em 8 de abril de 1913, em Pequim, de acordo com a Lei da Organização do Parlamento, a Lei da Eleição dos Senadores e a Lei da Eleição dos Deputados, promulgadas pelo Senado Provisório em Pequim¹⁵⁸. Foi da estrutura bicameral e todas as resoluções tinham que ser aprovadas por unanimidade das duas Câmaras. Houve muitas restrições para os eleitores dos deputados. O eleitor tinha que ser homem com mais de 21 anos e ser residente na zona eleitoral por mais de 2 anos. Além disso, o eleitor tinha que satisfazer uma das três condições: pagar diretamente impostos de mais de 2 yuan por ano, ter um imóvel de mais 500 yuan, ou ter o nível igual ou superior da educação primária. Como o povo chinês, naquela época, geralmente era pobre e não sabia ler nem escrever, o número dos

¹⁵⁶ Cf. Artigo 23, da Constituição Provisória da República da China de 1912.

¹⁵⁷ Cf. <http://www.politicalchina.org/printnews.asp?newsid=190265>, consultado em 4 de junho de 2013.

¹⁵⁸ O Senado Provisório em Nanquim mudou para Pequim em abril de 1912 e foi substituído pelo Parlamento mais tarde.

eleitores foi extremamente muito reduzido, apenas ocupando mais ou menos 10,5 por cento da população total¹⁵⁹.

Na prática, desde o início do Parlamento, nas eleições, existiam escândalos, tais como subornos, conspirações e intrigas violentas, quer dos membros do Parlamento quer dos Presidentes da República. Nas mãos dos senhores da guerra, as Constituições e o Parlamento não passaram de decorações para a sua administração.

¹⁵⁹ Cf. 徐矛,《中华民国政治制度史》,上海人民出版社,上海市 (Xu Mao, *A História do Sistema Político da República da China*, Shanghai People's Publishing House, Shanghai), 1992, p. 58.

2.3. Outras transformações importantes depois da Revolução

O nome é muito importante na cultura chinesa. O novo nome do país, República da China, é uma paráfrase. A tradução literal do nome chinês é “País Popular de *Zhonghua*”¹⁶⁰. A abreviatura em *pinyin* é “*Zhongguo*”¹⁶¹, usada por todos os chineses hoje em dia. Este nome chinês foi criado com todo o esmero por Sun Yat-sen e os seus parceiros. Em vez do equivalente de República em chinês¹⁶², Sun usou o carácter chinês de “povo” para sublinhar a diferença entre a República e a Monarquia, em que no “País Popular”, todo o poder do país pertence ao povo, não a qualquer indivíduo privilegiado, por causa da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. O nome também reflete o Princípio dos Direitos Populares dos seus Três Princípios do Povo. Sun disse que o “povo” era o conceito nuclear da República e que queria usar esta nova palavra para dar uma nova compreensão sobre a República aos chineses¹⁶³. O nome *Zhonghua*¹⁶⁴, tradicionalmente, tem sido um nome coletivo de tudo relativo à China, e foi adotado, pela primeira vez na história, no nome oficial do país.

Antes da segunda metade do século XIX, a China não tinha nem precisava da bandeira nacional. Segundo os conceitos clássicos, a China devia ficar numa posição superior dos outros países no mundo, o que praticamente era a atitude oficial nas comunicações internacionais no período dinástico. No entanto, com a entrada das potências estrangeiras e o fim do Sistema de Tributo, a dinastia Qing tinha que aceitar o sistema moderno de relações internacionais. Então, fez-se a primeira bandeira moderna

¹⁶⁰ 中华民国 (*Zhōnghuá mínguó*). O nome oficial da República da China.

¹⁶¹ 中国 (*Zhōngguó*), foi um de vários nomes tradicionais da China. Mas antes da República, o nome oficial da China foi sempre igual aos nomes das dinastias. Nas comunicações internacionais, *Zhongguo*, como nome oficial do país, apareceu, pela primeira vez, no Tratado de Nerchinsk entre o Império Qing e o Império Russo, em 1689. Cf. 徐俊, 《中国古代王朝和政权名号探》, 华中师范大学出版社, 武汉市 (Xu Jun, *Estudos sobre os Nomes das Dinastias ou dos Regimes da Antiga China*, Imprensa da Universidade Normal de Huazhong, Wuhan), 2000, p. 28.

¹⁶² O equivalente de República em chinês é *Gonghe* (共和 *Gònghé*). Na etimologia, *Gonghe* deriva do nome chinês dum período histórico, entre 841 e 828 a. C., em que o país era administrado sem monarca porque o monarca foi expulso depois duma revolta dos residentes da capital. No século XIX, os japoneses usavam a palavra para traduzir República ocidental, como antónimo de Monarquia. Depois, como os caracteres eram iguais, os intelectuais chineses adotaram a mesma tradução em japonês para introduzir o conceito de República. Desde então, o significado moderno de *Gonghe* não tem nada a ver com o nome histórico. Cf. <http://politics.people.com.cn/GB/1026/15825913.html>, consultado em 5 de junho de 2013.

¹⁶³ Cf. <http://www.hxslw.com/history/minguo/zt/2011/0527/61286.html>, consultado em 5 de junho de 2013.

¹⁶⁴ 中华 (*Zhōnghuá*), 中 (*zhōng*), 华 (*huá*), e 中国 (*Zhōngguó*), hoje em dia, são os quatro nomes mais usados nas designações relativas à China ou aos chineses. Os regimes posteriores continuaram a adotar o *Zhonghua* no seu nome oficial em chinês, por exemplo, no nome chinês da República Popular da China (中华人民共和国 *Zhōnghuá rénmin gònghéguó*).

da dinastia Qing, a Bandeira Amarela do Dragão Chinês¹⁶⁵. Durante a Revolução, existiam várias bandeiras dos grupos revolucionários e das diferentes regiões na China. Depois dos intensos debates entre os revolucionários, finalmente chegou a um compromisso de usar a Bandeira das Cinco Cores como a bandeira nacional e outras duas bandeiras revolucionárias como as bandeiras de guerra. Em 10 de janeiro de 1912, o Senado Provisório aprovou a resolução para confirmar esta bandeira nacional. A bandeira usou as cinco cores que as cinco principais etnias chinesas preferiam tradicionalmente (han: vermelho, manchu: amarelo, mongol: azul, hui¹⁶⁶: branco, tibetano: preto), para simbolizar a união de todas as etnias chinesas dentro da República¹⁶⁷. Diferentemente da bandeira que durou até 1928¹⁶⁸, existiram algumas alterações sobre a moeda e o hino naquele período.



Ilustração 3 – A bandeira da dinastia Qing e a da República da China (1912 - 1928)¹⁶⁹

Apesar de ter aproveitado o nacionalismo da etnia han nas propagandas dos revolucionários, a atitude antimanchu desapareceu quase de imediato depois da Revolução. Refletido na bandeira e no nome do país, os chineses achavam que era mais importante unir todas as etnias chinesas para proteger o país. Segundo Fei Xiaotong¹⁷⁰, na evolução histórica, formava-se muito cedo a entidade étnica de *Zhonghua*, mas a

¹⁶⁵ Originalmente, foi uma bandeira de guerra da dinastia Qing. O dragão chinês (*Ā Lóng*) e o amarelo são da cultura tradicional da China. Também foram os símbolos do Imperador, refletindo um pensamento similar de “*L'État c'est moi* (O Estado sou eu).”.

¹⁶⁶ 回族 (*Huízú*), uma minoria étnica chinesa. Naquela época, foi o nome coletivo dos muçulmanos chineses.

¹⁶⁷ Cf. <http://www.cn1n.com/history/mcn/2008714/882188161.htm>, consultado em 6 de junho de 2013.

¹⁶⁸ De facto, existiram outras bandeiras porque apareceram outros regimes ilegais (para o governo central de Beiyang que foi reconhecido no mundo até 1928) em alguns territórios da República. A bandeira do “Império da China” também foi diferente.

¹⁶⁹ Fontes: <http://baike.baidu.com/view/555444.htm>, <http://baike.baidu.com/view/228733.htm>, consultados em 16 de julho de 2013.

¹⁷⁰ 费孝通 (*Fèi Xiàotōng*) (1910 - 2005), um famoso sociólogo, antropólogo e etnólogo chinês.

consciência deste nacionalismo apareceu apenas desde a história moderna, nos confrontos com as potências estrangeiras¹⁷¹. Depois da fundação da República, confirmou-se o princípio da igualdade de todas as etnias chinesas. Apesar de existirem várias e diferentes explicações na etnologia, o consenso social, pelo menos desde a República, tem sido que as etnias chinesas são as subclassificações da nação chinesa, o que reflete a perspectiva chinesa mais da cultura que da linhagem¹⁷².

No Édito da Abdicação, a dinastia Qing transferiu todo o poder para a República. Por isso, e também para praticar o princípio da união das etnias chinesas, a República manteve a sua promessa das condições preferenciais para a família imperial, em que a sua vida foi quase igual como na dinastia Qing. Os cortesãos continuavam a residir na Cidade Proibida. Só nestes palácios, o Imperador manteve o seu título de majestade e mantiveram-se todas as cerimónias imperiais. A República protegeu todas as propriedades privadas da família imperial e os mausoléus imperiais, e pagou as despesas da família imperial. O governo da República atendeu o Imperador com a etiqueta igualmente dada aos monarcas estrangeiros. Mantiveram-se os funcionários ao serviço da família imperial, mas não se pôde recrutar mais eunucos¹⁷³. Pode-se verificar que a República tratou a família imperial com toda a tolerância, exceto no sistema de eunuco, que foi abolido para sempre. As condições preferenciais geraram várias influências. O processo da Revolução evoluiu, o que evitou mais conflitos violentos e protegeu a unificação do país, derrotando as conspirações de aproveitar a família imperial para dividir a China por algumas potências estrangeiras. No entanto, as

¹⁷¹ Cf. No texto original: “中华民族作为一个自觉的民族实体, 是近百年来中国和西方列强对抗中出现的, 但作为一个自在的民族实体, 则是在几千年的历史过程中形成的。(zhōnghuá mínzú zuòwéi yīgè zìjué de mínzú shí, shì jìn bǎinián lái zhōngguó hé xīfāng lièqiáng duìkàng zhòng chūxiàn de, dàn zuòwéi yīgè zìzài de mínzú shí, zé shì zài jǐ qiān nián de lìshǐ guòchéng zhōng xíngchéng de)”. 李帆, “以‘中华’为族称: 辛亥革命前后的民族认同”, em 《北京师范大学学报(社会科学版)》, 北京市 (Li Fan, “Usar Zhonghua como o Nome da Nação Chinesa: a Identidade Nacional antes e depois da Revolução Xinhai”, em *Jornal Académico da Universidade Normal de Beijing (Área das Ciências Sociais)*, Beijing), 2011, n.º 5, p. 63.

¹⁷² Cf. *Idem, ibidem*, p. 65.

¹⁷³ Cf. <http://baike.baidu.com/view/771216.htm>, consultado em 7 de junho de 2013.

condições preferenciais também criaram oportunidades para as restaurações monárquicas posteriores¹⁷⁴.

Por outro lado, fora da Cidade Proibida, efetuaram-se as transformações radicais. Os títulos nobiliárquicos, as distinções honoríficas e os direitos da nobreza do regime deposto foram abolidos, pois todos os cidadãos são iguais na República. Foi abolida a Era Imperial que usou os nomes da Era do Imperador, substituída pela Era da República, cujo primeiro ano era o ano de 1912 da Era Comum. A República adota o calendário gregoriano como oficial. O calendário chinês¹⁷⁵ perdeu a sua posição oficial, mas na vida quotidiana e nas atividades culturais, tem sido usado amplamente até hoje em dia. Com o ambiente político mais livre e o aumento da consciência política, causados pela Revolução, apareceu, entre as várias classes sociais, um grande entusiasmo de participação política desde o início da República¹⁷⁶.

Na legislação social, como nos últimos anos da dinastia Qing, nas reformas do Novo Sistema, já começou a modernização jurídica. Estudando as leis como o código civil e o código penal dos países europeus e do Japão, a China adotou o sistema romano-germânico¹⁷⁷. As leis da República herdaram muitos desses frutos e foram modificadas um pouco para adaptar a situação real. Além das leis e os regulamentos básicos na política, nos média, na educação e na vida social, o Governo Provisório em Nanquim e os governos posteriores de Beiyang publicaram ou praticaram uma série de leis e decretos-lei para regulamentar as relações jurídicas nas indústrias e nos comércios a fim de promover a industrialização nacional¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Cf. <http://www.imanchu.com/a/history/200706/1746.html>, consultado em 7 de junho de 2013.

¹⁷⁵ 农历 (*nónglì*), literalmente se traduz no calendário agrícola. É o calendário lunissolar tradicional da China, que arranja todos os feriados tradicionais chineses, por exemplo, o Festival da Primavera (o Ano Novo Chinês).

¹⁷⁶ Houve muitas classes sociais que participaram na política. Apareceram mais de 600 grupos políticos entre 1911 e 1913. As palavras como “República”, “democracia” e “povo” passaram a ser de moda. Cf. <http://www.xhgmw.org/archive-51785.shtml>, consultado em 8 de junho de 2013.

¹⁷⁷ Cf. http://www.360doc.com/content/11/0320/15/6497568_102891101.shtml, consultado em 8 de junho de 2013.

¹⁷⁸ Sob a promoção do governo, as indústrias nacionais desenvolviam-se muito, sobretudo no período da Primeira Guerra Mundial, em que conseguiram mais espaço no mercado porque as potências estrangeiras prestavam menos atenção à China. Cf. 李青, “民国初年法制建构初探”, em 《国家行政学院学报》, 北京市 (Li Qing, “Estudos sobre o Estabelecimento do Sistema Jurídico nos Primeiros Anos da República da China”, em *Jornal Académico do Instituto Nacional da Administração*, Beijing), 2011. n.º 4, pp. 36 e 37.

No entanto, por causa da desordem na política e das ambições dos senhores da guerra, nem as Constituições nem as leis, que já não eram perfeitas, realizaram os devidos efeitos. Os direitos dos trabalhadores não foram protegidos, o que provocou muitas greves. Mas naquele momento, embora o operariado crescesse rápido com o desenvolvimento capitalista, ainda não formava uma força importante na política. Refletido nas condições para o eleitor do Parlamento, a mulher ainda não tinham acesso à política, o que provocou muitos protestos, sobretudo das mulheres que tinham apoiado a Revolução¹⁷⁹. As Forças Armadas, que realmente eram os exércitos privados dos senhores da guerra, não se unificaram como defesa nacional. Na distribuição da terra, que é uma questão importantíssima da China, como um país agrícola, não se realizaram as reformas eficientes para melhorar a vida do maior grupo popular, os camponeses.

¹⁷⁹ Cf. <http://www.xhgmw.org/archive-51755-2.shtml>, consultado em 8 de junho de 2013.

2.4. As influências na ideologia tradicional chinesa

Para esclarecer as influências da Revolução na ideologia tradicional, primeiro devemos conhecer um pouco da ideologia tradicional chinesa, sobretudo nos aspetos da Monarquia, que têm a ver com quase todos os conceitos filosóficos e políticos tradicionais da civilização chinesa.

Aqui usamos a palavra “ideologia”, porque não queremos discutir se esta é filosofia, religião ou pensamento político. Na verdade, porventura, da perspectiva do holismo, esta ideologia é tudo integral, um conjunto das ideias tradicionais da cultura chinesa, tendo a sua origem nos ritos da dinastia Zhou¹⁸⁰, fundada no século XI a. C., em que já se estabeleceu o seu sistema completo, não obstante transformações e adições durante milhares de anos até hoje em dia. O sistema foi caracterizado pela sua hierarquia muito complexa e rigorosa, em que o monarca da dinastia Zhou, Tianzi¹⁸¹, permaneceu sempre no topo. O Céu foi considerado o universo e o onipotente. Por isso, a legitimidade do monarca e da dinastia veio do Mandato do Céu¹⁸². Desde modo, o monarca chinês, como Filho do Céu, tinha o caráter divino, mas como chefe do Estado, também tinha o caráter humano. Devido à sua posição sagrada, além das atividades políticas, o monarca tinha a responsabilidade de fazer os cultos tradicionais, por exemplo, o Culto do Céu¹⁸³, para a prosperidade do país. Na evolução histórica, o confucionismo teorizou esta ideologia e dedicava-se a transformá-la para ela adaptar a realidade. Como o confucionismo valoriza muito a moralidade, o Imperador foi considerado como o supremo paradigma de todas as virtudes na sociedade. Assim, a significação simbólica do Imperador foi mais importante do que quem foi o Imperador.

¹⁸⁰ Dinastia Zhou: 周朝 (*Zhōu cháo*), entre o século XI a. C. e 256 a. C. A terceira dinastia na história chinesa e a última dinastia descentralizadora. A dinastia Zhou foi como uma união pessoal dos reinos, cujo sistema político foi semelhante como o sistema feudal da Europa na Idade Média. Desde a dinastia Qin, começou o despotismo centralizado.

¹⁸¹ 天子 (*Tiānzǐ*), literalmente o Filho do Céu. Considerou-se que o poder do monarca vinha do Céu. A designação foi usada por quase todos os monarcas chineses, a partir da dinastia Zhou, ao longo do período dinástico. Na dinastia Zhou, não existiu o título Huangdi (Imperador), que foi criado pelo Primeiro Imperador da Dinastia Qin.

¹⁸² 天命 (*tiānmìng*). Aqui significa a legitimidade do poder. A “revolução” em chinês é 革命 (*gémìng*), que na história antes da Revolução Xinhai, geralmente, indicava a mudança das dinastias (a mudança do Mandato do Céu).

¹⁸³ 祭天 (*jìtiān*). Um dos cultos mais importantes na cultura tradicional chinesa. Inicialmente, era o direito exclusivo do monarca. É uma maneira de comunicar com o Céu para fazer orações.

Sob esta grande influência histórica, a ideologia passou a ser a fé enraizada na mente dos chineses, em que o Imperador, designadamente a sua significação simbólica, foi o núcleo. Gradualmente, pela contribuição de gerações dos confucionistas, a ideologia alargava-se para todos os aspetos, implantando uma instituição sobre os princípios políticos e éticos na sociedade chinesa, em que a lealdade ao monarca (na política) e a piedade filial aos pais (na ética)¹⁸⁴ foram os dois maiores valores.¹⁸⁵

Por outro lado, a ideologia também valoriza muito a posição do povo desde o início. Na dinastia Zhou, já apareceu um pensamento orientado para o povo. Por exemplo, em *Shangshu*¹⁸⁶, um juramento do monarca fundador da dinastia Zhou foi: “O que o Céu vê e ouve vem do que o meu povo vê e ouve.”¹⁸⁷, em que o monarca combinou o Mandato do Céu, o conceito recém-criado, com a aspiração popular. Mêncio¹⁸⁸ disse na sua obra: “o povo é o mais importante, o Estado é o seguinte, e o monarca é leve.”¹⁸⁹ Embora parecesse uma contradição o contraste entre a posição sagrada do Imperador e o pensamento orientado para o povo, dentro da hierarquia durante o período dinástico, de facto, os monarcas prudentes sempre aderiam a este pensamento orientado para o povo e consideraram-se como pai e protetor do povo. Os intelectuais políticos consideraram este pensamento como o princípio mais importante na administração e como a sua maior responsabilidade ao país, exigindo que o Imperador houvesse de estimar e proteger o povo.¹⁹⁰ No século XVII, surgiu uma obra: *À Espera do Chefe Ilustrado*¹⁹¹, que ainda questionou a Monarquia para defender o

¹⁸⁴ A lealdade ao monarca: 忠 (*zhōng*), a piedade filial aos pais: 孝 (*xiào*). Com estes dois valores, formou-se a ligação entre a política e a ética, correspondendo a relação entre o país e a família. As leis chinesas tradicionais no período dinástico foram feitas com o princípio dos dois valores.

¹⁸⁵ Cf. 李向平, 石大建, “中国人的信仰认同模式 - 以儒教信仰为中心”, em 《社会》, 上海市 (Li Xiangping e Shi Dajian, “O Modo da Identidade da Crença dos Chineses - Centralizado no Confucionismo”, em *Sociedade*, Shanghai), 2008, n.º 6, pp. 71 – 89.

¹⁸⁶ 《尚书》 (*Shàngshū*), ou simplesmente *Shu* 《书》 (*Shū*). A tradução literal pode ser livro, documento ou bíblia antiga. Uma das obras mais antigas sobre a história na China, compilação de discursos de figuras importantes e registos de eventos desde a pré-história até a dinastia Zhou. Posteriormente passou a ser um dos Cinco Clássicos confucionistas.

¹⁸⁷ 天视自我民视, 天听自我民听 (*tiān shì zì wǒ mǐn shì, tiān tīng zì wǒ mǐn tīng*).

¹⁸⁸ 孟子 (*Mèngzǐ*) (372 - 289 a. C.), um filósofo confucionista. Foi considerado como o mais eminente seguidor de Confúcio. A sua obra teve o mesmo nome.

¹⁸⁹ 民为贵, 社稷次之, 君为轻。 (*mín wéi guì, shèjì cì zhī, jūn wèi qīng*)

¹⁹⁰ Cf. <http://hist.cersp.com/kczy/xwss/200610/3970.html>, consultado em 16 de junho de 2013.

¹⁹¹ 明夷待访录 (*Míngyí dài fǎng lù*). Uma obra importante de Huang Zongxi sobre a forma do Estado, em que ele criticou fortemente a Monarquia e imaginou muitas ideias semelhantes às do Iluminismo, tais como o direito humano, o poder do povo, a democracia, o constitucionalismo, etc. Huang Zongxi: 黄宗羲 (*Huáng Zōngxī*) (1610 - 1695), um intelectual confucionista, historiador, filósofo, matemático, geógrafo, astrónomo, economista e educador no fim da dinastia Ming. Ele persistiu na lealdade à

pensamento orientado para o povo. Esta tinha uma grande influência nos intelectuais reformistas e revolucionários na história posterior. No século XIX, os reformistas utilizaram o pensamento orientado para o povo a fim de explicar o humanismo, cujo espírito universal existe sempre na cultura chinesa, apesar de não ter este termo ocidental¹⁹².

Desde a Reforma dos Cem Dias, começou a subverter-se a ideologia tradicional (já confundida no confucionismo). A República oficialmente pôs fim à posição oficial do confucionismo¹⁹³, e destruiu a hierarquia monárquica. O Governo Provisório em Nanquim modificou o nome do país, o sistema político, o calendário, o vestido e a bandeira, e substituiu os cultos tradicionais pelas flores nas cerimónias oficiais, e os clássicos confucionistas pelas ciências humanas e naturais na educação. Tudo manifestou a rutura com o confucionismo. Mas os conservadores não queriam abandoná-lo. Em seguida, quando Yuan Shikai tomou o poder, o confucionismo reviveu como a ideologia oficial da República. Sob a ordem de Yuan, fizeram-se as cerimónias tradicionais para prestar homenagem a Confúcio por todo o país. Até se estabeleceu o Império de Yuan que provocou grande oposição na sociedade. Então o confucionismo quase equivaliu à velha Monarquia. Deste modo, aquele foi criticado e negado radicalmente.¹⁹⁴ No Movimento da Nova Cultura, os intelectuais radicais lançaram apelos para abandonar a velha cultura, que consideraram como a razão do atraso, e para a ocidentalização total. Assim, outras ideologias, tais como o anarquismo, o liberalismo, os Três Princípios do Povo, e o comunismo, passaram a ser a nova fé dos chineses, que perderam a fé tradicional e estavam em aflição sobre o vazio do espírito.

dinastia Ming por toda a sua vida e dedicou-se à carreira académica após lhe faltar a esperança de restaurar a dinastia Ming, recusando as oportunidades, até os convites (ou as ordens) dos Imperadores de Qing, para entrar na política da dinastia Qing.

¹⁹² Yü, Ying-shih, *Democracy, Human Rights and Confucian Culture*. Huang Hsing Foundation Chun-tu Hsueh distinguished lecture in Asian studies, the Fifth, Asian Studies Centre, St. Antony's College, University of Oxford, Oxford, 2000, p. 4.

¹⁹³ O confucionismo confirmou-se a sua posição oficial, em 134 a. C., na dinastia Han (汉朝 *Hàn cháo*) (202 a. C. - 220 d. C.), e perdeu na Revolução, em 1911. No total, ficou por 2045 anos como ideologia oficial na China. Cf. 田海林, “辛亥革命前后儒家文化的命运 - 对清末民初‘尊孔读经’问题的考察”, em 《山东师范大学学报(人文社会科学版)》, 济南市 (Tian Hailin, “O Destino do Confucionismo antes e depois da Revolução Xinhai - as Investigações na Questão de ‘Respeitar Confúcio e Estudar os Clássicos Confucionistas’ naquela época” em *Jornal Académico da Universidade Normal de Shandong (Área das Ciências Humanas e Sociais)*, Jinan), 2003, Vol. 48, n.º 2, p. 87.

¹⁹⁴ Cf. *Idem, ibidem*, p. 89.

Quando os chineses derrubaram a última dinastia, abandonaram a sua cultura e a sua história toda. O descontentamento contra a Monarquia absoluta passou a ser contra toda a cultura tradicional. Se perdem a própria cultura, as pessoas perdem também a confiança no seu país e na sua tradição, e o respeito a eles.¹⁹⁵ A questão de falta de crença no seu país foi uma das razões que causou o caos desde a República.

¹⁹⁵ Cf. No texto original: “以后满清是推翻了，不过连我们中国的全部历史文化也同样推翻了。这因当时人误认为满清的政治制度便完全是秦始皇以来的中国旧传统。又误认为此种制度可以一言蔽之曰帝王的专制。于是因对满清政权之不满意，而影响到对全部历史传统文化不满意。但若全部传统文化被推翻，一般人对国家以往传统之一种共尊共信之心也没有了。(yǐhòu mǎn qīng shì tuīfānle, bùguò lián wǒmen zhōngguó de quánbù lìshǐ wénhuà yě tóngyàng tuīfānle. zhè yīn dāngshí rén wù rènwéi mǎn qīng de zhèngzhì zhìdù biàn wánquán shì qínshǐhuáng yǐlái de zhōngguó jiù chuántǒng. yòu wù rènwéi cǐ zhōng zhìdù kěyǐ yī yán bì zhī yuē dìwáng de zhuānzhi. yúshì yīn duì mǎn qīng zhèngquán zhī bù mǎnyì, ér yǐngxiǎng dào duì quánbù lìshǐ chuántǒng wénhuà bù mǎnyì. dàn ruò quánbù chuántǒng wénhuà bèi tuīfān, yībānrén duì qí guójiā yǐwǎng chuántǒng zhī yī zhōng gòng zūn gòng xìnzhī xīn yě méiyǒule.)”. 钱穆, 《中国历代政治得失》, 生活读书新知三联书店, 北京市 (Qian Mu, *Os Governos Tradicionais da China Imperial*, SDX Joint Publishing Company, Beijing), 2001, p. 168.

3. Comparação e reflexão

Podemos dizer que as duas Revoluções tiveram um caráter burguês e aderiram aos mesmos valores demoliberais. Mas devido a vários aspetos anacrónicos, de facto, a força da burguesia, quer em Portugal quer na China, era bastante pequena, de modo que realmente não tinha a capacidade total de reformar o país e não conseguia estabilizar a sociedade, com vários problemas não resolvidos. Claro que não nos devemos esquecer das transformações que tinham as influências positivas na história, em que os esforços da procura dos valores demoliberais nunca pararam. Comparando os aspetos na política em pormenor, principalmente podemos verificar as seguintes questões: a oposição radical às tradições, o sistema político, a eleição e a composição do governo.

A oposição radical às tradições foi refletida quase em todas as políticas desde o início das Repúblicas. Mas não quer dizer que isso conseguiu eliminar todos os vestígios do regime deposedo. Na questão da família real ou imperial, Portugal, que deportou os membros da família real e privou o seu direito de entrar na política da República, foi mais radical do que na China, que deu as condições preferenciais à família imperial e manteve a velha ordem só na Cidade Proibida (de facto, até 1924). O radicalismo foi refletido mais na questão da velha ideologia. Neste sentido, a secularização em Portugal foi mais ou menos equivalente à atitude anticonfucionista na China porque o catolicismo e o confucionismo eram os pilares das duas culturas. As reformas desde a Regeneração em Portugal e desde a Reforma dos Cem Dias na China causaram realmente uma revisão das suas tradições, em que começou a mudança das ideologias. Os atos radicais não se podem considerar fracos nem falsos, mas, as liquidações não lograram os verdadeiros êxitos, porque as ideologias permanecem tão profundamente enraizadas nas culturas que é difícil, ou talvez impossível apagar, quer naquele momento, quer hoje em dia. Embora ambos os países, hoje em dia, sejam Estados não confessionais, atualmente os católicos ainda são cerca de 80% da

população¹⁹⁶ em Portugal e o confucionismo está a reviver novamente nestes anos na China. Nos contextos da ampla divulgação do republicanismo naquela época, o radicalismo alimentou-se em razões históricas ligadas à ideologia tradicional. Os governos agiram com precipitação para realizar os efeitos desejados, mas pelo contrário, produziram mais efeitos negativos. A rutura com a Igreja Católica deixou o governo republicano de Portugal perder bastantes apoios sociais, sobretudo os das regiões rurais que ocupavam a maioria dos territórios de Portugal devido à pouca urbanização. O pensamento de abandonar o confucionismo e a chamada ocidentalização total deixaram os chineses desorientados. Mal acabaram as Revoluções, o radicalismo trouxe obviamente mais problemas e agitações nos regimes não consolidados, acrescentando mais dificuldades na administração dos novos governos.

Teoricamente, ambas as Repúblicas adotaram o parlamentarismo democrático. Basicamente, as duas Constituições (de Portugal, em 1911 e da China, em 1912) aderiram ao princípio da separação dos três poderes. Na distribuição dos poderes, o Presidente da China teve um maior poder do que o Presidente de Portugal (sobre o veto das resoluções e a dissolução do Parlamento), indicando que a Constituição de 1911, de Portugal, foi mais parlamentarista e teve mais limitações do poder do Presidente do que a Constituição Provisória, de 1912, da China. Mas, Portugal ainda caiu na ditadura de Sidónio Pais. A China caiu no período de guerra com a ditadura militar, quase desde o início da República. Os chineses sabiam que a Constituição Provisória só era um documento transitório e podia ser aperfeiçoada depois, mas naquela época ninguém previu que o tempo de transição iria perdurar por décadas. A característica comum das duas Constituições foi colocar no texto os direitos do povo acima dos órgãos do Estado.

Na questão da eleição, ambas as Repúblicas restringiram muito as condições do eleitor, o que, com efeito, garantiu a qualidade do eleitor, mas por outro lado, diminuiu o nível democrático, a participação popular na política. Deste modo, a falta dos

¹⁹⁶ Cf. http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=46879, consultado em 18 de junho de 2013.

representantes, sobretudo da classe mais baixa, significou que o governo ignorava os interesses populares, aumentando a instabilidade social. A alta taxa dos analfabetos nos dois países foi realmente um problema técnico que impediu o regime democrático de funcionar imediata e perfeitamente. Na China, a política democrática tinha pouca ligação com as organizações rurais por causa do analfabetismo. Os camponeses, cuja taxa de alfabetização era considerada de apenas 5 por cento, tinham que ser orientados à maneira coletiva, como o modo tradicional, deixando a prioridade de participar na política aos mais eruditos, aos homens e aos mais velhos. Aquele grupo mais numeroso não conseguiu entrar na política e a burguesia estava pequena, enquanto as forças conservadoras não foram eliminadas¹⁹⁷. Embora os homens de influência local tivessem abandonado a dinastia Qing, nem todos eles tinham compreendido e defendido a República do fundo do seu coração. Perante este ambiente social, foi difícil formar, de súbito, um regime moderno baseado na democracia representativa. Em Portugal, apesar do país pequeno e da cultura diferente, em comparação com a China, podemos ver que os fatores dos problemas políticos eram mais ou menos similares.

A respeito da composição do governo, havia o fenómeno da “adesivagem” em Portugal, ou seja, os “adesivos” eram aqueles que tinham servido a Monarquia em lugares de destaque ou mesmo em funções repressivas como guarda municipal, política e exército, passavam-se para o novo regime, o que foi refletido em muitas figuras não só do governo, mas também da magistratura, da política, do clero, da universidade, e intelectuais, etc. Em larga medida, apesar do radicalismo em vários aspetos, a moderação prática republicana deriva desta “adesivagem”, que degradou muito as esperanças de verdadeira reforma para emendar os males estatais acumulados, no advento da República¹⁹⁸. Na China, a situação era parecida. Muitos senhores da guerra já eram generais dos Novos Exércitos no final da dinastia Qing, cuja figura representativa foi Yuan Shikai, o último primeiro-ministro da dinastia Qing e o

¹⁹⁷ Cf. 黄仁宇 (Ray Huang), *ob. cit.*, p. 297.

¹⁹⁸ Cf. Medina, João, *ob. cit.*, p. 182.

verdadeiro chefe da força de Beiyang (o líder de todos os senhores da guerra naquele tempo). Durante a elaboração da Constituição Provisória, nenhuns senadores eram da força de Yuan, o que com efeito evitou a influência dos conservadores e garantiu o regime republicano. Mas esta rutura obviamente iria causar o desequilíbrio na distribuição dos interesses. Finalmente, falharam os esforços dos revolucionários para limitar o poder de Yuan. Na verdade, no Édito da Abdicação, a última Imperatriz Viúva mandou Yuan organizar o governo republicano provisório, podendo-se considerar que nominalmente Yuan tomou o poder com toda a legitimidade. Muitos membros do seu governo em Pequim eram os ex-ministros da dinastia Qing. Nesta situação, o governo de Yuan pareceu o governo Qing sem a família imperial.

Com certeza, vistos numa perspetiva ampla baseada na evolução histórica, muitos acontecimentos políticos das Repúblicas recém-estabelecidas eram inevitáveis. Devido a vários e diferentes fatores, havia diferentes fenómenos entre Portugal e a China naquela época. Em Portugal, mantinha-se pelo menos o regime básico no período inteiro da Primeira República exceto a ditadura de Sidónio Pais. Mas na China, não se pode deixar de ter em conta as intervenções das potências estrangeiras. A República, mesmo que tivesse caído nas guerras civis, precisava de encarar as ameaças estrangeiras. A sobrevivência com a independência, de facto, era a primeira tarefa dos chineses. Deste modo, o radicalismo ficava cada vez mais forte e perdurava por um longo tempo. Com o objetivo de realizar o autofortalecimento com a maior urgência, os chineses apelaram às revoluções violentas quase a todo o custo. Pareceu que tudo iria ser resolvido pelas revoluções. De tal modo que a palavra “revolução” passou a ser extremamente popular com um sentido positivo na China, desde a Revolução Xinhai até à década de setenta do século XX (A última “revolução” foi a “Grande Revolução Cultural do Proletariado”, entre 1966 e 1976).

Em conclusão, as instituições, apesar de alguns problemas, teoricamente realizaram o princípio da democracia e o Estado de direito. No entanto, sem a condição

prévia de as pessoas cumprirem a Constituição e as leis, todos os regulamentos perfeitos não passaram de ser versos bonitos. Com efeito, foi uma razão que as pessoas não tinham a consciência suficiente das leis, sobretudo na China. Mas a difícil situação política e económica naquela época foi uma razão importante, com a sociedade agitada em ambos os países. A natureza humana tem apetência para melhorar a sua própria condição de vida antes de pensar no regime do país. Assim, uma sociedade estável passa a ser a primeira condição necessária de unificar o povo para estabelecer um bom regime. Perante o caos, uma força absolutamente poderosa, que consegue controlar totalmente a situação, passa a ser naturalmente a reivindicação política. Se não aparece esta força poderosa, os conflitos e as intrigas continuam, como a política anárquica das divisões partidárias em Portugal e a Era dos Senhores da Guerra na China. Uma vez que apareça esta força, para estabilizar e controlar a situação de imediato, é fácil quebrar as limitações do poder pessoal e formar a governação dos homens dominantes, como as situações da ditadura de Sidónio Pais, da queda da Primeira República de Portugal, e dos períodos ditatoriais na China, desde a queda da Monarquia. Na história do mundo, não faltam os exemplos similares, tais como o Império de Napoleão na França e a ascensão das forças de extrema-direita na Alemanha, na Itália e no Japão na década de vinte do século XX por causa das crises económicas. Mesmo nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, o poder do Presidente alargava-se muito. Franklin Delano Roosevelt ficava no cargo por 12 anos, o que não quebrou a lei, mas sim a tradição desde George Washington. Por isso, a questão do sistema político é fundamentalmente a relação entre o homem e a evolução da sociedade. Os períodos do caos são mais complexos na história, por isso não se pode induzir um modo uniforme de explicação.

Capítulo III

Comparação sobre os aspetos de cultura social

1. Os aspetos de Portugal

Não se pode deixar de mencionar a situação de cultura social depois da Revolução, em que sem dúvida se efetuaram transformações profundas na sociedade. Pode-se considerar que a perspectiva de cultura social presta mais atenção a uma dimensão mais larga do que a visão política. Observada na evolução histórica, a época do início do século XX esteve marcada por vários movimentos ideológicos, políticos, sociais, culturais e artísticos, devido às grandes transformações em todos os aspetos do mundo. Em Portugal, a Revolução Republicana que aconteceu neste mesmo período movimentado, com certeza resultou numa transformação radical. Sobretudo, as mudanças de cultura social vincaram as influências mais longas e profundas no país e nos portugueses.

Neste capítulo, vamos abordar o novo clima da cultura, as transformações dos costumes e os impactos nos valores tradicionais, para ter um conhecimento geral da questão sobre a cultura social na altura.

1.1. O novo clima cultural

No primeiro quarto do século XX, o analfabetismo popular foi um grande obstáculo no desenvolvimento de Portugal. As reformas na educação eram uma tarefa muito importante e árdua do governo republicano para desenvolver a cultura. Nas instruções infantil e primária, criaram-se alguns jardins-escola, onde se aplicavam princípios modernos de pedagogia, assentes no conceito de desenvolvimento integral da criança. O número de escolas primárias subiu expressivamente. A legislação de 1911 estabeleceu a instrução oficial e livre para todas as crianças aos níveis infantil e primário, e a escolaridade obrigatória entre as idades de sete e dez anos. Na instrução secundária, aumentou substancialmente o número de professores. E houve mais reformas importantes no ensino técnico, resultando na existência, em Portugal, de 54 escolas técnicas de nível secundário, em 1923. A instrução superior mereceu grande atenção. A Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto, estabelecidas das escolas superiores locais já existentes e reunidas pelo Governo Provisório, puseram fim ao monopólio centenário da Universidade de Coimbra. A Faculdade de Letras de Coimbra substituiu a extinta Faculdade de Teologia. Os ensinamentos eclesiásticos foram substituídos pelos civis e morais. Houve outras reformas e políticas na instrução superior de acordo com a ideologia republicana. Efetuaram-se outras reformas no ensino de adultos e no ensino popular e livre. Desenvolveram-se também as bibliotecas e as publicações de jornal e revista. A República decretou a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa. Contudo, como a difícil situação económica e a instabilidade política e social resultaram na escassez dos apoios financeiros, sendo sempre o ponto fraco das reformas educacionais republicanas, a taxa de analfabetismo baixou relativamente pouco: 69,7% em 1911, para 61,8%, em 1930, o que foi bem longe do que as expectativas da opinião pública. Mais de metade da população portuguesa compunha-se de analfabetos, o que foi realmente um grave problema da educação de massas.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Cf. Tavares, Maria José Ferro (Coord.), *Sociedade e Cultura Portuguesas*. 2, Universidade Aberta, Lisboa, 1990, pp. 289 – 293.

O pendor político fomentou o debate livre e a argumentação sem entraves no novo ambiente liberal, em que se podiam aceitar as diferentes correntes literárias e artísticas. Movimentos literários e artísticos, que possuíam normalmente as características mais óbvias da cultura, tinham sempre o seu lado político. “A mais válida literatura portuguesa do tempo caracterizou-se em geral por uma tendência nacionalista que reagia contra o realismo cosmopolita de finais do século XIX.”²⁰⁰. Esse nacionalismo mostrou-se de vários modos nostálgicos, quer por temas e heróis históricos, quer pelo culto dos elementos tipicamente portugueses tais como os valores, os modos e as paisagens. Destacado nas ideias dos escritores do saudosismo, cujo mentor foi Teixeira de Pascoais, o espírito nacionalista, defendendo o conceito "cá-dentro", foi duma fação do movimento de Renascença Portuguesa, cujo órgão, *A Águia*²⁰¹, foi o seu meio privilegiado para divulgar os seus pensamentos culturais.

Havia sempre divergências nos movimentos culturais. O nacionalismo foi atacado por uma corrente racionalista, mais cosmopolita, sujeita à influência francesa, mostrando mais a vontade de europeização. Defendendo a ideia de “lá-fora” e visando desenvolver a consciência crítica para dar mais progresso ao país, o movimento Seara Nova criou a revista *Seara Nova*²⁰², em 1921, que divulgou corajosamente as novas ideias da época.

A Primeira Guerra Mundial influenciava profundamente o meio literário e artístico, que trouxe o horror ao ser humano e fez com que os intelectuais pensassem nos problemas entre o desastre dos avanços científicos e a destruição da humanidade. Neste contexto, a corrente modernista, iniciada por volta de 1915, exercia diminuta influência na sociedade portuguesa do tempo. A revista, *Orpheu*²⁰³, embora existisse por um tempo efémero, logrou maior divulgação das propostas modernistas, que

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 295.

²⁰¹ *A Águia* foi uma revista bimensal, e depois mensal, de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social, que se publicou no Porto, entre 1910 e 1932.

²⁰² *Seara Nova* foi uma revista fundada em Lisboa, no ano de 1921, por iniciativa de Raul Proença e de um grupo de intelectuais portugueses da época.

²⁰³ *Orpheu* foi uma Revista Trimestral de Literatura editada em Lisboa. Apenas teve dois números publicados, correspondentes aos primeiros dois trimestres de 1915, sendo o terceiro número cancelado devido a dificuldades de financiamento.

tentaram uma renovação cultural que punha em xeque os próprios alicerces da sociedade burguesa. No entanto, com os seus ataques ao senso comum e à moral convencional, a corrente, sendo uma vanguarda, não foi amplamente aceite na sociedade²⁰⁴. O mais famoso exemplo na literatura foi de Fernando Pessoa, que foi apenas “descoberto” durante e após a Segunda Guerra Mundial, com o grosso da sua obra publicado postumamente.

Perante o anarquismo da política e a instabilidade da sociedade, ascendeu o Integralismo Lusitano, que foi um movimento mais político, sendo diretamente a reação ao anticlericalismo da República. O movimento tinha o seu órgão, *Nação Portuguesa*²⁰⁵, cuja doutrina foi o tradicionalismo, a descentralização de poder, o municipalismo, o nacional-sindicalismo, a Igreja Católica e a Monarquia orgânica, contra o parlamentarismo. Geralmente, as ideias deste movimento consideram-se como extrema-direita e ligam-se com a origem do salazarismo posterior.

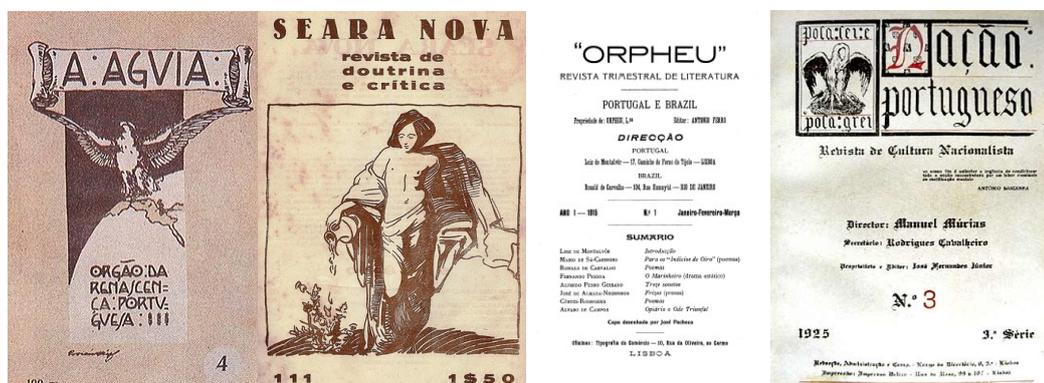


Ilustração 4 – As revistas: *A Águia*, *Seara Nova*, *Orpheu* e *Nação Portuguesa*²⁰⁶

No espaço literário, o artigo e o folheto jornalístico predominaram sobre o romance, o poema ou a monografia porque a preocupação geral das obras nos primeiros anos da República ficou em alcançar um público vasto e popular²⁰⁷. Com certeza, as

²⁰⁴ Veja-se o estilo do Manifesto Anti-Dantas, do poeta José de Almada-Negreiros.

²⁰⁵ Revista publicada entre 1914 e 1938. Cf. [http://www.infopedia.pt/\\$nacao-portuguesa](http://www.infopedia.pt/$nacao-portuguesa), consultado em 2 de julho de 2013.

²⁰⁶ Fontes: <http://iporto.amp.pt/eventos/a-revista-a-aguia-e-a-renascenca-portuguesa-no-contexto-da-republica>, <http://blogdaranove.blogs.sapo.pt/2007/10/?page=19>, <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Orpheu1915.jpg>, [http://www.infopedia.pt/\\$capa-da-revista-nacao-portuguesa-publicada](http://www.infopedia.pt/$capa-da-revista-nacao-portuguesa-publicada), consultados em 16 de julho de 2013.

²⁰⁷ Cf. Tavares, Maria José Ferro (Coord.), *ob. cit.*, p. 294.

influências das correntes culturais não só permaneciam nas áreas literárias e musicais, mas também nas artes plásticas. As tendências de futurismo e modernismo caracterizaram-se na época, mas o naturalismo e outras correntes tradicionais continuavam a ser o gosto dominante. A aplicação das novas tecnologias contribuiu muito para o desenvolvimento da arquitetura, da música e do cinema.²⁰⁸

²⁰⁸ Cf. Proença, Maria Cândida, *ob. cit.*, pp. 48 – 51.

1.2. As transformações de valores e costumes na sociedade

Com a aceleração do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização a partir dos últimos anos do século XIX, havia grandes mudanças no quotidiano, os costumes e os valores sociais. Em Portugal, o clima da liberdade depois da Revolução contribuiu designadamente para a alteração de comportamentos e para a modificação do papel da mulher na sociedade, com uma ligação próxima à cultura burguesa laicizada.

Durante a Primeira República, talvez a secularização fosse o fenómeno mais destacado, pelo qual se pode ver a maioria das influências profundas e complexas quer na vida pública, quer na vida privada dos portugueses. Aconteceu uma série de mudanças antitradicionais. Por exemplo, as leis de registo civil transformaram os rituais populares das grandes datas de existência da vida: o nascimento, o casamento e a morte, que têm influenciado a vida social até atualmente. A escola laica fundou a ideia e a visão seculares das novas gerações desde o início. Apagaram-se muitos vestígios confessionais na sociedade através da limitação das atividades religiosas. Evidentemente, as realizações provocaram como consequência fortes conflitos sociais e resistências religiosas. As Aparições de Fátima, reveladas em 1917, que não se pode deixar de mencionar, foram um assunto muito impactante na altura, que produziu numerosos supostos e explicações, e que a algum nível, se pode considerar como um tipo de reação à laicização social. “Na verdade, como bem salientou Luís Filipe Torgal, a conjuntura de crise criava condições favoráveis ao aparecimento de comportamentos místicos e sobrenaturais...”²⁰⁹. Utilizar a Santa Maria para converter o caos e para opor-se à secularização, de certo modo, beneficiou muito a Igreja Católica, ganhando mais apoios sociais para as Igrejas, e influenciando realmente a evolução do papel do catolicismo tanto na sociedade como na política.

²⁰⁹ Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 142.

Nos movimentos republicanos, iniciou-se também um movimento feminista de luta pelo desempenho de papéis mais importantes na sociedade pelas mulheres, com o pleno direito igualmente ao dos homens. Um aspeto muito significativo foi a luta pelo direito de voto para as mulheres. Contudo, apesar da aproximação dos republicanos com o movimento feminista do início do século XX, a Primeira República nunca chegou a reconhecer efetivamente esse direito às mulheres.²¹⁰ No contexto da secularização, o governo republicano publicou a lei do divórcio e promoveu o registo civil, que a algum nível, aumentou maior liberdade feminina e a posição social das mulheres. O casamento civil passou a substituir o religioso em muitos casos, de forma que surgiram modelos de família diferentes dos tradicionais. Antes da implantação da República, já se verificou o crescimento gradual do ensino feminino que, depois da Revolução, continuava a estender-se para quase todos os níveis da instrução com as reformas da educação na República. O número das alunas subiu, designadamente no ensino profissional, geralmente para os empregos do setor terciário, o que revela um fenómeno urbano e burguês da sociedade da altura²¹¹. Desde modo, surgiram médicas, advogadas, professoras, entre outras, por causa da formação mais elevada para as mulheres. A entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho exigiu roupas práticas, refletindo um certo toque masculino²¹². Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, havia mais funções desempenhadas pelas mulheres, sobretudo das profissões de datilógrafa, secretária, telefonista, enfermeira, etc.

Devido à evolução da cultura burguesa da época e as influências da Primeira Guerra Mundial, houve outras mudanças importantes na sociedade durante a Primeira República, tais como nas modas de vestuário, nas maneiras de lazer, nos desportos, etc., não obstante ter poucas ligações diretas ao republicanismo ou à Revolução. No entanto, apesar de tudo, verifica-se a maioria das transformações nas zonas urbanas, sobretudo

²¹⁰ Cf. <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/07/07/a-situacao-das-mulheres-no-seculo-xx-em-portugal-1/>, consultado em 2 de julho de 2013.

²¹¹ Cf. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *ob. cit.*, p. 181.

²¹² Cf. Vaquinhas, Irene (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2010, p. 440.

as grandes cidades como Lisboa e o Porto, as quais aliás, não se realizaram igualmente nas zonas rurais, onde a vida das pessoas ainda estava anacrónica.

2. Os aspetos da China

A queda da dinastia Qing trouxe o fim do conjunto dos sistemas dinásticos, em que as restrições e os controlos das informações desapareceram também. As políticas de liberdade do Governo Provisório de Nanquim no começo da República promoveram o desenvolvimento académico e a divulgação das novas culturas. E ainda, na Era dos Senhores da Guerra, a liberdade continuava, dado que os senhores da guerra, de facto, não tinham uma ideologia oficial e prestavam mais atenção às intrigas políticas e militares. Embora às vezes as expressões reacionárias fossem oficialmente proibidas, sem um governo forte e durável, a sociedade ficava realmente num ambiente com quase toda a liberdade de expressão. Com as grandes mudanças do mundo nas primeiras décadas do século XX, na China, surgiu um florescimento dos pensamentos que conduziu a cultura chinesa a novas direções. Na vida social, com o espírito do republicanismo que pretendeu realizar a rutura radical com o regime deposto, aconteceram algumas mudanças importantes, que diretamente formavam a imagem moderna dos chineses e da cultura chinesa até hoje em dia.

Nesta parte sobre a China, focamos as transformações mais destacadas da cultura e da sociedade na China, com a estrutura do novo clima cultural e das transformações de costumes e valores na sociedade, que é igual à maneira da apresentação de Portugal, para esclarecer os aspetos semelhantes em comparação com os de Portugal.

2.1. O novo clima cultural

A educação era muito importante para realizar o ideal de modernização dos chineses naquela época. Com a entrada das culturas ocidentais, gradualmente surgiram as novas escolas do sistema de ensino ocidental, cujas instruções eram bem diferentes das academias confucionistas da educação tradicional chinesa. No final da dinastia Qing, o governo imperial já começou a modernizar a educação conforme a maneira ocidental. Depois da abolição do Exame Imperial, em 1905, as novas instruções desenvolviam-se rapidamente, formando um sistema moderno. Após a implantação da República, os governos herdaram as instituições de educação da dinastia Qing e renovaram esse novo sistema. Sob o princípio do republicanismo burguês, que estava oposto à hierarquia tradicional, fizeram-se as reformas do ministério da educação do Governo Provisório, desde o início de 1912, a fim de tirar os Clássicos Confucionistas e de proibir as ideias monárquicas no conteúdo da formação nos ensinos de todos os níveis. O confucionismo foi reduzido aos estudos de literatura clássica e de história. Mas, como o Governo Provisório durou um tempo efêmero, tendo a influência limitada, ainda existiam muitas escolas privadas tradicionais que mantinham as instruções confucionistas²¹³. Na época, em cada nível das instruções, coexistiam as novas escolas públicas, privadas e missionárias fundadas pelas Igrejas ocidentais. O governo republicano começou a reformar as universidades modernas, estabelecidas no final da dinastia Qing, e criou algumas novas universidades. As universidades, com o espírito da liberdade de cátedra, tais como a Universidade de Pequim²¹⁴ e outras universidades recém-estabelecidas, que estavam cheias de mestres em cada campo acadêmico, passaram a ser o campo da divulgação de novas ideias e culturas. No entanto, apesar das políticas de apoiar e promover a educação, quase todos os recursos educativos

²¹³ Cf. 田海林 (Tian Hailin), *ob. cit.*, p. 88.

²¹⁴ 北京大学 (*Běijīng dàxué*), é atualmente uma das universidades mais famosas da China. A sua origem foi a Universidade Imperial da Capital, fundada em 1898, durante a Reforma dos Cem dias, sendo o único fruto conservado desse movimento, e oficialmente a primeira universidade moderna da China. Depois da implantação da República, em 1912, mudou o nome para a Universidade Nacional de Pequim. Foi o berço do Movimento da Nova Cultura, e tem sido a frente de muitos movimentos políticos e culturais na história moderna da China.

concentravam-se nas grandes cidades, enquanto no meio rural predominava o analfabetismo. Em todo o país, frequentar a escola ainda era um privilégio da burguesia e dos proprietários camponeses, mas foi um sonho irreal para o proletariado – os camponeses e os operários pobres, ocupando a maioria da população.

As restaurações da Monarquia na década de 10 e o revivalismo do confucionismo pelos governos dos senhores da guerra causaram o desespero social à República. Como uma reação a essa situação, o novo clima cultural, num ambiente liberal e burguês, manifestava-se em várias correntes, entre as quais a tendência radical tinha a maior influência, marcada em destaque pelo Movimento da Nova Cultura, cujo lema conhecido foi “democracia” e “ciência”, em que a democracia era a exigência mais da política e a ciência mostrava mais a atitude na vida social. A publicação da revista *Nova Juventude*²¹⁵, em 1915, proclamou que uma nova tempestade de ideias chegaria à China. O Movimento da Nova Cultura, que visou transformar o caráter nacional, a língua, a literatura, a ética, entre outros, criticou as más qualidades oriundas da velha cultura, divulgou a liberdade e a igualdade na ética, e valorizou o desenvolvimento das ciências e das tecnologias. Na língua e na literatura, o princípio resumido foi promover o chinês moderno e as novas literaturas, e opôs-se ao chinês clássico²¹⁶ e aos estilos clássicos da literatura, sobretudo os estilos da dinastia Ming e da dinastia Qing. No chinês moderno, reformaram-se as pontuações e começou a forma horizontal das frases em vez da clássica forma vertical no texto. Ainda surgiram as vozes da abolição dos caracteres chineses através da romanização da língua chinesa, no entanto, tendo em conta a impossibilidade na prática e na linguística, isso não se concretizou. Apesar das

²¹⁵ 《新青年》(*Xīn qīngnián*) (1915 - 1922), o nome francês foi *La Jeunesse*. Foi criada em Xangai (上海 *Shànghǎi*), sob a direção de Chen Duxiu, sendo o logótipo do Movimento da Nova Cultura e tendo grande influência nos vultos revolucionários na história moderna da China. Em janeiro de 1917, Chen passou a ser professor na Universidade de Pequim, portanto, a editora mudou para Pequim. A revista reuniu os intelectuais progressistas para atacar os conservadores, divulgando a cultura ocidental e criticando, em particular, o confucionismo. Após a Revolução Bolchevique da Rússia de 1917, a revista começou a divulgar as ideias comunistas. Chen Duxiu: 陈独秀 (*Chén Dúxiù*) (1879 - 1942). Foi um conhecido político e intelectual, o líder espiritual do Movimento de 4 de Maio, e um dos fundadores do Partido Comunista da China. Foi eleito o primeiro Secretário-geral (o verdadeiro chefe) do Partido Comunista da China.

²¹⁶ Chinês moderno: aqui indica 白话文 (*báihuà wén*), a língua reformada com base no chinês oral nas primeiras décadas do século XX, um pouco influenciada pelas línguas ocidentais e japonesa. Chinês clássico: 文言文 (*wényán wén*), indica a língua formada na dinastia Han no século II a. C., e usada até ao século XX. Como a língua escrita, pode-se encontrar o seu texto em quase todos os documentos formais antes do século XX da China, do Japão, da Coreia e do Vietname, sendo uma língua internacional na Ásia.

polêmicas, as discussões e os argumentos na língua e na literatura tinham influências enormes na mentalidade dos chineses, estimulando a evolução da cultura moderna da China. Por exemplo, hoje em dia, o chinês clássico já saiu da vida quotidiana, exceto em algumas expressões idiomáticas²¹⁷. A cultura nunca foi separável da política. Nos últimos anos da década de 10, aconteceram as divergências: os mais radicais aderiram ao comunismo e os moderados tomaram o liberalismo como a sua fé.

Apesar da influência predominante das ideias radicais, existiam alguns intelectuais que persistiam na cultura tradicional, divulgando a supremacia da cultura tradicional chinesa e criticando o Movimento da Nova Cultura. Estes intelectuais possuíram as experiências iguais aos radicais, de que tinham estudado fora e compreendido bem a cultura ocidental. Mas com uma atitude dialética, eles mantinham o orgulho na cultura chinesa e defendiam os aspetos positivos nas tradições. A revista conhecida dessa corrente foi *A Análise Crítica*²¹⁸.

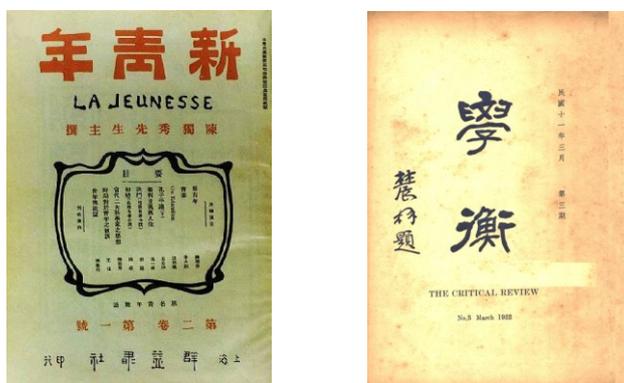


Ilustração 5 – As revistas: *Nova Juventude* e *A Análise Crítica*²¹⁹

Observada a situação interna e externa da República daquela época, a chegada do Movimento da Nova Cultura foi inevitável. Uma revolução radical de cultura foi considerada como a necessidade urgente para salvar a nação, depois da revolução

²¹⁷ Apesar de ser assim, atualmente, as obras clássicas permanecem e os alunos chineses ainda têm de aprender o chinês clássico nas escolas. Um chinês bem-educado deve compreender os textos clássicos.

²¹⁸ 《学衡》(Xué héng) (1922 - 1933). O nome inglês é *The Critical Review*. Foi publicada em Nanquim, em 1922. Tinha como objetivo atacar o Movimento da Nova Cultura. Inicialmente, só fez a crítica literária, e depois passou a ser um periódico acadêmico das ciências humanas.

²¹⁹ Fontes: https://fr.wikipedia.org/wiki/Nouvelle_Jeunesse, <http://www.baijiajiangtan.com.cn/xrcq/2012/03/08/6300.html>, consultados em 16 de julho de 2013.

radical de sistema político mal sucedida, a Revolução Xinhai, como se fosse o prelúdio do Movimento da Nova Cultura. De qualquer modo, os eventos culturais na altura realmente tiveram influências indeléveis na cultura chinesa da atualidade.

2.2. As transformações de costumes e valores na sociedade

Nas reformas anteriores da dinastia Qing, já surgiram as vozes de transformar alguns costumes tradicionais para aproximar o mundo ocidental, mas na verdade, as transformações iniciaram-se na República, visto que a Monarquia chinesa ligava toda a ordem na sociedade chinesa, quer dizer que sob a orientação do confucionismo, simplesmente, o modo foi que o país correspondia a uma família e o Imperador correspondia ao chefe da família. Acerca da questão, havia três regras básicas que eram a reverência ao Imperador dos súbditos, a reverência paternal e a reverência marital²²⁰. Nesse sentido, a Revolução Xinhai abalava esta velha ordem quando derrubou a Monarquia. Sobretudo no Movimento da Nova Cultura, aconteceu uma grande promoção das novas ideias em ampla dimensão.

Na República, teoricamente não existia mais a reverência ao Imperador, passando a ser a lealdade ao país. Num ambiente antitradicional, influenciados pelos valores ocidentais de liberdade e igualdade dos indivíduos, os chineses exigiam uma libertação das velhas éticas. Na família, transformou-se a relação entre os pais e os filhos. Os filhos começaram a ter mais liberdade nos assuntos da vida, por exemplo, na escolha de cônjuge. Gradualmente, não se dizia mais a reverência paternal, em que apenas a piedade filial permanece. As mulheres ficavam mais ativas na sociedade. Formaram-se os grupos feministas para lutar pelos direitos políticos e sociais. A opinião pública também prestava mais atenção às mulheres e apareceram algumas publicações feministas. Cada vez mais mulheres entraram nas escolas e no mercado de trabalho. Em 1914, o número das operárias já atingiu 230 mil, ocupando 37% de todo o operário (exceto os mineiros) no país²²¹. Sob o valor de liberdade, surgiram as mulheres da classe média que trabalhavam como médica, enfermeira, professora, jornalista, até políticas ou revolucionárias, em vez de ficar em casa, vivendo como princesa das

²²⁰ 君为臣纲，父为子纲，夫为妻纲 (*jūn wèi chén gāng, fù wèi zǐ gāng, fū wèi qī gāng*)

²²¹ Cf. 刘元华, “浅谈辛亥革命对中国女性独立的影响”, em 《山东青年》, 济南市 (Liu Yuanhua, “Falar da Influência da Revolução Xinhai na Independência das Mulheres Chinesas”, em *Juventude de Shandong*, Jinan), 2011, n.º 10, p. 82.

famílias ricas. A posição económica das mulheres aumentou, o que resultou na queda da reverência marital. As mulheres exigiam uma libertação da subordinação aos maridos e o direito financeiro dentro da família. Como a liberdade de matrimónio, surgiu também a exigência do divórcio livre²²², dependendo apenas do amor. Na sociedade, relativamente ao direito feminista, havia muitas discussões nas questões sobre a castidade tradicional²²³, a prostituição e o concubinato²²⁴. Embora ainda existissem muitas condições desiguais às mulheres, elas desempenhavam um papel cada vez mais importante na sociedade chinesa.

A República tinha uma ambição de criar um novo mundo para os chineses. Por isso, desde o início, o Governo Provisório de Nanquim, apesar da sua existência efémera, mandou numerosas ordens ou decretos-lei para eliminar os corruptos costumes sociais, incluindo as proibições dos jogos de azar, do ópio, dos comércios dos lacaios, dos pés atados da mulher, da trança manchú, etc., que com efeito, transformaram bastante a sociedade chinesa. Apesar de não se eliminar totalmente estes hábitos, muitos deles saíram da história gradualmente desde a República. Em três questões, a República mantinha uma atitude rígida nas práticas e quase realizou o seu objetivo antes de 1949, sendo a abolição do cumprimento de ajoelhar-se tocando com a testa no chão, a proibição dos pés atados da mulher, e o corte da trança manchú.

O cumprimento de ajoelhar-se tocando com a testa no chão geralmente chama-se *kowtow*²²⁵ nas línguas ocidentais. Foi um supremo sinal de reverência, originalmente, apenas aos deuses, aos antepassados e aos pais. Com a evolução da hierarquia monárquica, desde a dinastia Míng, passou a ser um cumprimento formal dos inferiores

²²² No tempo antigo, sobretudo desde a dinastia Míng, o divórcio só era possível por causa dos problemas da moralidade tradicional. A iniciativa pertencia ao marido, devido ao estado vulnerável das mulheres na cultura tradicional, refletindo a reverência marital.

²²³ No tempo antigo, em que o concubinato era comum, a castidade era unilateralmente exigida às mulheres. Incluía a virgindade antenupcial das mulheres e a fidelidade por toda a vida ao marido, quer vivo quer morto. Sobretudo desde a dinastia Míng, a castidade era extremamente apreciada. Receberam elogios oficiais as viúvas jovens que recusaram persistentemente um novo casamento e as mulheres que se suicidaram por causa da violação. Construiu-se o edifício especial para comemorar estas mulheres elogiadas na comunidade, e às vezes elas podiam ser isentas de impostos e corveias.

²²⁴ Embora os governos republicanos tiveram a intenção de proibir a prostituição e o concubinato, os fenómenos estavam muito comuns antes de 1949. Depois da fundação da República Popular da China, a proibição destes já foi executada rigorosamente.

²²⁵ Vem de 叩头 (*kòutóu*) em chinês. Literalmente significa tocar com a cabeça.

aos superiores, dos ministros ao Imperador, e dos monarcas estrangeiros ao Imperador chinês. Em 1792, para celebrar o octogésimo aniversário do Imperador Qianlong, o Reino da Grã-Bretanha mandou o diplomático George Macartney²²⁶ à China. Aconteceu um conflito entre o inglês e os chineses porque ele não aceitou esse ritual, considerado como humilhação. No final da dinastia Qing, os reformistas já começaram a aceitar as maneiras ocidentais. Em 12 de fevereiro de 1912, na última reunião imperial, os ministros, pela primeira vez, só fizeram três vénias em vez do *kowtow* à Imperatriz Viúva e ao Imperador, o que simbolizou o fim desse ritual na cerimónia oficial²²⁷. Para divulgar os valores de igualdade com o respeito mútuo, a República aboliu, através dos regulamentos de ritual social, o *kowtow*, substituindo-o pela vénia ou pelo aperto de mão na vida quotidiana.



Ilustração 6 – Uma fotografia velha sobre o *kowtow* na cerimónia oficial²²⁸

Para fazer os pés pequenos deformados das mulheres, atar os pés transformou o crescimento natural dos pés a partir da criança, que foi um costume oriundo desde o período das dinastias Tang e Song²²⁹. Geralmente, foi uma moda da classe superior cujas senhoras não precisavam de trabalhar no campo. Embora houvesse alguns

²²⁶ George Macartney, o primeiro Earl Macartney (1737 - 1806), foi um estadista, administrador colonial e diplomático britânico.

²²⁷ Cf. 王开玺, “试论中国跪拜礼仪的废除”, em 《史学集刊》, 北京市 (Wang Kaixi, “Discussão da Abolição do *Kowtow* na China”, em *Coleção da Historiografia*, Beijing), 2004, Abr. n.º 2, p. 20.

²²⁸ Fonte: <http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Yamen-Sitzung.JPG>, consultado em 16 de julho de 2013.

²²⁹ 唐朝 (*Tāng cháo*) (618 - 907), 宋朝 (*Sòng cháo*) (960 - 1279).

intelectuais que se opuseram ao costume ao longo da história desde o início, ficava cada vez mais popular, até passando a ser um costume nacional na dinastia Qing. O gosto social dos pés pequenos resultou realmente numa tortura para as mulheres. Depois da implantação da República, para libertar as mulheres dos maus hábitos, em 13 de março de 1912, Sun Yat-sen mandou a ordem contra os pés atados, sendo uma proibição oficial²³⁰. Desde modo, o movimento dos pés naturais espalhava-se por todo o país. Em meados do século XX, o costume por fim saiu totalmente da história.

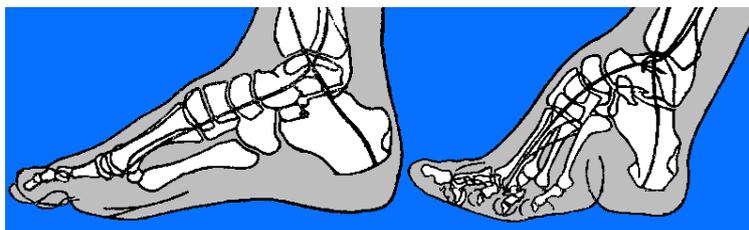


Ilustração 7 – Uma comparação entre um pé normal e um pé atado²³¹



Ilustração 8 – Depois de ser atados, os pés nus e os calçados²³²

Para os chineses naquela época, o estilo de cabelo não só era uma questão da moda, mas também da política. Na cultura tradicional, o cabelo foi considerado uma parte muito preciosa do corpo concedida pelos pais²³³, o qual era amarrado e nunca cortado.

²³⁰ Cf. 潘家德, “试论辛亥革命时期中国社会民俗的嬗变”, em 《西华师范大学学报(哲学社会科学版)》, 南充市 (Pan Jiade, “Discussão das Transformações dos Costumes Sociais no Período da Revolução Xinhaí”, em *Jornal Académico da Universidade Normal do Oeste da China (Área da Filosofia e das Ciências Sociais)*, Nanchong), 2011, n.º 4, p. 16.

²³¹ Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:FootBindingRxSchema2.gif>, consultado em 16 de julho de 2013.

²³² Fontes: <http://news.hunantv.com/x/n/20090129/129782.html>, <http://www.aboluowang.com/life/2010/0915/180402.html>, consultado em 16 de julho de 2013.

²³³ 身体发肤，受之父母，不敢毁伤，孝之始也 (shēntǐ fā fū shòu zhī fùmǔ bù gǎn huǐshāng xiàozhǐ shǐ yě). Literalmente, “o corpo, o cabelo e a pele, todos concedidos pelos pais, não devem ser danificados, o que é o início da piedade filial.” É do *Clássico da Piedade Filial* (《孝经》 Xiào jīng).

Mas na dinastia Qing, o estilo de cabelo manchu com uma trança dos homens, em que se corta todo o cabelo pelo menos na testa, foi obrigado pelas autoridades a todos os homens na China. Os estrangeiros faziam brincadeiras ofensivas na trança e os revolucionários aproveitavam a questão do cabelo para fazer propagandas antimanchus. Assim, a trança parecia novamente um símbolo humilhante e o corte da trança passou a ser um sinal revolucionário. No final da dinastia Qing, muitos revolucionários cortaram a trança. Todas as pessoas que participaram na Revolução Xinhai já tinham cortado as suas tranças. Depois da implantação da República, aconteceu o movimento do corte da trança por todo o país. Mas os conservadores monárquicos ainda mantinham a trança para mostrar a sua lealdade ao regime deposto. A fim de atender a essa tendência da época, o ex-Imperador, Puyi, cortou a sua trança, em 1921, o que simbolizou o fim da era da trança por mais de duzentos anos.²³⁴ Na nova época, sob a tendência antitradicional e a globalização das modas, os chineses não voltaram para a tradição dos estilos de cabelo, e pelo contrário, começaram a tentar novos diferentes estilos.

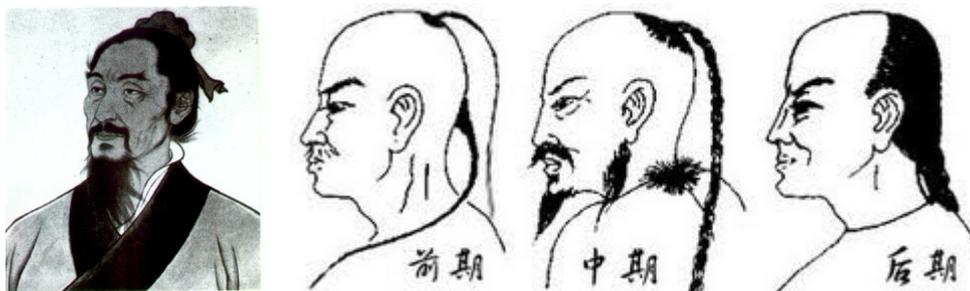


Ilustração 9 – O estilo tradicional da etnia han e a evolução do estilo manchu na dinastia Qing²³⁵

Além das três questões destacadas, havia mais outras grandes transformações, quer pela promoção dos governos republicanos, quer pelas iniciativas espontâneas sociais. Os encontros das culturas orientais e ocidentais produziram muitas novas formas em quase todos os aspectos na cultura social. As bodas, as refeições, as artes, os lazeres ocidentais têm sido cada vez mais populares. Apareceram novos tipos de

²³⁴ Cf. 李喜所, “辫子问题与辛亥革命”, em 《社会科学研究》, 成都市 (Li Xisuo, “A Questão da Trança e a Revolução Xinhai”, em *Estudos das Ciências Sociais*, Chengdu), 2001, n.º 6, pp. 115 – 121.

²³⁵ Fontes: <http://www.niwota.com/submsg/7531966>, <https://plus.google.com/115999208343224352426/posts/aQBFp19JzgP>, consultados em 16 de julho de 2013.

vestuário, título de tratamento e arquitetura. O ambiente livre deu à China mais oportunidades para perseguir os passos globais, e as transformações sociais influenciavam, de modo inverso, a evolução da sociedade e a modernização do país. No entanto, apesar de tudo, o principal só aconteceu nas cidades; no meio rural, da imensa população, a vida, os valores e os costumes, de facto, mudaram pouco.

3. Comparação e reflexão

A cultura e a sociedade transformam-se sempre e não se pode classificar as transformações sociais só pelas Revoluções. Mas sem dúvida, o derrube dos regimes antigos e a mudança das ideologias oficiais fizeram uma grande libertação da cultura social, não obstante as grandes diferenças entre as culturas portuguesa e chinesa. As razões, quer da divulgação dos valores de liberdade, quer dos governos fracos, o ambiente cultural ficou muito livre e tolerante tanto em Portugal como na China. Isso foi muito importante para promover a rápida evolução cultural. Os intelectuais e a classe média eram os pioneiros das transformações culturais, que naquele período especial, era natural acontecerem os conflitos entre as culturas velha e nova, e entre as ideias tradicionais e estrangeiras.

Comparamos as correntes culturais e descobrimos muitas semelhanças nelas. A corrente da Seara Nova e o Movimento da Nova Cultura promoviam as ideias “lá fora”, que eram mais radicais. Apesar de existirem ideias diferentes, a corrente do Integralismo Lusitano correspondia às correntes conservadoras na China, em que se defendiam as tradições e a Monarquia cujo ideal integralista sobre o despotismo era bem-parecido à Monarquia chinesa. Em favor do republicanismo, a corrente da Renascença Portuguesa parecia mais moderada mas não conservadora, defendendo o “cá dentro” e promoviam o nacionalismo, que era bem recebido na sociedade. Com certeza, o nacionalismo estava muito vigoroso na altura em ambos os países. No entanto, sob as influências do sócio-darwinismo, que foi amplamente aceite pelos chineses, vivendo num ambiente muito perigoso em que os chineses estavam sempre preocupados com a sobrevivência da civilização, as ideias radicais ocupavam um lugar esmagador no país, como se fosse um tipo de niilismo nacional, e tornavam-se cada vez mais fortes, a fim de salvar a nação, que tinha a mais iminência e a mais importância. Nas questões ideológica, literária, artística, e de hábitos, todas as tradições foram negadas perante a cega adoração ocidental. Talvez as situações das mentalidades

diferentes fossem as razões de que na história posterior, Portugal encaminhava-se para a extrema-direita enquanto a China ia ao comunismo. Apesar dos progressos das tecnologias de comunicação e de alguma melhoria da educação, a alta taxa do analfabetismo em ambos os países impediu a divulgação suficiente das novas ideias. Nas primeiras décadas das Repúblicas, as transformações culturais referidas tinham poucas influências no meio rural, o que alargava cada vez mais diferenças entre as zonas urbana e rural.

A posição social das mulheres aumentou nos dois países, mas os valores do patriarcado não desapareceram de imediato. Em Portugal, a autoridade marital e o poder paternal foram reforçados pelos meios jurídicos desde o liberalismo²³⁶, refletindo na questão da definição do chefe da família na República. Na China, os valores das reverências paternal e marital eram semelhantes que não podiam ser eliminados de súbito. A questão entre o patriarcado e o feminismo tem permanecido até à atualidade.

Nos costumes, vistos duma observação superficial, havia muitas reformas e mais radicais na China do que em Portugal. A secularização, sendo mais destacada, tinha mais influências na política do que na vida social e privada, e sobretudo no Estado Novo, o catolicismo reocupou o seu lugar em Portugal. Por exemplo, ainda há muitos feriados religiosos atualmente em Portugal. Na China, a República publicou até os regulamentos dos comportamentos dos chineses, abolindo muitos velhos costumes, o que mostrou uma ambição de criar uma nova civilização chinesa. Hoje em dia na China continental, oficialmente não há feriados para comemorar Confúcio, Buda ou os deuses do taoísmo. Por causa das guerras e dos movimentos radicais na história, não se encontram muitos vestígios velhos na China moderna. No entanto, fundamentalmente, nem todas as tradições desapareceram e muitas permanecem nos chineses (o gosto da transformação radical também pode ser considerado como uma tradição chinesa) até atualmente. Os pensamentos do confucionismo generalizado já foram integrados

²³⁶ Cf. Vaquinhas, Irene (Coord.), *ob. cit.*, p. 125.

perfeitamente nas características da civilização chinesa e no caráter dos chineses. Como uma frase dita por Gu Hongming²³⁷, “a minha trança é visível na cabeça, mas a vossa trança é invisível, sempre no coração.”²³⁸. A afirmação revelou que não era fácil eliminar nenhuma cultura marcada nos espíritos.

As tendências culturais estão assentes nas formas económicas. Naquela época, as estruturas sociais portuguesa e chinesa estavam muito parecidas em que os pilares da República, a burguesia e o operariado não eram muito grandes e fortes, e concentravam-se apenas nas pequenas zonas urbanas, enquanto a maioria da população, composta por camponês, pequeno proprietário agrícola e latifundiário, ainda vivia com as velhas maneiras no meio rural. Os governos não eram capazes de realizar todos os ideais, sobretudo na China, onde não havia nenhum governo que conseguia controlar toda a República depois da morte de Yuan Shikai, em 1916, até a 1949. As transformações culturais, provocadas pelas Revoluções burguesas, de uma forma geral, eram iniciadas a partir da classe média e das elites. Aliás, devido a uma preocupação com a realidade da altura, as transformações eram imparáveis. Finalmente, ao longo das vicissitudes históricas de várias gerações, as transformações, produzidas em cada terra de Portugal e da China, influenciavam os seus povos por todos os cantos, formando as aparências atuais de cada nação.

²³⁷ 辜鸿铭 (*Gū Hóngmíng*) (1857 - 1928), também conhecido como Tomson, foi um sinólogo e confucionista. Nasceu na Ilha de Penang, da Malásia Britânica, tendo o pai chinês e a mãe luso-malaia, e criado pelo seu padrinho inglês, que lhe ensinou as literaturas ocidentais e o apoiou nos estudos nos países europeus. Diz-se que ele sabia 9 línguas e obteve 13 doutoramentos. Chegou à China, em 1885, e começou a estudar a cultura chinesa. Defendia a superioridade da cultura tradicional e fazia numerosos discursos e debates para divulgar com orgulho a cultura chinesa ao mundo. Traduziu três grandes clássicos confucionistas para o inglês. No seu *magnum opus*, escrito em inglês, *The Spirit of the Chinese People (O Espírito dos Chineses, 《春秋大义》 Chūnqiū dàyì)*, ele resumiu os méritos dos chineses para *gentleness* (suavidade, 温良 *wēnlíang*). Ele mantinha a sua trança por toda a sua vida para manifestar a lealdade à Monarquia, e por isso foi descrito como “a última trança manchú” da China.

²³⁸ 我头上的辫子是有形的，你们心中的辫子却是无形的。(*Wǒ tóu shàng de biànzi shì yǒuxíng de, nǐmen xīnzhōng de biànzi què shì wúxíng de.*). Em 1915, Gu Hongming era o professor da literatura britânica na Universidade de Pequim (Embora a Universidade fosse a frente do Movimento da Nova Cultura, ainda recrutava Gu, um intelectual conservador, devido à liberdade académica). Quando os alunos se riram da trança de Gu, ele respondeu com aquela frase. Cf. http://news.ifeng.com/history/zhongguojindaishi/200909/0924_7180_1363079.shtml, consultado em 14 de julho de 2013.

Conclusão

A Revolução Republicana Portuguesa e a Revolução Xinhai da China levaram os dois países a um período de transformações drásticas. Contudo, fora de todas as expectativas antes da implantação das Repúblicas, o “*Dies Irae*” não passou dum “idílio”, que ainda não chegariam aos dois solos arcaicos. Os sistemas políticos mudaram, enquanto os problemas permaneciam. De facto, já começaram as grandes transformações em todas as dimensões e até as próprias Revoluções eram os eventos muito importantes nos processos de transformação. Mas o regime republicano, eventualmente, seria demasiado cedo para ambos os países que ainda não possuíam as condições suficientes, quer da situação socioeconómica, quer da mentalidade dos povos. Apesar disso, naquela época, com os problemas, as contradições e os descontentamentos acumulados, uma revolução, mais cedo ou mais tarde, finalmente eclodiria. Por outro lado, seriam inevitáveis os custos e os danos trazidos pelas Revoluções. Se não tivessem acontecido as duas Revoluções, ou se tivessem decorrido de outra maneira, como teriam sido os resultados? Não é possível saber.

Nos contextos das duas Revoluções republicanas, havia numerosos fatores internos e externos que contribuíram para a ocorrência da queda da Monarquia no início do século XX, o que de acordo com a causalidade histórica, não era uma coincidência. Segundo a nossa análise, os contextos antes da Revolução eram parecidos nos países, caracterizando-se pelas seguintes vertentes: alguma modernização, a abertura a novas ideias, os problemas socioeconómicos, as contradições intensificadas nos eventos importantes no final do século XIX. Em face da situação difícil, a Revolução passou a ser uma grande tentativa a fim de modernizar Portugal e a China para os seus povos.

Um importante motivo de lançar a Revolução política foi ganhar mais direito político quando as oportunidades de entrar na política estavam cada vez mais pequenas. Em Portugal, a ascensão da burguesia exigia mais oportunidades políticas, quando a Monarquia constitucional, depois da Regeneração e no Rotativismo, dava uma porta pequena à classe média, formando uma oligarquia, que impedia o desenvolvimento do

país. A ditadura de João Franco, com a lei de eleição, agravou a situação. Com base nesta questão, as culpas das crises económica, política e diplomática passaram a ser as razões de derrubar a Monarquia. A sociedade prestava mais atenção ao republicanismo.

Na China, havia as mesmas questões. Duma larga visão, a razão da queda da dinastia Qing, oriunda da crise estrutural no ciclo dinástico, foi regular como qualquer mudança das dinastias na história. No entanto, a decadência da dinastia Qing, ao mesmo tempo, encontrou a globalização do imperialismo. Perante a enorme diferença entre a China e as potências estrangeiras, a Revolução Xinhai refletiu um grande choque cultural e fez a China sair do ciclo dinástico.

No que diz respeito à crise conjuntural, havia uma série de erros da governação da dinastia Qing, em que além dos problemas semelhantes no final de cada dinastia na história, os nobres manchus prestavam mais atenção às suas famílias do que aos interesses do país, pondo o monarca manchu na posição oposta ao povo chinês. De facto, sob a orientação do confucionismo, tendo a maior lealdade ao Imperador e a fé do Mandato do Céu dos chineses, combinada com o pensamento orientado para o povo da classe dominante e com o Exame Imperial para as massas populares, a civilização chinesa mantinha a Monarquia harmoniosa e estável (que a algum nível, deve explicar a continuidade do ciclo dinástico). Mas a abolição do Exame Imperial e o “gabinete da família imperial”, como uma oligarquia manchu, destruíram todas as esperanças do acesso à política, como pilar desse império tradicional. Neste caso, devido a uma tradição revolucionária dos chineses, já chegou o tempo da revolução. Perante a situação perigosa da civilização sob as ameaças das potências estrangeiras, e com a introdução das ideias ocidentais, o republicanismo foi recebido para salvar a nação.

Naquela época, com mais territórios governados pela Monarquia no meio mundial, a República, como sistema político mais recente na história humana, foi realizada em Portugal e na China, parecendo uma vanguarda dos tempos, mas os desenvolvimentos de outros aspetos dos dois países eram atrasados. Com efeito, as Revoluções realizaram

certos progressos, todavia trouxeram mais problemas do que elas resolveram. Foi frustrada a tentativa para modernizar Portugal através da Revolução Republicana, quer dizer que a República só era um regime superficial, mas o sonho burguês não se realizava. Apesar de tudo, a Primeira República, pelo menos, num país europeu, herdando as tradições e os espíritos ocidentais, realizou muito mais ideias do Iluminismo e do liberalismo, em comparação com a China, cuja República entrou na ditadura militar de imediato, porque havia menos desenvolvimento da industrialização e da burguesia chinesa neste país agrícola do que em Portugal.

Diferente de experiência constitucional já realizada em Portugal, com a Constituição e o Parlamento, como os símbolos do novo regime ocidental, como messianismo na altura, que a China não tinha tido, mas que eram bem adorados pelos chineses para realizar a modernização. A Revolução Xinhai era a primeira tentativa de implantar um típico sistema político ocidental na China, junto com os valores ocidentais, mas a evolução dos factos históricos manifestava que o modo ocidental, sem as bases socioeconómicas e culturais, não passava de uma ilusão para os chineses. Já resumido no segundo capítulo, um regime não funciona caso se aparte da realidade. A cultura chinesa tem o seu regime minucioso, que não se conseguia transformar de imediato, apesar da realização da queda da Monarquia, o primeiro passo para continuar uma verdadeira República. A Revolução Xinhai era o passo mais relevante na grande transformação da civilização chinesa desde o século XIX. A transição do sistema político só começou desde a Revolução Xinhai, e pode-se dizer, em sentido lato, que atualmente, ainda continua o período de transição para procurar o modo político mais adequado na China.

Além da situação institucional, os dois países também experimentaram os batismos de transformação mental. Os dois povos pensavam muito na questão de qual sistema e de qual ideologia seriam adequadas como alternativa ao *statu quo* de acordo com as tradições nacionais e com os temperamentos dos povos. Os portugueses, além

de serem europeus, têm as suas características. Um nacionalismo era reforçado na Primeira República e a secularização radical agravava a crise de fé, dando, contudo, um ambiente para as forças de extrema-direita agirem. Os chineses, sob todo o pessimismo, queriam muito a ocidentalização total, mas realmente não a conseguiam por causa das suas raízes culturais formadas por milhares de anos. A situação, sem dúvida, causaria um grande conflito ideológico. Deste ponto de vista, a Revolução Xinhai marcou um verdadeiro movimento de libertação ideológica na China, dando a dimensão mais larga do que os movimentos anteriores e sendo a condição prévia do Movimento da Nova Cultura, o que transformava profundamente a cultura social e a vida privada dos chineses. Aliás, o darwinismo social, que predominava na mentalidade dos chineses na época (porventura até atualmente), influenciava muito os políticos e os intelectuais, formando uma crença excessiva na força militar, o que intensificava as guerras civis.

Em conclusão, os fracassos dos dois países, desde o século XIX, estimularam as grandes transformações. Quanto mais longa a história e mais fortes as tradições dos países, como Portugal e China, as transformações históricas eram mais desastrosas. Os povos lutam com as forças conservadoras pelos progressos para sobreviverem, ou morrem as civilizações. Deste modo, o processo de transformações em Portugal e na China tinha que estar cheio de conflitos, até de balbúrdias sanguinolentas, como se fosse um prelúdio da ressurreição de ambos os países. As experiências das Repúblicas deixavam os seus povos uma compreensão mais profunda tanto na construção do sistema político como na evolução ideológica.

Pode-se conhecer as leis de ascensão e decadência quando se vir a história como espelho²³⁹. Esta expressão idiomática marca o fim desta dissertação. Devemos estudar a história para melhorarmos a nossa vida e o mundo da atualidade para o futuro.

²³⁹ 以史为镜，可以知兴替 (*yǐ shǐ wéi jìng, kěyǐ zhī xīng tì*). As palavras do Imperador Taizong da dinastia Tang (唐太宗 *Táng tàizōng*).

Bibliografia

1. Afonso, Martins, *Breve História de Portugal*, 4ª ed., Porto Editora, 1979.
2. Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2000.
3. 费正清, 刘广京, 《剑桥中国史第十一册 - 晚清篇 (下)》, 南天书局, 台北市 (Fairbank, John King e Liu Kwang-Ching, *A História da China de Cambridge. Vol. 11 - o Final da Dinastia Qing (Segunda Metade)*, SMC Publishing, Taipei), 1987.
4. 费孝通,《中华民族多元一体格局》, 中央民族学院出版社, 北京市 (Fei Xiaotong, *A Situação da Nação Chinesa, a Diversidade e a Integralidade*, Imprensa da Universidade de Minzu da China, Beijing), 1989.
5. Haw, Stephen G., *História da China*, Tinta-da-China, Lisboa, 2008.
6. Hsü, Immanuel Chung-Yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed., Oxford University Press, New York, 2000.
7. 黄仁宇,《中国大历史》, 第二版, 生活读书新知三联书店, 北京市 (Huang, Ray, *A Macro-história da China*, 2ª ed., SDX Joint Publishing Company, Beijing), 2007.
8. 简军波,“中华朝贡体系: 观念结构与功能”, em 《国际政治研究》, 北京市 (Jian Junbo, “O Sistema de Tributo Centralizado pela China: o Conceito, a Estrutura e a Função”, em *Estudos da Política Internacional*, Beijing), 2009, n.º 1, p. 141.
9. Kissinger, Henry, *On China*, Penguin Books, London, 2012
10. 李敖,《孙中山研究》, 中国友谊出版公司, 北京 (Li Ao, *Estudos sobre Sun Yat-sen*, Editora Youyi da China), 2006
11. 李帆,“以‘中华’为族称: 辛亥革命前后的民族认同”, em 《北京师范大学学报 (社会科学版)》, 北京市 (Li Fan, “Usar *Zhonghua* como o Nome da Nação Chinesa: a Identidade Nacional antes e depois da Revolução Xinhai”, em *Jornal Académico da Universidade Normal de Beijing (Área das Ciências Sociais)*, Beijing), 2011, n.º 5, p. 63.
12. 李青,“民国初年法制建构初探”, em 《国家行政学院学报》, 北京市 (Li Qing, “Estudos sobre o Estabelecimento do Sistema Jurídico nos Primeiros Anos da República da China”, em *Jornal Académico do Instituto Nacional da Administração*, Beijing), 2011. n.º 4, pp. 36 e 37.
13. 李向平, 石大建,“中国人的信仰认同模式 - 以儒教信仰为中心”, em 《社会》, 上海市 (Li Xiangping e Shi Dajian, “O Modo de Identidade da Crença dos Chineses - Centralizado no Confucionismo”, em *Sociedade*, Shanghai), 2008, n.º 6, pp. 71 – 89.

14. 李喜所, “辫子问题与辛亥革命”, em 《社会科学研究》, 成都市 (Li Xisuo, “A Questão da Trança e a Revolução Xinhai”, em *Estudos das Ciências Sociais*, Chengdu), 2001, n.º 6, pp. 115 – 121.
15. 廖大伟, 《辛亥革命与民初政治转型》, 中国社会科学出版社, 北京市 (Liao Dawei, *A Revolução Xinhai e a Transição Política nos Primeiros Anos da República*, Imprensa das Ciências Sociais da China, Beijing), 2008.
16. 刘劲松, “南京参议院议员人数与‘临时约法’的效力”, em 《近代史研究》, 北京市 (Liu Jingsong, “O Número dos Senadores do Senado Provisório em Nanquim e a Eficácia da Constituição Provisória de 1912”, em *Estudos da História Moderna*, Beijing), 2005, n.º 1, p. 298.
17. 刘元华, “浅谈辛亥革命对中国女性独立的影响”, em 《山东青年》, 济南市 (Liu Yuanhua, “Falar da Influência da Revolução Xinhai na Independência das Mulheres Chinesas”, em *Juventude de Shandong*, Jinan), 2011, n.º 10, p. 82.
18. Medina, João, *História de Portugal Contemporâneo Político e Institucional*, Universidade Aberta, Lisboa, 1994.
19. 潘家德, “试论辛亥革命时期中国社会民俗的嬗变”, em 《西华师范大学学报(哲学社会科学版)》, 南充市 (Pan Jiade, “Discussão das Transformações dos Costumes Sociais no Período da Revolução Xinhai”, em *Jornal Académico da Universidade Normal do Oeste da China (Área da Filosofia e das Ciências Sociais)*, Nanchong), 2011, n.º 4, p. 16.
20. Proença, Maria Cândida, *História de Portugal. A Monarquia Constitucional Século XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.
21. Proença, Maria Candida, *História de Portugal. Da República à União Europeia Século XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.
22. 钱穆, 《中国历代政治得失》, 生活读书新知三联书店, 北京市 (Qian Mu, *Os Governos Tradicionais da China Imperial*, SDX Joint Publishing Company, Beijing), 2001.
23. Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda Fernandes Garcia (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.
24. 孙中山, 《三民主义》, 中国长安出版社, 北京市 (Sun Yat-sen, *Os Três Princípios do Povo*, Imprensa de Chang’an da China, Beijing), 2011.
25. Tavares, Maria José Ferro (Coord.), *Sociedade e Cultura Portuguesas. 2*, Universidade Aberta, Lisboa, 1990.
26. 田海林, “辛亥革命前后儒家文化的命运 - 对清末民初‘尊孔读经’问题的考察”, em 《山东师范大学学报(人文社会科学版)》, 济南市 (Tian Hailin, “O Destino do

- Confucionismo antes e depois da Revolução Xinhai - as Investigações na Questão de ‘Respeitar Confúcio e Estudar os Clássicos Confucionistas’ naquela época” em *Jornal Académico da Universidade Normal de Shandong (Área das Ciências Humanas e Sociais)*, Jinan), 2003, Vol. 48, n.º 2, pp. 87 – 89.
27. Vaquinhas, Irene (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2010.
 28. 王开玺, “试论中国跪拜礼仪的废除”, em 《史学集刊》, 北京市 (Wang Kaixi, “Discussão da Abolição do Kowtow na China”, em *Coleção da Historiografia*, Beijing), 2004, Abr. n.º 2, p. 20.
 29. 王云飞, “再论孙中山‘五权宪法’”, em 《中国法学》, 北京市 (Wang Yunfei, “Nova Discussão sobre o Ideal Constitucional com a Separação dos Cinco Poderes de Sun Yat-sen”, em *Estudos Jurídicos da China*, Beijing), 2003, n.º 5, pp. 160 e 161.
 30. Wright, Mary C., *The Last Stand of Chinese Conservatism: The T'ung-chih Restoration, 1862-1874*, 2nd printing., Stanford University Press, Stanford, 1962.
 31. 谢放, “制度创新与中国现代化 - 从戊戌变法、清末新政到辛亥革命”, em 《中华文化论坛》, 成都市 (Xie Fang, “As Inovações Institucionais e a Modernização da China - desde a Reforma dos Cem Dias, o Novo Sistema do Final da Dinastia Qing até à Revolução Xinhai”, em *Colóquio sobre a Cultura Chinesa*, Chengdu), 2002, n.º 1, p. 55.
 32. 徐俊, 《中国古代王朝和政权名号探》, 华中师范大学出版社, 武汉市 (Xu Jun, *Estudos sobre os Nomes das Dinastias ou dos Regimes da Antiga China*, Imprensa da Universidade Normal de Huazhong, Wuhan), 2000.
 33. 徐矛, 《中华民国政治制度史》, 上海人民出版社, 上海市 (Xu Mao, *A História do Sistema Político da República da China*, Shanghai People's Publishing House, Shanghai), 1992.
 34. Yü, Ying-shih, *Democracy, Human Rights and Confucian Culture. Huang Hsing Foundation Chun-tu Hsueh distinguished lecture in Asian studies, the Fifth*, Asian Studies Centre, St. Antony's College, University of Oxford, Oxford, 2000.

Web Links

1. A Primeira República (1910 - 1926)
<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica5.aspx>
2. “革命尚未成功, 同志仍须努力” (“A revolução ainda não logrou êxito, os nossos camaradas têm que continuar a esforçar-se”)
<http://baike.baidu.com/view/2356493.htm>
3. 辛亥革命与民初政治参与的扩大 (A Revolução Xinhai e a amplificação da participação política nos primeiros anos da República)
<http://www.xhgmw.org/archive-51785.shtml>
4. A última bandeira da Monarquia portuguesa
[http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_Portugal_\(1830\).svg](http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_Portugal_(1830).svg)
5. 民国临时参议院的宪政视角之评析 (Análise do ponto de vista constitucionalista ao Senado Provisório da República)
<http://www.politicalchina.org/printnews.asp?newsid=190265>
6. 告诉你一个真实的袁世凯 (Apresentar-te um verdadeiro Yuan Shikai)
<http://www.infzm.com/content/36750/1>
7. Bandeira atual de Portugal
http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Flag_of_Portugal.svg
8. Bandeira da dinastia Qing
<http://baike.baidu.com/view/555444.htm>
9. Bandeira da República da China, entre 1912 e 1928
<http://baike.baidu.com/view/228733.htm>
10. Bandeira Nacional da República Portuguesa
<http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/simbolos-nacionais/bandeira-nacional.aspx>
11. Bandeiras de Portugal
<http://amt.no.sapo.pt/novaversao/historia/hist001.htm>
12. 中华民国南京临时政府简介 (Breve apresentação do Governo Provisório em Nanquim da República da China)
<http://img.mg1912.com/news/2011/04/01/5d670bb92f09d0e5012f0e7bb50f001e.html>

13. Capa da revista *A Águia*
<http://iporto.amp.pt/eventos/a-revista-a-aguia-e-a-renascenca-portuguesa-no-conte-xto-da-republica>
14. Capa da revista *A Análise Crítica*
<http://www.baijiajiangtan.com.cn/xrcq/2012/03/08/6300.html>
15. Capa da revista *Nação Portuguesa*
[http://www.infopedia.pt/\\$capa-da-revista-nacao-portuguesa-publicada](http://www.infopedia.pt/$capa-da-revista-nacao-portuguesa-publicada)
16. Capa da revista *Nova Juventude*
https://fr.wikipedia.org/wiki/Nouvelle_Jeunesse
17. Capa da revista *Orpheu*
<http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Orpheu1915.jpg>
18. Capa da revista *Seara Nova*
<http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/2007/10/?page=19>
19. Condições Preferenciais para a Família Imperial da Dinastia Qing
<http://baike.baidu.com/view/771216.htm>
20. 宗教教案 (Conflitos entre as Igrejas do Cristianismo e os chineses na China)
[https://zh.wikipedia.org/wiki/%E6%95%99%E6%A1%88_\(%E5%AE%97%E6%95%99\)](https://zh.wikipedia.org/wiki/%E6%95%99%E6%A1%88_(%E5%AE%97%E6%95%99))
21. Constitution of the Republic of China, (desde 1947, atualmente de Taiwan)
http://en.wikisource.org/wiki/Constitution_of_the_Republic_of_China
22. Depois de ser atados, os pés calçados
<http://www.aboluowang.com/life/2010/0915/180402.html>
23. Depois de ser atados, os pés nus
<http://news.hunantv.com/x/n/20090129/129782.html>
24. 屈辱外交不是卖国：袁世凯与二十一条真相 (Diplomacia humilhante não era a traição da nação: a verdade de Yuan Shikai e Vinte e uma Exigências)
http://news.ifeng.com/history/special/yuanshikai/200906/0621_6961_1212376.shtml

25. 中国民法: 从何处来, 向何处去 (Direito civil na China: a origem e o desenvolvimento)
http://www.360doc.com/content/11/0320/15/6497568_102891101.shtml
26. Estilo tradicional chinês do cabelo amarrado
<http://www.niwota.com/submsg/7531966>
27. Estudo: há cada vez menos católicos em Portugal e mais protestantes e Testemunhas de Jeová
http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=46879
28. Evolução do estilo manchu do cabelo com trança na dinastia Qing
<https://plus.google.com/115999208343224352426/posts/aQBFp19JzgP>
29. “辛亥”百年话“共和”(Falar da palavra de República em chinês no centésimo aniversário da Revolução Xinhai)
<http://politics.people.com.cn/GB/1026/15825913.html>
30. 狂人辜鸿铭:中国只有蔡元培和我两个好人 (Gu Hongming, o maluco: “Só há dois bons homens na China, Cai Yuanpei e eu”)
http://news.ifeng.com/history/zhongguojindaishi/200909/0924_7180_1363079.shtml
31. 中国禁毒历史 (História da proibição de droga na China)
<http://www.bjjdzx.org/116/2011-08-17/46683.htm>
32. 中国国旗历史 (História das bandeiras nacionais da China)
<http://www.cn1n.com/history/mcn/2008714/882188161.htm>
33. Imagem da comparação entre os pés atados e os normais
<https://en.wikipedia.org/wiki/File:FootBindingRxSchema2.gif>
34. *Kowtow* na cerimónia oficial, foto tirada, em 1889
<http://zh.wikipedia.org/wiki/File:Yamen-Sitzung.JPG>
35. Leis da Família
<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=035004>
36. 中华民国北洋政府时期内战战斗列表 (Lista das batalhas durante o período dos governos de Beiyang, entre 1913 e 1928)
<http://zh.wikipedia.org/wiki/%E4%B8%AD%E8%8F%AF%E6%B0%91%E5%9C%8B%E5%8C%97%E6%B4%8B%E6%94%BF%E5%BA%9C%E6%99%82%>

E6%9C%9F%E5%85%A7%E6%88%B0%E6%88%B0%E9%AC%A5%E5%88%97%E8%A1%A8

37. Mapa da dinastia Qing, em 1650
<http://www.ihan.cc/ziceng/s/76.html>
38. Military dictatorship
http://en.wikipedia.org/wiki/Military_dictatorship#Asia-Pacific
39. 清室优待条件新论 (Nova perspectiva para observar as Condições Preferenciais para a Família Imperial da Dinastia Qing)
<http://www.imanchu.com/a/history/200706/1746.html>
40. 冯玉祥驱逐溥仪出宫 彻底结束清王朝 (O General Feng Yuxiang expulsa Puyi da Cidade Proibida, pondo fim à Dinastia Qing totalmente)
http://china.cnr.cn/yaowen/201011/t20101105_507273093.html
41. “中华民国”国号的由来 (Origem do nome oficial da República da China)
<http://www.hxslw.com/history/minguo/zt/2011/0527/61286.html>
42. 那些支持过辛亥革命的日本人 (Os japoneses que apoiaram a Revolução Xinhai)
<http://dangshi.people.com.cn/GB/16937920.html>
43. 钦定宪法大纲 (Programa da Constituição pela Ordem Imperial)
<http://www.chinavalue.net/wiki/showcontent.aspx?titleid=57140>
44. Revista de *Nação Portuguesa*
[http://www.infopedia.pt/\\$nacao-portuguesa](http://www.infopedia.pt/$nacao-portuguesa)
45. 辛亥革命 (Revolução Xinhai)
<http://zh.wikipedia.org/wiki/%E8%BE%9B%E4%BA%A5%E9%9D%A9%E5%91%BD>
46. Situação das mulheres no século XX em Portugal
<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/07/07/a-situacao-das-mulheres-no-seculo-xx-em-portugal-1/>
47. 唐群英与辛亥革命 (Tang Qunying e a Revolução Xinhai)
<http://www.xhgmw.org/archive-51755-2.shtml>
48. Texto original da Carta Constitucional Portuguesa de 1826
http://pt.wikisource.org/wiki/Carta_Constitucional_portuguesa_de_1826

49. 中华民国临时约法原文 (Texto original da Constituição Provisório da República da China de 1912)
<http://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E8%8F%AF%E6%B0%91%E5%9C%8B%E8%87%A8%E6%99%82%E7%B4%84%E6%B3%95>
50. 中华民国训政时期约法原文 (Texto original da Constituição Provisório do Período de Xunzheng)
<http://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E8%8F%AF%E6%B0%91%E5%9C%8B%E8%A8%93%E6%94%BF%E6%99%82%E6%9C%9F%E7%B4%84%E6%B3%95>
51. 奉天讨蒙元北伐檄文原文 (Texto original da Denúncia Oficial da Expedição Punitiva contra a Dinastia Yuan em Nome do Céu, em 1367)
<http://zh.wikisource.org/zh/%E5%A5%89%E5%A4%A9%E8%AE%A8%E8%92%99%E5%85%83%E5%8C%97%E4%BC%90%E6%AA%84%E6%96%87>
52. 宣统帝退位诏书 (Texto original do Édito da Abdicação do Imperador Xuantong)
<http://zh.wikisource.org/wiki/%E6%B8%85%E5%AE%A4%E9%80%80%E4%BD%8D%E8%A9%94%E6%9B%B8>
53. 中华民国临时政府组织大纲原文 (Texto original do Programa da Organização do Governo Provisório)
<http://zh.wikisource.org/zh/%E4%B8%AD%E8%8F%AF%E6%B0%91%E5%9C%8B%E8%87%A8%E6%99%82%E6%94%BF%E5%BA%9C%E7%B5%84%E7%B9%94%E5%A4%A7%E7%B6%B1>
54. 中日民四条约原文 (Texto original dos tratados feitos com base nas Vinte e uma Exigências entre a República da China e o Império do Japão)
<http://zh.wikisource.org/zh/%E4%B8%AD%E6%97%A5%E6%B0%91%E5%9B%9B%E6%A2%9D%E7%B4%84>

Anexos

Anexo I

Cronologia da história de Portugal e da China entre 1890 e 1916

Anos	Eventos em Portugal	Eventos na China
1890	<p>Ultimato britânico obriga Portugal a abandonar o território entre Angola e Moçambique.</p> <p>Composição da marcha <i>A Portuguesa</i> por Alfredo Keil, futuro hino nacional de Portugal.</p> <p>Remessas dos emigrantes no Brasil caem 80%, contribuindo para grave crise financeira.</p>	
1891	<p>Revolta de 31 de Janeiro: primeira tentativa de instaurar o regime republicano.</p> <p>Bancarrota do Estado português. Papel moeda desvaloriza cerca de 10%.</p>	
1894		<p>25 de julho – Primeira Guerra Sino-japonesa. As declarações de guerra são lançadas em 1 de agosto.</p> <p>Em novembro, Sun Yat-sen cria Xingzhonghui em Honolulu, iniciando as atividades revolucionárias.</p>
1895		<p>17 de abril – Fim da Primeira Guerra Sino-japonesa e assina-se o Tratado de Shimonoseki. A dinastia Qing perde o último Estado de vassalagem, a Coreia e cede as ilhas de Taiwan ao Japão.</p>
1898		<p>De 11 de junho a 21 de setembro – A Reforma dos Cem Dias</p>
1900	<p>39ª eleições gerais portuguesas, com nova vitória do partido no governo. As listas monárquicas vencem em Lisboa e no Porto, não sendo eleitos deputados republicanos, mesmo que a sua votação tenha aumentado.</p>	<p>O Movimento dos Boxers e a Invasão da Aliança das Oito Nações.</p> <p>Assinatura do Protocolo Boxer, em 7 de setembro de 1901.</p>
1904	<p>16 de novembro – Visita de Estado do Rei D. Carlos a Inglaterra, onde assina, com Eduardo VII, o Segundo Tratado de Windsor.</p>	<p>Guerra Russo-japonesa.</p>

1905		20 de agosto – Sun Yat-sen unifica os grupos revolucionários para criar o Tongmenghui, em Tóquio do Japão.
1906	Nomeação de João Franco para formar governo, começando, então, um regime ditatorial.	Abolição do Exame Imperial.
1908	1 de fevereiro – O Rei Carlos I de Portugal e o seu filho mais velho Luís Filipe, Duque de Bragança são assassinados no Terreiro do Paço em Lisboa por militantes republicanos. 6 de maio – Coroação do Rei D. Manuel II de Portugal. Demissão de João Franco e nomeação de um governo de coligação.	27 de agosto – Promulgação do Programa da Constituição pela Ordem Imperial. 14 de novembro (a data é polémica) – O Imperador Guangxu falece, e um dia depois, morre a Imperatriz Viúva Cixi. Coroação do último Imperador Xuantong (Puyi) e regência pelo seu pai, Zaifeng, junto com a Imperatriz Viúva Longyu.
1910	3 de outubro – Revolução republicana em Lisboa. 5 de outubro – Implantação da República Portuguesa, constituindo-se o Governo Provisório sob a presidência do Dr. Teófilo Braga. Fim da Monarquia constitucional portuguesa. 6 de dezembro – Decreto de Brito Camacho reconhecendo o direito à greve e ao <i>lockout</i> . A revista <i>A Águia</i> iniciou a sua publicação em dezembro.	
1911	10 de janeiro – Em Portugal é decretado o descanso semanal obrigatório ao domingo. 15 de fevereiro – O Governo português cria a Comissão para o Estudo da Reforma Ortográfica. 23 de fevereiro – Os bispos portugueses contestam as medidas anticlericais da 1ª República: A expulsão das congregações, a Lei do divórcio, a criação do registo civil e o fim do juramento religioso nos tribunais. 29 de março – Reorganização dos serviços de instrução primária em	27 de abril – Sun Yat-sen e os seus parceiros lançam uma nova revolta em Cantão, sendo a última revolta antes da Revolução Xinhai, mas é reprimida pela dinastia Qing. 8 de maio – Estabelecimento do primeiro Conselho de Ministros da forma ocidental na China, liderado por Yikuang, o Príncipe Qing da 1ª Classe, sendo o “gabinete da família imperial”. Em junho, acontece o Movimento da Proteção do Direito dos Caminhos-de-ferro nas províncias do sul e do oeste. 10 de outubro – Levantamento de

	<p>Portugal. Criado o ensino infantil para os dois sexos.</p> <p>22 de maio – O Escudo é instituído como moeda oficial portuguesa, substituindo o real.</p> <p>21 de agosto – Promulgação da Constituição da República, aprovada pela Assembleia Constituinte portuguesa.</p> <p>24 de agosto – Manuel de Arriaga torna-se no primeiro Presidente da República. Início da 1ª República.</p> <p>25 de novembro – D. Manuel Vieira Matos, bispo da Guarda é entregue ao poder judicial, acusado de desrespeitar a Lei da Separação do Estado das Igrejas.</p>	<p>Wuchang, e as províncias começam a declarar as suas independências da dinastia Qing.</p> <p>3 de novembro – Promulgação dos Dezanove Dogmas da Constituição pela dinastia Qing.</p> <p>16 de novembro – Nomeação de Yuan Shikai como primeiro-ministro para formar um novo gabinete.</p> <p>Em dezembro, iniciam-se as negociações entre o Norte de Yuan Shikai, representando o governo da dinastia Qing, e o Sul dos representantes revolucionários dos governos militares das províncias.</p>
1912		<p>1 de janeiro – Proclamação da República da China, em Nanquim, constituindo-se o Governo Provisório sob a presidência do Dr. Sun Yat-sen.</p> <p>12 de fevereiro – Publicação do Édito da Abdicação do Imperador Xuantong. Fim da Monarquia chinesa.</p> <p>29 de fevereiro – Golpe de Estado de uma divisão do exército de Beiyang, em Pequim.</p> <p>8 de março – Aprovação da Constituição Provisória da República pelo Governo Provisório de Nanquim.</p> <p>10 de março - Yuan Shikai torna-se no segundo Presidente Provisório, em Pequim.</p> <p>De março a abril – O Governo Provisório muda para Pequim, sob a presidência de Yuan Shikai.</p>
1913	<p>10 de julho – Portugal corta relações diplomáticas com a Santa Sé.</p>	<p>Em março, eleito o primeiro Parlamento.</p> <p>20 de março – Assassínio de Song Jiaoren.</p> <p>Em julho, Sun Yat-sen lança a “Segunda Revolução”, mas é reprimida por Yuan Shikai.</p> <p>Em outubro, o primeiro Parlamento</p>

		elege Yuan Shikai como o primeiro Presidente da República.
1914	25 de agosto – Primeira Guerra Mundial: Em Moçambique dá-se o primeiro incidente de fronteira, com o ataque alemão ao posto fronteiriço de Maziúá, na fronteira do Rovuma, tendo sido morto o chefe do posto.	23 de agosto – Primeira Guerra Mundial: O Japão declara guerra à Alemanha e manda o seu exército à China, ocupando a Península de Shandong, na esfera de influência da Alemanha antes.
1915	29 de maio – Teófilo Braga torna-se no 2º Presidente da República. 5 de agosto – Bernardino Machado torna-se no 3º Presidente da República.	O Japão declara as Vinte e uma Exigências à China. 9 de maio - Por causa do ultimato do Japão, o governo da República é obrigado a aceitar algumas exigências. A data é comemorada como o dia da humilhação nacional. 15 de setembro – Publicação da revista <i>Nova Juventude</i> , simbolizando o início do Movimento da Nova Cultura. 12 de dezembro – Yuan Shikai prepara-se para transformar a República em “Império da China”. 25 de dezembro – Guerra de Proteção Nacional contra a Monarquia de Yuan.
1916	23 de fevereiro – Primeira Guerra Mundial: Portugal apreende os navios alemães nos portos portugueses, para serem «colocados ao serviço da causa luso-britânica».	22 de março – Yuan Shikai cancela o projeto da Monarquia. 6 de junho – Yuan Shikai falece. Advento da Era dos Senhores da Guerra.

Anexo II

Quadro de Romanização *Pinyin* VS Alfabeto Fonético Internacional

RP: Romanização *Pinyin* (Romanização Fonética do Mandarim)

AFI : Alfabeto Fonético Internacional

RP	AFI	RP	AFI	RP	AFI
b	[b]	g	[k]	s	[s]
p	[bʼ]	k	[kʼ]	zh	[tʂ]
m	[m]	h	[x]	ch	[tʂʼ]
f	[fʼ]	j	[tɕ]	sh	[ʃʼ]
d	[t]	q	[tɕʼ]	r	[ʒ]
t	[tʼ]	x	[ɕ]	y	[j]
n	[n]	z	[ts]	w	[w]
l	[l]	c	[tsʼ]	v	[v]

RP	AFI	RP	AFI	RP	AFI
a	[A̟]	e	[ɤ]	u	[u]
o	[o]	i	[i]	ü	[y]

RP	AFI	RP	AFI	RP	AFI
ai	[ai]	ing	[iŋ]	uai	[uai]
ei	[ei]	ia	[ia]	ui (uei)	[uei]
ao	[au]	iao	[iau]	uan	[uan]
ou	[ou]	ian	[iæn]	uang	[uɑŋ]
an	[an]	iang	[iɑŋ]	un (uen)	[uən]
en	[ən]	ie	[iɛ]	ueng	[uəŋ]
in	[in]	iong	[yŋ]	üe	[yɛ]
ang	[ɑŋ]	iou	[iou]	üan	[yæn]
eng	[əŋ]	ua	[ua]	ün	[yn]
ong	[uŋ]	uo	[uo]	ng	[ŋ]